



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

*Acessibilidade e envelhecimento: diferentes  
perceções de espaços e usos*



*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a  
obtenção do grau de mestre em Arquitectura*

Por:

Rui Pedro Lourenço Ferreira

Outubro, 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***Acessibilidade e envelhecimento: diferentes  
perceções de espaços e usos***

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção  
do grau de mestre em Arquitetura*

Orientador: Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho

Co-orientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por:

Rui Pedro Lourenço Ferreira

Outubro, 2013



UCP

*Acessibilidade e envelhecimento: diferentes perceções de espaços e usos*

Rui Pedro Lourenço Ferreira

Outubro  
2013

## Índice de Figuras

<b>Fig. 1:</b> Render rampa exterior.....	42
<b>Fig. 2:</b> Esquissos de conceção de projeto.....	51
<b>Fig.3 :</b> Esquisso espaço verde.....	56
<b>Fig.4:</b> Museu de Serralves.....	58
<b>Fig.5:</b> Render de projeto.....	59
<b>Fig.6 :</b> Alçado da casa Sikamino.....	59
<b>Fig.7:</b> Render de projeto.....	60
<b>Fig.8:</b> Perspetiva interior casa Sikamino.....	60
<b>Fig. 9:</b> Apartamento Dgois.....	61
<b>Fig. 10:</b> Remodelação de Apartamento.....	62
<b>Fig.11:</b> Render interior.....	62
<b>Fig. 12:</b> Área de intervenção.....	63
<b>Fig. 13:</b> Índice de Envelhecimento.....	65
<b>Fig. 14:</b> Conceito de implantação (eixos) .....	70
<b>Fig.15:</b> Axonometria proposta.....	70
<b>Fig. 16:</b> Bacia Hidrográfica.....	71
<b>Fig.17:</b> Hipsometria.....	72

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo destes meses em que estive envolvido na realização desta dissertação, tive a oportunidade de contar com o apoio de diversas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a obtenção da presente dissertação.

Ao meu orientador, Professor Doutor, António da Silva Ferreira de Carvalho e Coorientador Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne, pela sua disponibilidade e pela forma racional e organizada que me encaminharam para a conclusão da dissertação.

Agradeço a todos os professores do curso de Arquitetura que me apoiaram.

Não menos importante, agradeço aos meus pais, irmão avó e namorada pela compreensão, paciência, apoio moral e por compreenderem as ausências que tive aquando da elaboração da dissertação.

Agradeço também aos amigos e a todos aqueles que não referi, mas que prestaram todo o seu apoio.

## RESUMO

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno observado mundialmente e que teve início nos países desenvolvidos ainda no começo do século XX. Dentre as inúmeras preocupações relacionadas ao desafio de proporcionar qualidade de vida adequada a essa população, destaca-se a oferta de ambientes mais adequados às reais necessidades dos idosos. Quando se pensa em projetar ambientes para idosos, essa abordagem apresenta-se particularmente pertinente, tendo em vista que o processo de envelhecimento modifica profundamente as relações do indivíduo com o seu ambiente. Essas novas relações implicam necessidades que dificilmente são contempladas pelos ambientes construídos das cidades, os quais são quase sempre projetados tendo-se em vista o utilizador jovem.

Promover a acessibilidade dos edifícios e dos espaços públicos com ganhos de funcionalidade, é garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos. Ao garantir autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos, principalmente para as pessoas com incapacidades e dificuldades de mobilidade. A cidade e os seus espaços não precisam de ser adversos, não é inevitável que aconteça. (Portugal, citado em Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos s.d.).

Ao projetar espaços, os profissionais da área de Arquitetura devem pensar nas condições de acessibilidade e preocuparam-se com as especificidades de cada pessoa. Assim, o projeto realizado foi de encontro a esta problemática, e é integrado na exigência de meios e infraestruturas próprios diretamente direcionados para o tema das acessibilidades e envelhecimento.

**Palavras-chave:** envelhecimento, arquitetura, acessibilidades.

## ABSTRACT

Population aging is now a worldwide phenomenon observed and which began in developed countries still in the early twentieth century. Among the many concerns related to the challenge of providing adequate quality of life for this population, there is the provision of environments best suited to the real needs of the elderly. When thinking about designing environments for seniors, this approach has become particularly relevant in view of the aging process modifies deeply the relationship of the individual with his environment. These new relationships imply that hardly needs are addressed by the built environment of cities, which are almost always designed keeping in mind the young user.

Promote the accessibility of buildings and public spaces with gains functionality, is ensuring better quality of life for all citizens. By ensuring autonomy, tip up prejudices and to promote inclusive practices for everyone, especially for people with disabilities and mobility impairments. The city and its spaces need not be adverse, it is inevitable to happen. (Portugal, quoted in Guide: Accessibility and mobility for all s.d).

When designing spaces, professionals in the field of architecture should think in terms of accessibility and were concerned with the specifics of each person. So, the project was carried out against this problem, and is integrated in demanding media and infrastructures themselves directly targeted to the theme of accessibility and aging.

**Key-words:** aging, architecture, accessibility.

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Introdução.....	9
Objectivos.....	9
Metodologia.....	10
<b>Parte I: Enquadramento teórico.....</b>	<b>11</b>
1. O envelhecimento.....	12
1.1. Um problema social emergente.....	12
1.2. Tipos de envelhecimento.....	14
1.2.1. Envelhecimento biológico.....	14
1.2.2. Envelhecimento psicológico.....	15
1.2.3. Envelhecimento social.....	15
1.3. Qualidade de vida nos idosos.....	16
1.4. Acessibilidade espacial.....	17
1.5. Desenho Universal.....	19
1.5.1. Princípios do desenho Universal.....	20
2. Identidade das cidades.....	21
2.1. Democracidade.....	21
2.2. Centros Históricos.....	22
2.3. O passado e as cidades.....	23
2.4. Paisagem e identidade das cidades.....	25
2.5. Identidade urbana.....	27
2.6. Identidade territorial.....	30
3. Mobilidade Urbana.....	33
3.1. Vazios Urbanos.....	36
4. Habitação acessível.....	38
4.1. Casa inclusiva: vantagens económicas.....	38
4.2. Adaptação do existente.....	39

4.3.O exterior do edifício.....	39
4.4. O interior da habitação.....	40
4.4.1. Organização e caraterísticas do interior da habitação.....	41
5. Habitação para idosos.....	43
5.1.Envelhecer em casa: <i>Aging in place</i> .....	43
5.2.Habitação degradada e residentes idosos.....	43
5.3.Adequação da habitação às necessidades físicas e sociais da pessoa idosa.....	44
<b>Parte II: Projeto de Renovação.....</b>	<b>47</b>
1. Processo de projeto.....	47
1.1.Incerteza e experimentação.....	48
1.2.Esquissos.....	49
2. A relevância do espaço público na concretização do projeto.....	52
2.1.O espaço público urbano (EPU).....	54
3. A importância dos espaços verdes na elaboração do projeto.....	56
4. Estudos de Caso.....	57
4.1.Arquiteto Siza Vieira e o Museu de Serralves.....	57
4.2. Casa em Sikamino / Tense Architecture Network.....	59
4.3.Apartamento Dgois Porto.....	61
4.4. Remodelação de um apartamento.....	61
5. O edifício.....	63
5.1. Localização da área de intervenção.....	63
5.2.Reflexão sobre a área de intervenção.....	64
5.3.Topografia.....	72
5.3.1. Bacia Hidrográfica.....	72
5.3.2. Hipsometria.....	73
5.4.Plantas.....	74
5.4.1. Plantas piso -1.....	75
5.4.2. Planta piso 0.....	76
5.4.3. Planta piso 1.....	77
5.4.4. Planta piso 2.....	78
5.4.5. Planta piso 3.....	79

5.4.6. Planta piso 4.....	80
5.5. Alçados .....	81
5.6.Cortes.....	83
5.7.Imagens virtuais de projeto.....	85
Conclusão.....	88
Bibliografia.....	89
ANEXOS.....	94
Anexo I.....	95
Anexo II.....	96
Anexo III.....	97
Anexo IV.....	98
Anexo V.....	99
Anexo VI.....	100
Anexo VII.....	101

## Introdução<sup>1</sup>

Portugal apresenta mutações demográficas de ampla escala e com importantes repercussões sociais, económicas e culturais. A evolução demográfica em Portugal no passado recente caracterizou-se por um gradual aumento do peso dos grupos etários seniores e uma redução do peso da população jovem. Esta dinâmica populacional aponta para uma transição demográfica sem precedentes na história.

A promoção da acessibilidade na via pública e nos edifícios constitui um elemento fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, sendo sentida de forma mais acentuada por aqueles que têm limitações de mobilidade. A acessibilidade tem vantagens para todos os cidadãos, para a comunidade e para o Estado, visto que permite o exercício pleno de cidadania e participação ativa nos diversos domínios de atividade da sociedade; assegura ao maior número possível de cidadãos a possibilidade de viverem integrados para que os espaços e serviços ofereçam condições de segurança e conforto; e assegura com menores encargos uma vida mais autónoma e independente a todos os cidadãos. Ramos (citado em Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos s.d).

Jordi Borja , sublinha que a cidade é a rua, o lugar dos encontros. A cidade do desejo não é a cidade ideal, utópica e especulativa, mas a cidade que se quer e reclama, repleta do conhecimento do quotidiano e de mistério, de segurança e de encontros, de liberdades prováveis e de transgressões possíveis, com direito à liberdade. Exige-se deste modo, a ligação de todos os diferentes conceitos de mobilidade, na formação de um único, aquele que possa transmitir total liberdade de movimentos. Ou seja, o conceito fundador da cidade deve ser entendido enquanto espaço total de liberdade. (Jordi Borja citado em Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos s.d.)

**Objetivos:** este trabalho tem como principais objetivos:

- Compreender o fenómeno do envelhecimento para que, com as suas características e especificidades seja possível desenvolver habitação que supra as suas necessidades;
- Perceber como uma habitação inclusiva é capaz de promover a autonomia dos seus utilizadores e quais os seus benefícios.

---

<sup>1</sup> Por opção do autor, a dissertação segue as regras do novo acordo ortográfico.

**Metodologia:** Foram utilizados os seguintes procedimentos:

a) Pesquisa documental: foram realizadas as leituras dos textos para desenvolver uma base teórica e um conhecimento prévio, bem como a documentação e discussão, para a elaboração de um referencial teórico.

b) Pesquisa bibliográfica: baseada em análise de documentos, com enfoque no tema principal deste trabalho. Os critérios para seleção do material bibliográfico foram assuntos pertinentes ao tema.

c) Centra-se a investigação nos estudos de caso, na qual será feita uma descrição e comparação de algumas obras consideradas pertinentes e inspiradoras para a realização do projeto.

**Parte I:**  
Enquadramento Teórico

## **1. O Envelhecimento**

### **1.1. Um problema social emergente**

Para Agree e Freedman (2001), o envelhecimento é um processo individual e coletivo, uma vez que cada ano de existência de vida de cada indivíduo marca o envelhecimento, assim como o aumento da porção da população considerada idosa. Na concepção de Rosa (2012), no caso do envelhecimento individual podem distinguir-se duas situações: O envelhecimento cronológico e o envelhecimento biopsicológico. O envelhecimento cronológico resulta exclusivamente da idade e é um processo universal, progressivo e inevitável. Embora a idade cronológica seja um atributo indiscutível, a velhice não o é. É um estado difuso, vivido, sentido e percebido de forma diversa desde o seu enaltecimento até ao repúdio. O envelhecimento biopsicológico, é um reflexo do envelhecimento cronológico mas diferente deste. É menos linear, e não fixo em termos de idade, uma vez que é vivenciado por cada indivíduo de uma forma distinta. O envelhecimento coletivo, é composto também por duas noções: a de envelhecimento demográfico e a de envelhecimento societal. O envelhecimento demográfico, é desenvolvido a partir de categorias etárias, que se define como uma evolução particular da composição etária da população, que corresponde ao aumento da importância estatística dos idosos. É confirmado através de vários indicadores sintéticos, como o aumento da idade média da população, aumento da percentagem de idosos e aumento do número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com menos de 15 anos. O envelhecimento societal, constata o facto de que uma população que pode estar a envelhecer e a sociedade não. Este corresponde à estagnação de certos pressupostos organizativos da sociedade. (Rosa,2012).

Desta forma, o envelhecimento envolve inúmeras variáveis (fisiológicas, estilo de vida e doenças crónicas) que se relacionam entre si e influenciam a forma como se envelhece, pois o envelhecimento é um processo linear que varia na forma e intensidade de indivíduo para indivíduo (Mazzeo et al., 1998, citado em Faria & Marinho, 2003). Além disso, o envelhecimento tem implicações na funcionalidade, na autonomia, na mobilidade e consequentemente na qualidade de vida da população idosa (Carvalho, 1999).

Para melhor se definir o envelhecimento humano, é preciso considerar que este é um fenómeno biológico, psicológico e social que atinge o ser humano na plenitude da sua

existência, modifica a sua relação com o tempo, o seu relacionamento com o mundo e a sua própria história (Teixeira, 2006).

O envelhecimento é um processo que acompanha toda a vida humana, de deterioração endógena e irreversível da estrutura e funcionalidade de vários órgãos e tecidos. É, igualmente, reconhecida a contribuição de fatores extrínsecos para o envelhecimento e para o modo como se envelhece. Trata-se de um fenómeno inevitável, inerente à própria vida, equivalente à fase final de um programa de desenvolvimento e diferenciação (Martins, 1999). Traduz-se no declínio de capacidade e funções, conduzindo à diminuição da aptidão de adaptação a fatores de *stress* internos e externos. A velhice constitui a última etapa da vida, sendo, por isso, um momento em que o declínio se torna mais visível e acentuado, agravando-se a vulnerabilidade ao aparecimento de doenças (Rowe, 1985, citado em Sousa & Figueiredo, 2003). Falar de envelhecimento implica falar no envelhecimento populacional. O “envelhecimento populacional” é uma realidade contemporânea que surge como fator relevante na nossa sociedade, traduzindo-se pelo aumento da importância dada aos idosos. Não se trata só do aumento do número de indivíduos com idades avançadas, mas também a ocorrência deste fenómeno numa sociedade que segundo Brito (1993, cit. por Faria & Marinho, 2003), a velhice é perspectivada como algo sem interesse social, pois tem pouco para dar e muito para receber.

Desde há alguns anos que o chamado “envelhecimento populacional” tem vindo a assumir particular importância. A tomada de consciência desta problemática motivou a sociedade para a implementação de ações na área da saúde e da ação social, de modo a proporcionar uma vivência mais positiva da terceira idade (Vieira, 2003).

A problemática do envelhecimento e das pessoas idosas, exige uma nova reforma da gestão da idade. O envelhecimento da população é um facto constatado pela sociedade.

Cerca de 16% da população portuguesa possui uma idade igual ou superior a sessenta anos e em 2020 o número de idosos ascenderá aos cem mil de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2002). Nos países desenvolvidos, a melhoria das condições de vida tem aumentado a esperança média de vida dos indivíduos (Oliveira, 2005).

Contudo, este crescimento é acompanhado por um aumento da prevalência de doenças crónicas, sobrecarregando os sistemas de saúde e de segurança social. Atendendo a que o envelhecimento é um processo que acompanha a vida humana e que a velhice constitui a última etapa da vida, sendo por isso, caracterizada como um momento em que o declínio se torna mais visível e acentuado, agravando-se a vulnerabilidade ao aparecimento de doenças (Rowe, 1985, citado em Sousa & Figueiredo, 2003).

Assim, é fundamental ajudar o idoso a adaptar-se à nova realidade, pois a sua capacidade de adaptação influencia o sucesso ou insucesso do idoso. Esta adaptação vai desde a promoção de uma vida saudável, manutenção das atividades na terceira idade, sentimento de satisfação com as suas atividades e com a vida em geral. Isto tudo pressupõe que o idoso envelheça num ambiente ativo e saudável, promovendo um contínuo investimento (Simões, 1982, citado em Oliveira, 2005).

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) a terceira idade tem início entre os 60 e os 65 anos. Esta idade é percebida como marco do início da velhice, porém a idade cronológica e biológica difere de indivíduo para indivíduo, logo não deve ser padronizada (Duarte, *et al.*, 2005).

De acordo com Oliveira (2005), o mais importante na definição de idoso não tem a ver com a idade cronológica, mas sim com o estado de saúde. Mesmo assim, o autor divide o grupo etário dos idosos em três partes: os idosos jovens, entre os 65 anos até aos 75 ou 80 anos de idade; os idosos velhos, a partir dos 75 ou 80 anos até aos 90 anos e por último os idosos muito velhos que se enquadram na faixa etária acima dos 90 anos.

As pessoas de idade apresentam, por vezes, uma certa rigidez e inflexibilidade de ideias, com desconfiança, com uma certa tendência à projeção, falta de mobilidade do pensamento, instabilidade afetiva, passividade, entre outros.

O envelhecimento é um processo complexo cujo funcionamento não se reconhece em pormenor, diferencial (específico de cada pessoa), universal (inerente a todo o ser vivo) e contínuo (embora com movimentos diferentes) (Oliveira, 2005).

Deste modo, não ocorre de forma idêntica em todos os indivíduos, pois enquanto uns tendem a apresentar padrões habituais de envelhecimento, outros tendem a alcançar um elevado nível de funcionamento nos domínios físicos, psicológico e social (Sequeira & Silva, 2002). Envolve inúmeras variáveis (genéticas, estilo de vida e doenças crónicas) que interagem entre si e influenciam a forma como se envelhece (Mazzeo, 1998, citado em Faria & Marinho, 2003).

## **1.2. Tipos de envelhecimento**

### **1.2.1. Envelhecimento biológico**

O envelhecimento biológico está relacionado com alterações nas estruturas e nas funções do corpo. O organismo da pessoa idosa pode sofrer alterações biológicas, isto é, alterações físicas (Rodrigues & Diogo, 2000, citados em Granja, 2006). Pressupõe uma série

de alterações nas funções orgânicas e mentais devido aos efeitos da idade avançada, fazendo com que o indivíduo perca a capacidade de manter o equilíbrio e todas as funções fisiológicas começam a diminuir (Straub, et al., 2001 & Leite, 1990, citados em Teixeira, 2006).

Assim o envelhecimento biológico, em particular, refere-se às transformações físicas que reduzem a eficácia dos sistemas orgânicos e funcionais do organismo, provocando uma diminuição gradual da capacidade de manutenção do equilíbrio homeostático. Este equilíbrio homeostático reduz a reserva funcional colocando o idoso mais suscetível ao surgimento de doenças crônicas (Netto & Ponte, 2000, citados em Figueiredo, 2007).

### **1.2.2. Envelhecimento psicológico**

Segundo Pimentel (2005), este tipo de envelhecimento pressupõe a diminuição das faculdades psíquicas e físicas, que proporcionam ao idoso um sentimento de desadaptação ao meio, perda de objetivos de vida, afastamento e progressivo isolamento dos familiares e amigos, dependência económica e física, sentimentos de solidão e de inutilidade. Para além das alterações visíveis no corpo, o envelhecimento proporciona ao ser humano uma série de mudanças psíquicas que podem resultar em dificuldade de se adaptar a novos papéis; falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro; necessidade de trabalhar as perdas orgânicas, afetivas e sociais; dificuldade de se adaptar às mudanças rápidas, que podem ser dramáticas; alterações psíquicas que requerem tratamento especializado; baixa autoimagem e autoestima.

Por outro lado, a inteligência e a capacidade de aprendizagem, desde que exercitadas, podem continuar a progredir (Pimentel, 2005).

Assim, importa dizer que estas características são determinadas pela hereditariedade e pela história de vida de cada indivíduo. As pessoas mais saudáveis e otimistas adaptam-se mais facilmente às transformações trazidas pelo envelhecimento.

Deste modo, o envelhecimento não deve ser encarado de uma forma negativa, pois a forma como se manifesta é desigual para cada indivíduo e a forma como se manifesta poderá estar associada como modo como cada um encara essa mudança (Berger, 1995).

### **1.2.3. Envelhecimento social**

Paralelamente às alterações físicas e psicológicas que ocorrem na terceira idade, estão associadas as transformações ao nível dos papéis sociais, exigindo a adaptação do idoso às novas condições de vida (Figueiredo, 2007).

Segundo Fontaine (2000), o envelhecimento social refere-se ao papel, estatuto e hábitos da pessoa relativamente aos membros da sociedade.

O envelhecimento social tem a ver com os papéis que são exigidos pela sociedade na qual o indivíduo está inserido (Duarte, 2005).

De acordo com Cavan e Vargas (1998, citados em Vieira, 2005) o equilíbrio social do idoso e o seu ajustamento ambiental depende de quatro fatores: um bom contacto social (não menosprezando o idoso como alguém “acabado” e “inútil”); ocupação com significado (não ser considerado como inapto pela sociedade e ter alguma ocupação); ter segurança social (ter apoios financeiros do estado, fundamental para o seu equilíbrio e adaptação); e um estado de saúde satisfatório (de uma forma global, tanto física como mentalmente).

É importante referir que a velhice é caracterizada pela mudança de papéis e pela perda de alguns deles, tais como a perda do seu estatuto profissional, mudança nas relações familiares e nas redes sociais (Figueiredo, 2007). E ainda que o funcionamento físico e cognitivo tem efeitos psicossociais, que muitas vezes determina o estado emocional do idoso e a sua capacidade de viver independente (idem).

### **1.3. Qualidade de Vida nos Idosos**

A qualidade de vida é uma dimensão da vida humana, em que a pessoa procura uma vida saudável, de forma a proporcionar o seu bem-estar. Todas as pessoas querem ter qualidade de vida, desde o início até ao fim da sua vida, independentemente da sociedade em que se inserem, ou do seu aspeto físico, social. Contudo, qualidade de vida é um termo subjetivo que varia de pessoa para pessoa conforme as características individuais de cada pessoa. (Paúl, 2005).

Nos idosos, a qualidade de vida não depende só do percurso anterior da sua vida, mas sim depende do presente, do entendimento que o idoso tem do seu lugar na sociedade em que se insere em relação com os seus objetivos, desejos e inquietudes e de uma perspetiva futura mesmo que limitada, estando isto dependente das respostas sociais existentes na sociedade atual, assim como na avaliação da qualidade de vida de um idoso, deve-se ter em conta critérios de natureza biológica, psicológica e social, uma vez que são vários os elementos considerados importantes e com influência para o bem-estar dos idosos como a sua saúde física e psicológica, pelos aspetos económicos, sociais do idoso, o seu estado de independência e a perceção que o idoso tem de que as suas necessidades estão a ser satisfeitas

ou que lhe estão a ser negadas independentemente do seu estado de saúde físico ou das suas condições sociais e económicas (OMS).

O facto de o idoso não ter recursos financeiros, ou um bom suporte familiar, pode ter efeitos negativos na sua qualidade de vida, por exemplo o não ter acesso a certos medicamentos que melhorariam a sua saúde, logo a sua qualidade de vida, por falta de dinheiro. Paúl (2005) salienta que a qualidade de vida dos idosos varia na medida em que variam os fatores determinantes no envelhecimento: serviços sociais e de saúde, características comportamentais e pessoais, meio físico, características sociais e económicas destes.

#### 1.4. Acessibilidade espacial

Hunt (citado em Byns Ely e Dorneles 2006), considera que as necessidades advindas do processo de envelhecimento podem ser classificadas em três categorias. Primeiramente temos as **necessidades físicas**, que são as mais facilmente reconhecidas por serem as primeiras a ser levadas em consideração quando se projetam espaços para idosos ou pessoas com deficiência. Estas estão relacionadas com a saúde física, segurança e conforto dos utilizadores no ambiente. Este mesmo ambiente deve estar livre de obstáculos e ser de fácil manutenção para evitar acidentes. Em segundo lugar, as **necessidades informativas**, que estão relacionadas com o modo como são processadas as informações sobre o meio ambiente. O mesmo autor identifica dois aspetos principais para a informação ser processada, que são a percepção e a cognição. Deste modo, deve procurar-se projetar espaços legíveis e estimular os sentidos, para que no caso de haver restrição em algum deles, o ambiente possa suprir a informação através dos outros. Por fim, as **necessidades sociais** que estão relacionadas com a promoção do controle da privacidade e/ou intenção social. Em locais projetados para idosos deve existir um senso de comunidade e a camaradagem deve ocorrer naturalmente (Byns Ely e Dorneles, 2006).

Para Byns Ely e Dorneles (2006), a acessibilidade espacial refere-se à possibilidade de plena integração entre pessoas e ambientes, sem segregá-las e permitindo que as atividades sejam realizadas com êxito por todos os utilizadores. Garantir a acessibilidade para todos não é tarefa fácil pois deve ter-se em conta as limitações e as diferentes características de cada indivíduo. Assim, e para que os espaços sejam acessíveis devem considerar-se os 4 componentes de acessibilidade que são: 1- **orientação e informação**, que está relacionada com a compreensão dos ambientes, permitindo que o indivíduo possa deslocar-se a partir de

informações dadas pelo ambiente. 2- O **deslocamento**, que corresponde às condições de movimento e livre fluxo que devem ser garantidas pelas características das áreas de circulação, tanto no sentido vertical como horizontal. 3- O **uso**, é o componente que está relacionado com a participação em atividades e utilização dos equipamentos, mobiliários e objetos presentes no ambiente. 4- A **comunicação**, que corresponde à facilidade de interação entre os utilizadores e o meio ambiente. O processo de envelhecimento pode causar diferentes necessidades espaciais e, dessa forma foram selecionadas diversas sugestões projetuais que visam o conforto e segurança dos idosos em diferentes espaços (Idem).

Apesar da implementação iminente da Parte III do Disability Discrimination Act (DDA, 1995), que entrou em vigor em outubro de 2004 no Reino Unido e que, pela primeira vez, aborda diretamente o projeto de características físicas dentro do ambiente construído, como sendo uma barreira para o acesso, percebe-se que existem muitos edifícios comerciais e públicos que estão inacessíveis para cadeiras de rodas e poucos edifícios fornecem ajudas e sinalização para auxiliar na descoberta do caminho por pessoas com deficiências sensoriais. Assim, são negadas a estes indivíduos oportunidades para uma vida independente, devido ao design pobre das nossas cidades e centros urbanos que coloca barreiras no acesso à habitação adequada, transporte público, espaços públicos e edifícios. (Hanson s.d.).

Hanson (s.d) afirma que um dos maiores desafios da sociedade urbana é retirar as barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência para o centro da cidade. Embora alguns espaços da cidade poderem ser considerados acessíveis, a topografia do ambiente urbano criou espaços de inacessibilidade física e exclusão social para os idosos e deficientes. Imrie (2001, p.232 citado em Hanson s.d) observa que a cidade foi dividida entre quem pode e quem não pode aceder ao espaço em causa. O desenho da cidade, como infraestrutura física, de pedestres e de sistemas de transporte têm impedido até agora as pessoas com deficiência de participar em áreas da vida social urbana tida como certa pelo corpo capaz, e com efeito, separa não-deficiente de pessoas com deficiência.(Idem)

Lawton (1974 citado em Hanson s.d) concentrou-se na forma como o ambiente construído pode restringir as opções para as pessoas mais velhas ou portadoras de deficiência. Ele usa a expressão "pressão ambiental", o termo mais neutro para descrever o impacto que as casas mal projetadas, edifícios e lugares públicos podem ter na vida das pessoas. Ele define a pressão ambiental como um estado induzido pela necessidade de lidar com ambientes construídos para as pessoas mais jovens, mais aptos que podem tornar a pessoa mais velha mais vulnerável, ou mais dócil e aceitar as limitações ambientais. Afirma ainda que pequenas melhorias para o ambiente físico do idoso ou de um individuo com algum tipo de

incapacidade podem produzir uma redução substancial da pressão ambiental a que se encontram sujeitos. (Idem)

### **1.5. Desenho Universal**

Para Bins Ely *et al* (2003), os espaços livres públicos são elementos importantes na configuração da cidade, uma vez que proporcionam lazer, e assim garantem bem-estar à população. No entanto, para que estes mesmos espaços possam satisfazer as necessidades de todos os utentes, importa que estes tenham em consideração a filosofia do desenho Universal, e também estudos de Ergonomia. Importa referir que cada pessoa tem as suas próprias necessidades e características, quer culturais e sociais, como também as suas capacidades fisiológicas, e é fundamental que no projeto de espaços livres públicos exista a compreensão das restrições ou limitações sofridas por essa diversidade de utentes que utilizam esses espaços. É então a Ergonomia que trata do estudo da diversidade humana, e como foi possível demonstrar, ela é essencial na definição de um projeto de espaços livres públicos. Quando se trata do projeto referido anteriormente, o conceito paisagístico de jardim universal surge como uma resposta para a elaboração de um espaço de lazer acessível a todos e proporcionador de bem-estar e conforto (Bins Ely *et al*, 2003).

Segundo os mesmos autores, pode definir-se restrição como sendo a dificuldade existente em realizar qualquer tipo de atividade decorrente do nosso dia a dia, podendo ou não estar ligada a uma deficiência. É recorrente a existência de situações onde o espaço é restritivo para determinados utentes. É o caso por exemplo de pessoas em cadeira de rodas que encontram por inúmeras vezes barreiras físicas no seu percurso. Assim, a restrição é o resultado da relação entre as condições do individuo e as condições ambientais. Bins Ely *et al* 2003 classificam quatro categorias de restrições que auxiliam arquitetos e ergonomistas no projeto de equipamentos e espaços acessíveis as diferentes necessidades dos indivíduos. As categorias são então, a restrição sensorial, a restrição psicocognitiva, a restrição físico-motora e as restrições múltiplas. Tendo em conta o caráter democrático dos espaços livres públicos, devia existir um acesso garantido a todos os cidadãos. Contudo a existência de barreiras físicas e informativas nestes espaços, restringe muitas vezes a sua utilização, pelo que para a integração de todos os utilizadores destes espaços é importante que estas barreiras sejam eliminadas. O desenho Universal para Bins Ely *et al* 2003, procura viabilizar autonomia na realização de atividades pelo maior número de indivíduos tendo em conta a totalidade das suas capacidades e limitações. Na procura por espaços livres públicos que permitam a

integração do indivíduo com o ambiente, surge o Jardim sensorial, que visa a estimulação dos sistemas sensoriais dos indivíduos. O Jardim Universal surge posteriormente e caracteriza-se por ser um espaço que considera não só as restrições sensoriais, como todas as outras, o que contribui para atingir um maior número possível de utilizadores nestes espaços (Idem).

### 1.5.1. Princípios do desenho Universal

A Universidade da Carolina do Norte desenvolveu sete princípios de Desenho Universal que auxiliam os projetistas a compreender parâmetros que devem estar presentes nos espaços: Princípio um - **uso equitativo**, o desenho de espaços e equipamentos deve ser compreendido por pessoas com capacidades diversas, impedindo a sua segregação ou estigmatização. Princípio dois - **flexibilidade no uso**: as diversas preferências e capacidades individuais devem ser consideradas no desenho, independentemente do número de utilizadores que se apropriem de espaços ou equipamentos. Princípio três - **uso simples e intuitivo**: os espaços e equipamentos devem ser de fácil compreensão para todos os utilizadores, independentemente das características de cada um. Princípio quatro - **informação de fácil percepção**: o desenho comunica a informação necessária ao utilizador, independentemente das condições do ambiente ou das suas capacidades. Princípio cinco - **tolerância ao erro**: o desenho minimiza riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais. Princípio seis - **baixo esforço físico**: o espaço ou equipamento devem ser eficientes e confortáveis na sua utilização. Princípio sete - **dimensão e espaço para aproximação e uso**: os espaços e os equipamentos devem ter dimensões apropriadas para o acesso, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura e mobilidade do utilizador. (Bins Ely *et al* 2003).

Os conhecimentos adquiridos em Desenho Universal, segundo os autores referidos anteriormente possibilitaram ilustrar algumas soluções projetuais que permitem a acessibilidade de pessoas que até então viam o seu acesso restrito ao uso do espaço livre público. Estudos desta natureza podem contribuir em muito para o processo de inclusão de pessoas com restrições, vindo ao encontro de um dos interesses da ergonomia. As diretrizes projetuais descritas anteriormente servem como apoio aos projetos de **Jardins Universais**, que juntamente com os elementos da arquitetura paisagística consideram critérios que contemplam todos os cidadãos na conceção de espaços livres públicos (Idem).

## 2. Identidade das cidades

### 2.1. Democracidade

Fortuna (2008), apresenta uma reflexão que se encontra intimamente associada às mudanças económicas e sociais do pós-guerra e atravessa uma pluralidade de discursos, desde as ciências sociais e humanas, às questões ambientais, passando pelo planeamento urbano e a arquitetura até às abordagens artísticas e culturais. O referido autor enuncia alguns passos da capacidade de avaliação futura da sociologia de hoje e do seu eventual contributo para a nossa perceção sobre o espírito de comunidade que poderá estar contido na noção de cidade futura.

O autor apresenta três momentos do pensamento sobre a cidade. Numa primeira fase é necessário ter em conta uma fase de propostas de prevenção urbana ou de crítica *ex-ante*, num período em que a metrópole industrial começa a tomar expressão, arrastando, nesse seu crescimento inicial, uma ideologia anticidade formulada como antecipação face ao que se pensava poder ser o efeito devastador da metrópole sobre a sociedade tradicional. No segundo período de análise, o período de entre-guerras, assistiu à redução deste ímpeto antiurbano e anticidade. Neste período o pensamento académico urbano deslocou-se da Europa para os Estados Unidos da América, onde as principais cidades industriais cresciam e se espalhavam a ritmos sem precedente. Perante este cenário Le Corbusier e Frank Lloyd Wright são referidos como utópicos aquando da referência dos seus projetos para cidades. Numa terceira e última fase, assiste-se a uma viragem no equacionamento da relação cidade-comunidade. Não existe nesta terceira fase qualquer vestígio de discurso sobre a relação entre cidade e comunidade. É antes o processo de politização da cidade, da cultura urbana e do espaço público e (“direito à cidade”) aquilo que mais deve assinalar-se neste período.

A deslocação da sociologia urbana da Europa para os EUA, refere Fortuna 2008, teve efeitos internos apreciáveis. A imposição de umas cidades e dos seus traços sobre outras localidades, carece a maior reserva porquanto se revela a-histórica ao eliminar a existência e fazer tábua rasa de fatores específicos que condicionam e estruturam os lugares, as suas culturas e as suas espacialidades.

Segundo Fortuna (2008), a democracidade refere que a questão da vida urbana de hoje e do futuro está para além da simples solução de revitalização do espaço público que para isso é necessária uma interação que esse espaço público proporciona tenha real sentido democrático, o que significa ser capaz de fomentar e manter uma relação social significativa entre as expressões culturais diversas e mesmo socialmente díspares que constituem a cidade.

Para concluir, demonstra-se necessário na sociologia e nas outras ciências sociais, mobilizar recursos analíticos que sejam capazes de engendrar uma noção mais fluida, diversa e múltipla de comunidade, incorporando as experiências das “outras” cidades, cidades estas do passado da nossa modernidade urbana, mas também as pequenas cidades e as localidades que constituem cada uma delas e, ainda, cidades de outras latitudes que não as do universo euro-americano, sem excluir as cidades imaginadas do futuro que estamos destinados a viver. (Fortuna, 2008).

## **2.2. Centros Históricos**

O conceito centro histórico remete-nos para grandes ruas, praças enigmáticas, imóveis e construções com um passado amplo, onde o mistério e o encanto da história de cada rua, praça, imóvel e construção, nos faz idealizar um passado que não vivenciámos, mas que o torna tão memorável, autêntico e singular. Estes centros têm como finalidade, satisfazer os interesses de atração turística e de lazer dos indivíduos, pois, descobre-se uma certa identidade e uma grande qualidade de vida nestas áreas. (Fernandes, 2008). Segundo Fortuna 1995, aquilo que hoje denominamos de centro histórico das cidades costumava integrar em si todas as funções urbanas, sendo assim difícil estabelecer com rigor uma divisão clara entre áreas residenciais, de produção, comércio, ou administração, tal era a imbrincada malha que as interrelacionava. Assim, esta cidade medieval acabava por expressar uma enorme multifuncionalidade e, também uma acentuada diversidade social. (Fortuna, 2008:1).

Importa ressaltar que com o Renascimento e a industrialização, as cidades não pararam de crescer, e esse crescimento urbano arrastou consigo a separação espacial das funções da cidade. A cidade cresceu para fora de si própria e foram retidas as funções administrativas e algum comércio, especialmente de setores mais tradicionais ou em decadência. Uma importante função residencial ficou conservada, no entanto extremamente fraturada do ponto de vista social, já que foram os grupos sociais mais vulneráveis e as velhas elites quem permaneceu na cidade. A cidade e o seu centro perderam a plenitude da sua plurifuncionalidade, ao mesmo tempo que se foram especializando no que diz respeito às funções e ao seu tecido social. No surgir de novas ideologias de preservação e da conservação urbana, um pouco por toda a Europa mas também, nos EUA e Canadá, resulta um novo conceito, o conceito de património e de novas políticas, políticas de regulação socioeconómica e de regulamento do território das cidades. Fortuna 2008 refere, que o lugar

conferido ao património, é um lugar central na formação da identidade e da exclusividade do lugar que se visita.

No seguimento destas ideologias, o velho centro ganhou novas capacidades de atração, e alguns setores empresariais previram no renovado centro histórico um potencial lucro.

Fortuna 2008, refere que atualmente nos encontramos numa situação e num tempo social onde não é possível distinguir o que mais afeta as cidades de Portugal. Se, por um lado temos um movimento de periferização dos centros urbanos e suas funções e atividades, por outro temos um que revaloriza os centros e recentra as mesmas funções a atividades. Esta dualidade, caracteriza as nossas cidades segundo uma estruturação morfológica em que se combinam um centro histórico medieval, e adjacente a este um outro centro de lazer, os centros das nossas cidades são assim, marcados por uma dualidade entre a proximidade e articulação do novo com o velho, do que é o comércio, com o que é a história e o património.

A fluidez que caracteriza hoje as cidades, é resultado da dualidade dos seus centros, refere o autor numa das suas reflexões. Essa fluidez observa-se também em termos do alargamento dos centros urbanos tais como eram conhecidos, deixando de estar ligados a critérios geográficos e espaciais. Neste sentido, os fatores estéticos e simbólicos tendem a ser revalorizados.

Segundo Fortuna 2008, a cidade e o seu centro não têm apenas um valor de troca e de consumo, mas também um valor de uso que diz respeito a quem nela vive e trabalha diariamente. Deste modo, os centros das cidades podem e devem representar a essência da comunidade urbana. O centro deverá ser capaz de expressar as condições e as diversidades próprias dos habitantes da cidade, mas também as suas idades, a sua estrutura familiar, a sua repartição entre ativos e não ativos, os seus hábitos culturais, de consumo e comportamento. Assim, o planeamento estratégico das cidades deve ter em conta todos os fatores referidos anteriormente, para que viver no centro da cidade não seja equivalente a ser-se socialmente excluído e segregado. (Fortuna, 2008).

### **2.3. O passado e as cidades**

De acordo com Fortuna et al (2012), associadas às novas possibilidades de comunicação e mobilidade, várias redes de âmbito internacional e intercontinental, acabam por funcionar como plataformas em que as cidades se expõem umas às outras, o que contribui para uma relação de “proximidade” forjada e sem precedentes. As cidades, sujeitas ao cruzamento de informações e ao confronto de experiências, recebem das suas congéneres uma

imagem refletida de si próprias que enuncia quer o que são, quer o que poderiam ser. Esta é uma perspectiva que se encontra presente no discurso de gestores e urbanistas, que estejam empenhados em representar uma imagem positiva da sua própria cidade. Podemos no entanto, admitir que esta imagem refletida não corresponde nunca à exata representação que cada uma faz de si própria, o que significa reconhecer que, num ou noutro momento da história qualquer cidade desejou já ser uma outra diferente. Assim, o efeito de proximidade intercidades apenas estimula e aumenta esta vontade de mudança de identidade e imagem. (Fortuna et al, 2012).

Atualmente as cidades propiciam novas possibilidades de encontro entre todo o tipo de pessoas, como sejam, visitantes, residentes e estranhos. Em termos concretos, centros considerados históricos ou bairros residenciais triviais, tornaram-se um instrumento privilegiado da dialética urbana que confronta o conjunto de permanências e mudanças culturais locais. (Idem).

Das agendas das diferentes cidades, fazem hoje parte vários vocábulos, como a renovação, a requalificação, a preservação, a revitalização, a memória e a criatividade e, todos eles contêm sentidos disputados que sugerem diversas questões. Fortuna e Leite (2009 citado em Fortuna et al 2012). Estes vocábulos independentemente do seu significado, fazem emergir o questionamento acerca de dinâmicas simbólicas e performativas ligadas à ideia de património.

Fortuna et al (2012) consideram que a ideia de património histórico está a ser reinterpretada no sentido de uma nova apropriação do lugar tanto por locais e residentes, como por visitantes. Existem ainda assim, estratégias diferenciadas no uso desse património. As cidades apostam por vezes numa estratégia de valorização patrimonial que designaremos *soft*, assim como apostam, outras vezes, numa valorização que chamamos *hard*. E nessas opções, encontra-se a porosidade que as combina e nos intriga, ao ponto de tornar obscuro qual é, em cada caso, a estratégia preponderante. A valorização patrimonial *soft* remete para uma ação de natureza predominantemente reformista, com objetivos de mediação e adaptação do passado às buscas do tempo presente. É o presente que prevalece nesta relação com os patrimónios do passado que, na estratégia *soft*, fica subordinado a uma lógica de usufruto de residentes e visitantes. Esta estratégia institui uma relação da cidade com um tempo local e uma paisagem urbana preservados na retórica de um particularismo que, em troca, os valoriza enquanto ingredientes colocados ao serviço do presente ou do futuro.

Por outro lado, a valorização patrimonial *hard* pretende significar as medidas de proteção e conservação aplicadas às marcas históricas da cidade que ajustam as interpretações

do presente às condições do seu passado. Invertem-se assim os termos da estratégia *soft*. Desta forma, a estratégia *hard* honra os patrimónios materiais e edificados. Seguindo esta linha de pensamento os autores efetuam uma comparação entre duas cidades distintas: Fortaleza e Coimbra. Fortaleza é identificada como cidade *livre* do seu passado e, por isso, em condições de o reescrever, e Coimbra como cidade *presa* ao seu passado e, portanto, com a possibilidade de se libertar. (Fortuna et al, 2012). Os autores demonstram-se ainda interessados em compreender como é que as estratégias *soft* e *hard* se complementam ou se contrapõem em cada cidade, dando origem a jogos de valorização. Não obstante as diferenciações históricas existentes entre Fortaleza e Coimbra, ambas colocam a valorização do seu passado no centro das suas estratégias de valorização e de promoção turística.

Assim, o passado das cidades não é inteiramente legível. Tanto pode mostrar-se irreduzível a qualquer linguagem ou projeto urbano, como pode revelar experiências de vida e sugerir dimensões da cultura local que paralisam a cidade como um todo. A reflexão sobre os diferentes sentidos de património, põe em questão as dimensões contemporâneas de sociabilidade, as noções de temporalidade e o modo como se efetivam encontros entre presente e passado. É nesses encontros que as cidades se veem e refletem umas sobre as outras ao espelho da proximidade intercidades. (Fortuna et al, 2012)

#### **2.4.Paisagem e identidade das cidades**

Para Lira Filho (2001), a paisagem é um ente tangível, que pode ser medido e permanece em constante transformação. É constituída por elementos naturais e antrópicos, que convivem em determinado tempo e são passíveis de modificação.

Segundo o autor, os seus componentes são: **naturais**, constituídos pelos fatores físicos e biológicos fornecidos pela natureza, onde existe o suporte físico, caracterizado por montanhas e rios, e existem ainda os seres vivos, representados por animais e vegetais, que configuram a paisagem pela sua presença ou ausência. Os **construídos** compõe a paisagem pela ação direta do homem (Lira Filho, 2001).

Para os mais variados grupos sociais, o termo lugar está relacionado com um sentimento de filiação com seu ambiente, já a paisagem deve ser apreendida como consequência das atividades sensoriais humanas. Desta forma, a paisagem é entendida como a interposição entre o ambiente – natural ou construído – e os seres humanos, bem como por toda sua história ao longo dos séculos. Desta forma, pode-se entender a paisagem como uma base, ou mesmo uma forma de linguagem, onde as mais diversas culturas podem expressar-se.

Uma paisagem é sempre o resultado de um fluir de acontecimentos sobre um determinado espaço. Esses acontecimentos são tanto de origem natural como, mais frequentemente nas nossas latitudes, de origem humana. Significa que na paisagem está inscrita de modo indissipável a marca das ações das comunidades humanas que aí estiveram ou viveram. Tal como afirmava George Bertrand (1978), a paisagem é um produto social, é uma resultante da história local ou regional. Mas, para além dessa impressão acumulada pela história, existe a diversidade própria inerente a cada cultura, pois "a cultura estrutura as paisagens", assim como "as paisagens inculcam cultura" (Nassauer, 1995 citado em Almeida s.d).

As paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As suas características, tanto naturais como culturais, constituem-se como os ingredientes essenciais que emergem das formas de registo baseadas na observação. Os elementos que formam a paisagem podem determinar o nosso "sentido de lugar" (Massey, 1995; Rose, 1995 cit por Almeida s.d), ou diferenciar territorialmente as nossas perceções e emoções, já que "a paisagem cultural é a nossa autobiografia inconsciente, pois ela reflete, de uma forma tangível, os nossos gostos, aspirações e temores" (Rubinstein 1999: 23, citado em Almeida s.d).

São inúmeros os fatores a ser considerados no planeamento paisagístico, que pode ser definido como a arte de compor paisagens (cenários), tendo em conta as questões funcionais, ambientais e culturais, tendo como meta básica o conforto visual, ou seja, algo agradável de ser visto. Na construção intencional da paisagem, também conta a intenção do projeto, ou seja, o que se pretende demonstrar – sob a ótica cultural de determinada sociedade – ou o que se deseja valorizar ou mesmo esconder, em determinado cenário, aplicando-lhe funções de várias ordens, não só estéticas, mas que certamente influenciarão os utilizadores sob o ponto de vista psicológico. (Feiber, 2005). Por exemplo, pode-se dizer que um ambiente com aspeto visual degradado, deteriorado, provavelmente propiciará reações negativas das pessoas – ausência de perspetivas, falta de estímulo ou, mesmo, depressão. Em contrapartida, um ambiente urbano com tratamento paisagístico harmonioso e equilibrado certamente promoverá sentimentos positivos, propiciando ao utilizador a crença num futuro mais promissor e possibilitando a sensação de ser integrante do lugar, identificando-se com ele (Feiber, 2001).

No tratamento paisagístico do meio urbano, Mascaró e Mascaró (2002) classificam o recinto urbano em duas categorias, que funcionam como locais de impactos visuais relevantes para a atuação dos profissionais responsáveis pela gestão da paisagem urbana. Uma das

categorias são os recintos para circulação, destinados ao trânsito de veículos e pedestres, ou de ambos, incluindo faixas de rolamento, canteiros centrais, ilhas variadas e calçadas. Estes são espaços notadamente lineares e contínuos, nos quais a constante é o deslocamento. A outra categoria são os recintos de permanência, que têm configuração espacial descontínua e são usados preferencialmente por pedestres, compondo também o conjunto de espaços abertos da cidade, tais como praças, largos e parques. (Mascaró e Mascaró 2002, citado em Feiber 2005).

## 2.5. Identidade Urbana

A capacidade de uma cidade constituir-se como imaginário, ou fonte de inspiração, está intimamente relacionada com a identidade urbana que lhe é cara e que resulta, efetivamente, do diálogo constante entre os habitantes e os edifícios, as ruas, as praças. O perfil de uma cidade é a sua identidade. (Ribeiro, 2004).

Lynch (1997) coloca a identidade urbana no sentido de individualidade e não como igualdade. Ou por outras palavras, para patrocinar a relação de identidade entre o ser humano e o meio, o ambiente deve possuir características próprias. Para a conceção de referenciais, o local deve adquirir um caráter peculiar, o que favorece o aparecimento de símbolos e significados urbanos. Assim, a cidade representa por si só toda uma sociedade complexa, sendo, desta forma, um espaço de representação (Lynch, 1997)

Importa analisar o trabalho de Del Rio (2003, p. 87 cit por Feiber, 2005), que afirma ser o meio ambiente capaz de suscitar respostas emocionais a partir das experiências visuais, sendo as suas respostas geridas por meio de três maneiras distintas: a **ótica**, que considera as reações percebidas do ambiente na realidade a partir das experiências puramente visuais; o **lugar**, que se refere à posição do homem em relação aos elementos que compõem o ambiente imediato, onde há um sentido topológico, que proporcionam sentimentos de pertença, posse e territorialidade, e por fim o **conteúdo**, que faz referência ao conjunto de significados que se percebem no espaço, tais como cor, textura e escala. Estas três maneiras de gerir respostas emocionais colaboram para formar, por meio da experiência quotidiana, o conhecimento, que é cumulativo. Desta forma, as percepções somadas à experiência coloquial, promovem o que o autor chama de “imagem mental” da cidade, gerando, entre outros, o conceito de **identidade**. (Feiber 2005).

Del Rio (2003), em concordância com as ideias de Lynch (1997), afirma que a identidade urbana deve ser capaz de promover significados ao observador por meio da

imagem ambiental, sendo a diferenciação, identificação, personalidade e individualidade de uma área em relação à outra, o que se entende de fato por identidade. Já para Carlos (1996 citado em Feiber 2005), a cidade é entendida como a obra das trocas antrópicas e desta com a natureza, realizadas pelas relações sociais, garantindo a constituição de um circuito de significados, intermediados pelos costumes e cultura que produzem a identidade urbana, onde o homem encontra e reconhece como seu “lugar” na vida. (Feiber, 2005).

O indivíduo, para que possa estabelecer uma analogia de identidade, necessita de uma imagem especial ou única, que a caracterize e a transforme em um lugar. O ser humano está submetido a uma existência cíclica com os mesmos caminhos, imagens e informações que constroem certa familiaridade, participando na sua edificação e na história do grupo social e seu ambiente (Santos, 1996).

Para Ferreira (2000 citado em Santos 1996), o lugar é o núcleo de sentidos, os quais não podem ser substituídos para o embasamento da identidade do sujeito enquanto pertencente a um grupo social, o que se associa à ideia de lar e que se dá em diversos planos, que vão da ligação mais completa à total falta de vínculo entre o indivíduo e o lugar (idem). Entende-se que existem várias tipologias de identidade local, possuidoras da característica de não poderem ser compreendidas apenas pela observação de elementos físicos, tão pouco decorrentes dos costumes, mas antes da condição de inter-relação de ambas as características.

A identidade é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais – como tendo um caráter próprio vívido, único, ou pelo menos particular. Tem uma função prática óbvia e quase banal, uma vez que a capacidade de reconhecimento dos elementos é a base de uma ação eficaz. Mas tem significados mais profundos e mais interessantes (Lynch, 1999, p. 127).

O mesmo autor, afirma ainda que, os aspetos da forma representados pela identidade em conjunto com a estrutura são os responsáveis pelo reconhecimento e padronização do espaço e do tempo. A fascinação pelas paisagens similares à de parques e cidades menores é formada por alguns sentimentos comuns na civilização moderna, havendo, porém, algumas condicionantes. Percebe-se que essas primazias são decorrentes de inúmeros fatores de ordem pessoal e física, onde o valor simbólico do lugar pode, em alguns casos, sobrepor-se à realidade. Quando isso ocorre, principalmente na predileção baseada antes na mente ou na ideia do grupo social do que na experiência pessoal, as preferências observadas anteriormente não oferecem segurança (Idem).

Assim, desde a mais tenra idade, a paisagem adquire significativo grau de importância no desenvolvimento psicológico das pessoas, o qual pode ser medido perante as inquietações

causadas pela sua carência ou falta, especialmente nos sujeitos excluídos. Cabe, entretanto, lembrar que, se em cada indivíduo existe o anseio por um lugar estruturado, cabe à sociedade incitar o seu incremento, possibilitando a esse indivíduo colaborar para desenvolver plenamente sua individualidade e, conseqüentemente, sua identidade (Nieto, 1992).

Para Rodrigues (2004), a identidade urbana de uma cidade é também considerada o conjunto de formas e elementos físicos que definem uma tipologia arquitetônica típica (de uma determinada população, cultura, sociedade), cuja configuração, ao adquirir uma dimensão histórica, promove a memória coletiva, defensora da identidade, como materialização das múltiplas memórias que resultam dos processos de acréscimo e de transformação urbana, num quadro onde as chamadas cidades históricas, surgem como referentes de especificidades arquitetônicas que adquirem configurações particulares. Outro aspecto que define a identidade, desta vez relacionada com paisagem é a que José Aguiar estabelece como expressão de *Genius Loci*, através da qual se verifica a correspondência entre o caráter natural e o caráter artificial da cidade a nível paisagístico, pela relação ou diálogo entre as edificações e o meio onde ela foi construída.

A noção de *genius loci*, tal como ela é formulada em 1979 pelo arquiteto norueguês Cristian Norberg-Schulz (1981 [1979]), tem por base a ideia de que qualquer construção deve procurar revelar ou explicitar a identidade, o caráter próprio ou, se quisermos, o gênio do lugar onde se insere. Para Norberg-Schulz, é a arquitetura que revela o significado escondido do meio no qual se integra. Sem ela, este permaneceria invisível, inacessível. Com ela, o sentido do sítio torna-se visível e, por isso, constrói o lugar. Lugar carregado de sentido. Lugar humanamente vivido. Lugar simbólico e existencial. Lugar habitado. Revelar o sentido do sítio é revelar o seu caráter próprio ou a sua identidade. É a arquitetura, “ponto” ou “implantação” que marca e torna visível a identidade de cada lugar (Xavier, 2007).

A artificialidade de uma cidade, conjugada com a sua localização geográfica, a nível das características naturais do espaço onde foi construída e fixada, vai contribuir para a identidade referencial, sustentada pela morfologia e pelo seu assentamento. Deste modo, o terreno e a sua orografia, por determinarem o modo de crescimento urbano, o clima, a localização, etc., dentro de um contexto paisagístico, definem o caráter da cidade. A ideia de identidade de um território ou de uma cidade é condicionada pelo conhecimento prévio a nível cultural, artístico, literário, cinematográfico, geográfico, entre outros. A descoberta da cidade está sempre relacionada com a análise comparativa associada ao conhecimento de outros ambientes urbanos. É essa comparação que permite a criação de uma identidade baseada na expressão das diferenças, e promove a defesa das características culturais

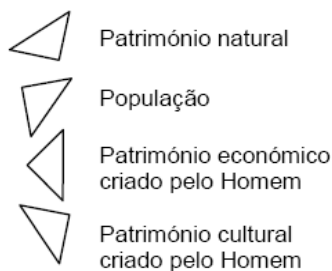
específicas das cidades em relação a outras. Existe uma distinção entre identidade percebida e identidade vivida. O sentido de pertença relaciona-se com o autorreconhecimento entre o lugar e o habitante. A autoconsciência da comunidade em relação ao lugar e o confronto com outros lugares, aumenta a consciência de si própria e a do lugar onde habita. O sentido de pertença, e o conhecimento de outros contextos urbanos segundo determinados pressupostos sociais, políticos, económicos, culturais, promovem um confronto entre o *Eu* e o *Outro*. Essa comparação proporciona a criação de uma identidade cujo sentido cosmopolita está relacionado com uma ideia de estilo da cidade associado ao conceito específico de beleza arquitetónica, segundo uma estética assumida como imagem de marca de um centro urbano. A cidade, como sinónimo de obra de arte coletiva, está associada à identidade e ao estilo. (Ribeiro, 2004)

## **2.6.A identidade territorial**

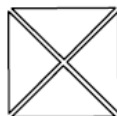
A diversidade de sentidos que pode ser atribuída à noção de identidade territorial é vasta, variando entre as referências genéricas acerca do carácter “único” dos lugares ou das regiões, a sua “singularidade”, a sua “especificidade” e/ou a sua “autenticidade”, até às sugestões mais sofisticadas acerca da “tradição e modernidade”, “extroversão e introversão”, “isolado ou em rede”, aplicadas a lugares ou regiões que beneficiam, ou não, de “capacidades ou potenciais” e “(des)vantagens comparativas”, no sentido de poderem ganhar ou perder com as interdependências entre o local e o global. No entanto, apesar desta “mistura” de possíveis sentidos, a identidade territorial é frequentemente entendida como um elixir para a promoção do desenvolvimento sustentável, a nível local ou regional, na era da globalização da economia e da cultura. (Oliveira e Roca, s.d).

A identidade territorial pode ser entendida como um conjunto de fixos e fluxos espaciais que caracteriza uma dada unidade territorial, tal como um lugar ou uma região.

## FIXOS ESPACIAIS



## PAISAGEM



## IDENTIDADE TERRITORIAL



## FLUXOS ESPACIAIS



## MODO DE VIDA



**Fig.1-** Fixos e Fluxos espaciais

**Fonte:** “A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento” disponível em: [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/019.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/019.pdf)

Efetuada agora uma leitura do esquema acima apresentado por Oliveira e Roca, os **fixos espaciais** são definidos como a população, o património natural, o património económico e o património cultural, estes dois últimos criados pelo Homem, enraizados e ancorados numa unidade territorial, onde o “património natural” inclui todos os elementos e objetos que constituem o ambiente natural (atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera). A “população” abrange a distribuição espacial e as estruturas (biológica, social, económica e cultural) de todos os indivíduos que estão permanentemente ou temporariamente presentes numa unidade territorial; o “património económico criado pelo Homem” corresponde a todos os objetos do ambiente criado cujo objetivo é a produção, distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis (relacionados com a satisfação das necessidades humanas físicas) numa unidade territorial; o “património cultural criado pelo Homem” corresponde a todos os objetos do ambiente criado cujo objetivo é a produção, distribuição e/ou consumo dos bens e serviços intangíveis (relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais) numa unidade territorial.

Os **fluxos espaciais** são entendidos como atividades, relações e significados dentro de redes e sistemas horizontais (territoriais) e verticais (funcionais) que determinam a Natureza, a Sociedade, a Economia e a Cultura. Conjuntos de fluxos espaciais determinam modos de

vida específicos. Consequentemente, as identidades territoriais são determinadas pela especificidade duma área geográfica em termos das características da sua paisagem e dos seus modos de vida. (idem).

Roca refere que a (re) afirmação dos elementos naturais, económicos e culturais da identidade territorial ganhou importância estratégica na era da economia e cultura globalizadas. Isto aplica-se igualmente àqueles lugares e regiões que já beneficiam de identidades favoráveis, atraentes (ou mesmo “globalmente competitivas”), baseadas no crescimento e desenvolvimento sustentáveis, e às áreas rurais desfavorecidas, maioritariamente periféricas que sofrem de: (i) uma degradação ambiental devido a conflitos de uso do solo; (ii) uma economia débil; e/ou (iii) uma autenticidade cultural a esvanecer-se devido à sobre-exposição a bens, serviços e ideias globalizados ou à sua adoção indiscriminada.

Sintomaticamente, qualquer que seja o nível e o tipo de desenvolvimento, as paisagens têm vindo a ser cada vez mais vistas e tratadas como importantes recursos a aproveitar em seu benefício. A preservação e a (re) qualificação da paisagem têm vindo a tornar-se sinónimos, implícita ou explicitamente, de reforço de elementos das paisagens existentes ou de criação de novos elementos, tanto materiais como imateriais, fortalecedores da identidade territorial, não só na ótica da eliminação daqueles elementos que são negativos, mas também na da efetivação dos mais positivos, visando sempre e em qualquer circunstância promover a emancipação económica e cultural de lugares e regiões (Roca, 2009).

### 3. Mobilidade Urbana

A imagem do espaço urbano é essencial na definição da relação que cada ser humano tem com o meio que o rodeia.

“ O espaço urbano é, por excelência o espaço do exercício do direito à cidadania. É um espaço que se vive a cada dia, pelo que, em cada dia criamos desse espaço uma imagem, que se grava na nossa memória em acordo ou desarmonia com as imagens passadas e guardadas no fundo de cada um” (Moutinho e Primo, 2010:11).

A cidade não é apenas um objeto percebido, ela está sempre a modificar-se. Kevin Lynch (1997), afirma que a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. (Lynch,1997, p.11). Lynch (1997) centrou-se essencialmente sobre a imagem da cidade relativamente aos efeitos dos elementos físicos perceptíveis, no sentido de descobrir a importância da forma, mas o seu estudo não aborda outros fatores que podem influenciar a imagem da cidade, como o significado social de uma área, a sua função, a história ou até a toponímia. Este autor, distingue cinco elementos relativos a formas físicas da cidade, que são as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e elementos marcantes. As vias são os canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos de ferro. Para muitos estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias. Os limites são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, (...) costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho de ferro, paredes (...) estes elementos limites são para muitos uma relevante característica organizadora. Os bairros, são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e identificável. Os cruzamentos são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador pode entrar, e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um intercruzar ou convergir de vias ou momentos de mudança de uma estrutura para outra. Por fim, os pontos marcantes, são outro tipo de referência mas, neste caso, o observador não está dentro dele, pois são externos. São normalmente representados por um objeto físico, definido de um modo simples. Podem situar-se dentro da cidade ou a uma tal distância que desempenham a função constante de símbolo de direção (Lynch,1997:58).

A imagem ambiental é importante no processo de orientação pois tem a ver com o reconhecimento e a padronização que o observador faz do ambiente. Como tal, resulta de um processo bilateral entre quem observa e o ambiente em questão (Lynch,1999) Segundo Lynch (1997), a imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. A **identidade** tem a ver com aquilo que a distingue das outras coisas, a **estrutura** com a relação espacial do objeto com o observador e com outros objetos, o **significado** é relativo ao sentido que tem, material e emocionalmente, para o observador. Esta última componente da identidade depende do observador e da leitura que ele faz do objeto, é algo pessoal, mas que se cruza com as 'identidades' de todos os outros para quem o objeto também tem significados ou memórias (Brandão, 2008), isto é o observador seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê, criando a sua própria imagem.

Aos políticos e aos urbanistas interessa-lhes que a mesma imagem seja comum a um determinado grupo de observadores, isto é, que exista uma imagem de grupo da cidade, porque assim garantem que esses ambientes urbanos irão ser utilizados por muitas pessoas. A esta característica dos ambientes urbanos, Kevin Lynch atribuiu o conceito de '*imaginabilidade*': que são as características que um objeto físico tem em evocar uma imagem forte, independentemente do observador. Como tal, um ambiente urbano com alta '*imaginabilidade*' é aquele que é de fácil identificação e estruturação visual. (Lynch, 1997). Esse modelo coerente de uma cidade legível e de alta imaginabilidade traria, segundo o autor, várias vantagens para seus habitantes. Em primeiro lugar, vantagens funcionais, tais como "locomoção fácil e rápida", "eficiência na organização das atividades" e "facilidades de comunicação"; em segundo lugar, vantagens individuais e coletivas, em termos de sociabilidade, numa ordem social urbana cada vez mais complexa; e em terceiro lugar, vantagens emocionais e afetivas vinculadas à segurança e à autoestima derivadas de uma "relação harmoniosa" entre a pessoa e o mundo à sua volta. (Idem).

Segundo Jacobs (2009), as ruas da cidade têm vários fins além do tráfego de veículos, da mesma forma que as calçadas têm outras funções além de acolher peões. As ruas e calçadas de uma cidade são os seus órgãos mais vitais. Se parecem interessantes, a cidade parecerá interessante, e se as ruas são seguras, a cidade estará livre da violência e do medo. É importante que a calçada seja movimentada de noite e de dia por diferentes populações no caminho para o trabalho, casa ou lazer. Jacobs denomina isso de sistema de vigilância cidadã. A segurança urbana é função das ruas da cidade grande e das suas calçadas. Se as ruas não são seguras, serão evitadas. Certas vias públicas não dão oportunidade à violência, uma vez que,

uma rua movimentada consegue garantir a segurança, enquanto uma rua deserta, não. A rua segura e preparada para receber qualquer tipo de pessoas, precisa:

“ter nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado, [...] não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais, [...] Devem existir olhos para a rua, [...] os edifícios [...] devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega, [...] A calçada deve ter utilizadores a transitar ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. [...] Há muita gente que gosta de entreter-se, de vez em quando, a olhar para o movimento da rua “ (Jacobs, 2009, p. 35-36).

Um dos requisitos básicos para a vigilância cidadã é um número substancial de estabelecimentos e de outros locais públicos como sejam lojas, bares, confeitarias, padarias e restaurantes. Este tipo de estabelecimentos comerciais variados levam as pessoas a circularem onde eles existem e a presença de pessoas atrai outras pessoas (idem).

A autora refere que os **contatos** feitos nas ruas são fundamentais, pois revelam uma compreensão da identidade pública das pessoas. Uma rede de respeito e confiança mútuos (Jacobs, 2009: 59-60). Os contatos nas ruas, apesar de aparentemente desprezíveis, despropositados e aleatórios, constituem a mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade. Mas a vida na rua só surge quando existem oportunidades concretas, tangíveis. Estas oportunidades são as mesmas necessárias para cultivar a segurança. Se elas não existirem, os contatos públicos nas ruas também não existirão (idem, 75-78).

É comum nas grandes cidades a largura das calçadas serem diminuídas em função da largura da pista para carros. Isso despreza a condição de elemento imprescindível para a segurança e vitalidade urbanas. Jacobs (2009), refere que os automóveis costumam ser convenientemente responsabilizados pelos danos das cidades, pelos insucessos e pela inutilidade do planeamento urbano. Mas os efeitos nocivos dos automóveis são menos a causa do que um sintoma da nossa incompetência no desenvolvimento urbano. Os projetistas, não conseguem compatibilizar automóveis e cidades. Eles não sabem o que fazer com os automóveis nas cidades porque não têm a mínima ideia de como projetar cidades funcionais e saudáveis - com ou sem automóveis. As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e projetistas acabou por acreditar que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades. No entanto, as cidades apresentam preocupações económicas e sociais muito mais complexas do que o tráfego automóvel. (Jacobs, 2009).

### 3.1.Vazios Urbanos

O termo ‘vazio urbano’ principiou o seu desenho como consequência pós-industrial das cidades. No início a sua definição pretendia caracterizar os espaços essencialmente ligados à terciarização, que tinham ficado das zonas industriais abandonadas, assim como das ferrovias desativadas e de edifícios abandonados.

Portas (2000), refere que o conceito gera alguma ambiguidade porque afinal há ‘vazios urbanos’, que não são efetivamente vazios, ou porque há espaços que não se enquadram na categoria de ‘vazios urbanos’, nem noutra qualquer, logo tornou-se obrigatório explorar este conceito. Alguns autores definem os ‘vazios urbanos’ como espaços preferencialmente não edificadas e que estão ligados às infraestruturas urbanas. No entanto, são espaços importantes para o equilíbrio da cidade, uma vez que incorporam funções sociais e urbanas. Por outro lado, devido a processos de marginalização, degradação e decadência física, económica e social, os ‘vazios urbanos’ são vistos como resultado de fenómenos de rarefação, indefinição ou rutura urbana. São ainda, espaços que aguardam por uma requalificação, uma vez que potenciam a memória, a identidade coletiva e o uso quotidiano na expressão da troca e do comércio, da informação e da comunicação, do debate e da manifestação. (Portas, 2000).

O conceito de ‘vazio urbano’ pode ser dividido em três universos conceptuais: o universo construído, o universo económico e o universo social. **O Universo Construído** é a problemática mais comum e imediata. Pode ter múltiplas e variadas origens. A ausência de construção constitui-se como um vazio da/na cidade. A controvérsia prende-se com a classificação de vazio urbano apenas dos espaços degradados e não qualificados, e residuais (abordagem negativa de vazio urbano). Em algumas cidades fala-se da necessidade de ‘esvaziar’, isto é, criar vazios na cidade que se constituam como espaços públicos da cidade. É quase como se estivéssemos a falar num ‘vazio democrático’, necessário à cidade, assim como as ruas, os edifícios, os espaços verdes e as pessoas. **O Universo Económico**, caracteriza-se por cidades com um perfil predominantemente terciário, cuja transformação de uso leva ao aparecimento de vazios decorrentes de antigas áreas ferroviárias, fábricas, portos. Neste tipo de vazios lidamos com grandes áreas de infraestruturas com construção. São espaços cuja condição de vazio se relaciona com o seu uso, ou neste caso, a falta dele. **O Universo Social**, é caracterizado por áreas urbanas que eram densamente construídas, mas que com a consequente desocupação, devido, por exemplo, à substituição do perfil populacional, levam à redução da densidade populacional e ao consequente aparecimento dos

chamados ‘vazios demográficos’, que se traduzem no abandono e degradação das construções e do tecido urbano. (Sousa, 2010).

Quando classificamos um espaço de ‘vazio urbano’ (independentemente da questão se o estamos a classificar bem ou não) é porque vemos nele uma oportunidade de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção, ou pelo contrário, uma qualificação como espaço de memória ou espaço verde ou espaço de nova infraestruturação (idem).

#### **4. Habitação acessível**

Simões *et al* (s.d) refere que o homem tem uma dimensão biológica, psicológica e social, e este conjunto de dimensões constitui a identidade do indivíduo, dotando-o de uma personalidade única, distinguindo-o dos demais. A autonomia, considerada como realização plena do indivíduo enquanto pessoa, resulta de um processo que depende do próprio, mas também depende da interação que a pessoa mantém com os seus contextos de vida, estando assim, condicionada pela acessibilidade. Se os ambientes são concebidos só para “alguns”, grande parte sentirá a hostilidade dos espaços ou mesmo a impossibilidade de os utilizar. O conceito em questão é interpretado e expresso por cada pessoa segundo a sua forma de ser e de estar; nesse sentido, será um constante desafio em qualquer etapa da vida, pois, as nossas características e o tipo de atividade em que nos envolvemos vão-se alterando. Prevê-se que uma cada vez maio

r percentagem de pessoas com deficiência ou avançada idade possa sentir um desajustamento entre as suas capacidades e as condições do meio ambiente. No entanto, já é visível, nas sociedades atuais, a intenção de proporcionar “mais e melhor vida” a essas pessoas, criando condições de segurança e de bem-estar e assegurando a sua autonomia”. (Simões *et al* s.d).

As recomendações de acessibilidade, numa ótica de Design Inclusivo e de habitação para a vida, têm como objetivos: orientar o público em geral na avaliação de habitações existentes, proporcionando critérios que permitam a comparação entre as opções disponíveis no momento de escolha de uma nova casa; ilustrar um conjunto de possíveis soluções que possam servir de inspiração ao processo de adaptação de uma casa. (Simões *et al* s.d).

Importa salientar que, construir edifícios acessíveis de habitação é uma boa prática, mas também uma exigência legal. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, estabelece as normas técnicas de acessibilidade a cumprir nos edifícios de habitação, quer nos espaços comuns (quando existam), quer na área privativa do fogo. A falta de acessibilidade no parque habitacional prejudica, desde logo: O Princípio da Igualdade, O Direito à Habitação e Urbanismo, e é um facto incontornável que a falta de acessibilidade na habitação prejudica ainda a dignidade da pessoa humana. (*idem*).

##### **4.1.Casa Inclusiva-Vantagens Económicas**

Existe a convicção generalizada que uma habitação acessível terá, por norma, um custo muito superior a uma habitação corrente, no entanto, a generalidade dos estudos

consultados conclui que os pequenos acréscimos de custo que se verificam são largamente compensados pela redução das despesas decorrentes da inacessibilidade e inadequação das habitações. Segundo um estudo de 2004, elaborado pelo Centro Suíço para a Construção Adaptada às Pessoas com Deficiência, os custos adicionais variam de acordo com a dimensão do edifício, sendo de 1,65% a 3,4% para a construção acessível de raiz e de 3,96% a 6,99% no caso da adaptação de edifícios existentes. Estes são os custos que se verificam na construção do edifício.” (Simões et al s.d).

#### **4.2. Adaptação do existente**

A necessidade de adequar a casa às necessidades do morador coloca-se, naturalmente, tanto nos edifícios futuros como nos edifícios existentes. Deve notar-se, contudo, que esta questão se coloca de forma mais premente e mais difícil nos edifícios existentes. Enquanto nos edifícios futuros se poderá prevenir o desajuste entre as necessidades do morador e as exigências da habitação, nos edifícios onde hoje residem pessoas esse desajuste muitas vezes já se manifesta, reclamando intervenção urgente.

Assim, devido à grande diversidade quer de edifícios, quer de moradores, não existe uma “receita” aplicável a todas estas adaptações. O que é essencial garantir é que em cada caso sejam realizadas as intervenções que, dentro das possibilidades dadas pelo edifício, melhor se ajustem às necessidades e às preferências da pessoa que mora na habitação. Para esse efeito, será essencial ouvir o morador e garantir uma boa instalação. O morador pode não saber como deve ser realizada a adaptação, mas sabe melhor do que ninguém quais são as suas limitações. As propostas de intervenção devem ser explicadas de forma clara, e deve haver abertura para as discutir e melhorar com o morador.” (Simões et al s.d).

#### **4.3. O exterior do Edifício**

Sendo certo que as condições de acessibilidade do meio físico são um fator indispensável, não se deve menosprezar a importância que tem a relação psicológica dos residentes com os espaços exteriores que envolvem a morada.” (Simões et al s.d).

**a) Passeio e passadeira:** O passeio deverá ter um pavimento firme, regular e bem conservado. Nem branco nem muito claro, para não refletir em demasia a luz solar. Desaconselha-se a “calçada à portuguesa” que, além de ser pouco acessível, é bastante

desconfortável, de difícil limpeza e de manutenção muito dispendiosa. O melhor passeio é o passeio de nível. Em toda a extensão do passeio deve salvaguardar-se um canal desobstruído com 1,20 m de largura. Este canal pode ter estreitamentos pontuais, nunca inferiores a 80 cm de largura. Se a passagem de peões tiver semáforo, este deverá estar temporizado de forma a dar ao peão 2,5 segundos de verde por cada metro de distância do atravessamento. (Simões et al s.d).

**b) Estacionamento:** O número de lugares de estacionamento reservados para veículos de pessoas com deficiência terá de cumprir os mínimos exigidos por lei. O lugar de estacionamento reservado deverá medir 5 m de comprimento por 2,50 m de largura, possuindo uma faixa lateral com 1m de largura. O lugar de estacionamento reservado terá de estar devidamente assinalado com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no pavimento com cor contrastante. (Simões et al s.d).

**c) Zona de entrada:** A área exterior adjacente à zona de entrada para as habitações deverá ser configurada de forma a fomentar a sua apropriação simbólica pelos moradores. Esta apropriação produz diversos benefícios – maior conforto psicológico dos moradores, melhores condições de vigilância natural e maior facilidade na manutenção. Pala junto à porta de entrada protege da chuva e está iluminada de noite. Portão regula acesso às zonas verdes e facilitar a vigilância das crianças.” (Simões et al s.d).

**d) Zonas verdes:** O desenho urbano deverá fomentar a apropriação simbólica e a vigilância natural das zonas verdes adjacentes aos edifícios de habitação. Esta apropriação tem diversos benefícios: ao nível do bem-estar dos moradores, do desenvolvimento de laços comunitários, da segurança do bairro e da sua manutenção. Devem existir uma horta comunitária para fomentar laços comunitários e contribuir para o envelhecimento ativo, canteiros elevados acessíveis para jardineiros sentados, zona de sombra para convívio ou descanso e um maciço vegetal separa do tráfego e reduz a poluição sonora, visual e atmosférica”. (Simões et al s.d).

#### **4.4.. O Interior da habitação**

Na escolha de uma habitação a orientação solar é de primordial importância, já que poderá possibilitar a iluminação e ventilação naturais durante todo o período diurno, assim como a manutenção de uma temperatura ambiente confortável, sem custos elevados.

A organização e distribuição dos espaços da habitação podem favorecer a sua posterior adaptação - com carácter temporário ou definitivo - às diferentes necessidades dos seus utilizadores.

A acessibilidade está relacionada em parte com o conceito de mobilidade, pelo que se recomenda a criação de espaços fluidos, que possibilitem apropriações e usos diversos, favorecendo a mobilidade e evitando a criação de espaços de circulação longos e estreitos. (Simões et al s.d).

#### 4.4.1. Organização e características do interior da habitação

Aconselha-se que os pavimentos sejam regulares e que a sua natureza seja adaptada às necessidades dos utilizadores, nomeadamente no que diz respeito a características de: aderência, estabilidade, firmeza, durabilidade, continuidade, facilidade de manutenção, cor e textura. (Simões et al s.d)

**a) Entrada:** Trata-se da área de acesso à habitação. Pela diversidade de utilizadores e de necessidades associadas aconselha-se que apresente uma configuração ampla e desafogada, permitindo uma circulação simples e fluida. A porta deverá ter uma largura de, pelo menos, 90 cm úteis; Aconselha-se que a área de entrada da habitação seja bem iluminada, tanto no exterior como no interior da habitação, por razões funcionais e de segurança. (Simões et al s.d).

**b) Circulação/distribuição:** Trata-se do espaço ou conjunto de espaços, que interligam todos os espaços da habitação. Serão estes espaços que constituirão a estrutura do percurso acessível no interior da habitação. Será aconselhável que se articulem entre si de forma fluida, simples e linear, favorecendo a mobilidade. (Simões et al s.d).

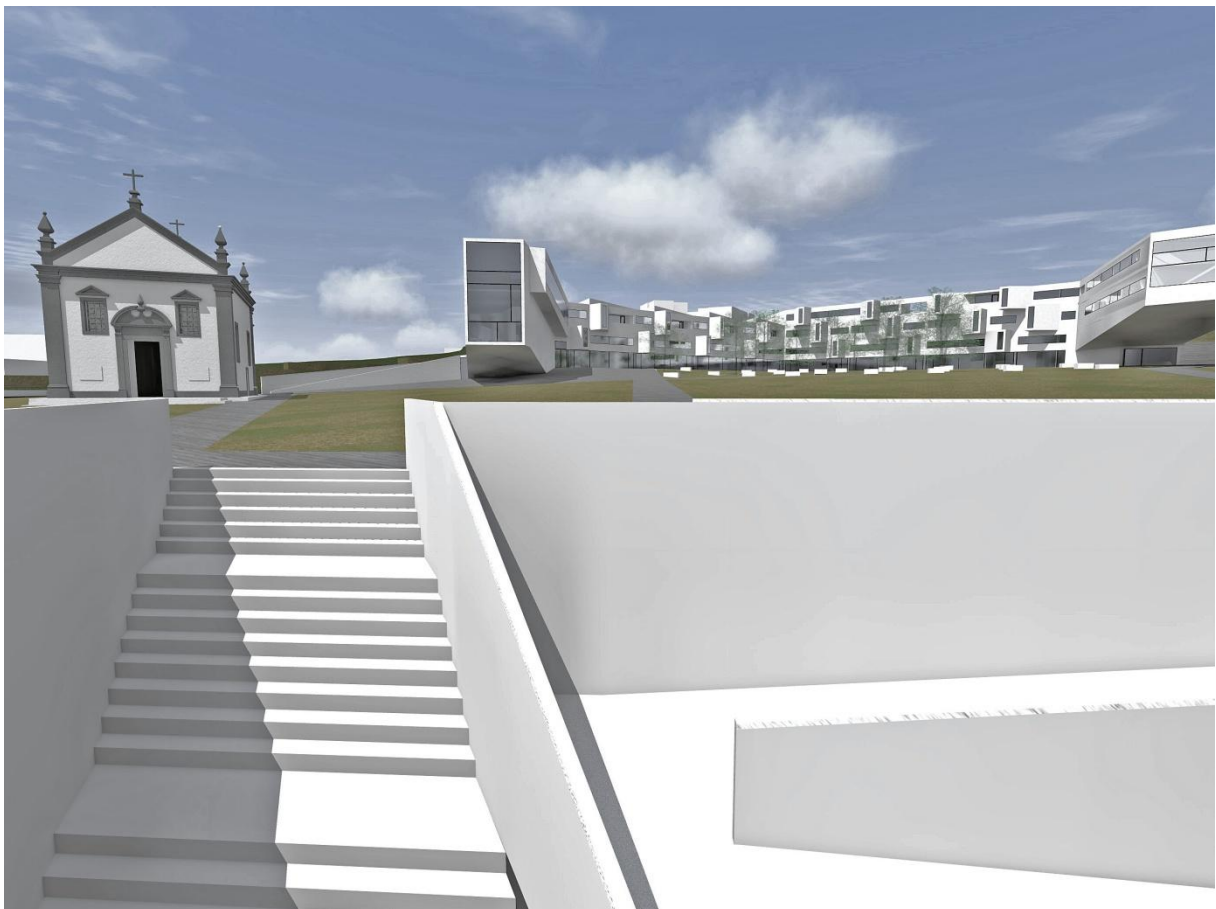
**c) Escadas:** No caso de tipologias que possuam escadas interiores (duplex ou moradias), estas deverão ter uma largura mínima de 1 m. Os corrimãos devem estar colocados a uma altura entre 85 cm e 90 cm. Os corrimãos devem ter dimensão, forma e afastamento em relação à parede que permita uma fácil preensão pelos utilizadores; (Simões et al s.d).

**d) Sala:** Torna-se fundamental que seja um espaço que não promova a exclusão em qualquer situação da sua utilização diária. De forma a garantir uma circulação fluida a todos os utilizadores, aconselha-se uma largura livre de 75 cm (mínimo) em todos os espaços de passagem. (Simões et al s.d).

**e) Quartos:** Trata-se de espaços de características pessoais ou individuais, pelo que deverão estar adaptados às necessidades dos seus utilizadores.” (Simões et al s.d).

**f) Cozinha:** Uma cozinha desenhada a partir dos princípios do Design Inclusivo apresenta o mesmo tipo de funcionalidades e aparência que a generalidade das cozinhas convencionais. A cozinha é um dos espaços da habitação que levanta mais questões de acessibilidade, quer por ser um espaço potencialmente propício a acidentes, devido à presença de água e gás, quer porque a organização dos equipamentos que acomoda está muito dependente da forma como foram projetadas as infraestruturas da habitação. (Simões et al s.d).

**g) Instalações Sanitárias:** De acordo com a atual legislação portuguesa (Decreto-Lei 163/06) em cada habitação tem de existir, pelo menos, uma instalação sanitária com condições de acessibilidade, equipada com um lavatório, uma sanita, um bidé e uma banheira, sendo que a banheira poderá ser substituída por uma base de duche desde que seja assegurado o espaço para a sua instalação. A casa de banho deverá ser pensada como um espaço que garanta a higiene pessoal de forma autónoma e confortável para todas as pessoas. (Simões et al s.d).



**Fig. 1:** Render rampa exterior

## **5. Habitação para idosos**

### **5.1. Envelhecer em casa: *aging in place***

*Aging in place* é a política emergente que focaliza a sua discussão na compreensão das mudanças que ocorrem no envelhecimento e no seu ambiente envolvente, elegendo a manutenção da pessoa no seu meio natural como meio preferencial de vida Pynoos 2001; Caraviello e Cicero, (2009 citado em Martin *et al*, 2012). Este conceito, enfatizada a perspectiva apreendida segundo o modelo ecológico, e assume que os padrões de bem-estar, saúde e funcionamento da pessoa estão associados a uma interação de influências entre recursos biológicos, comportamentais, sociais, físicos e ambientais, que envolvem o próprio, as suas famílias e as comunidades (Ball *et al.*, 2004 citado em Martin *et al*, 2012).

*Aging in place* é, a capacidade de a pessoa idosa permanecer na própria residência, mesmo quando confrontada com a necessidade crescente de apoio por mudanças de vida, como o declínio da saúde, a viuvez, ou a perda de rendimentos (Pastalan, 1990 citado em Martin *et al*, 2012).

### **5.2. Habitação degradada e residentes idosos**

São inúmeros os fatores que contribuem para a criação de um ambiente confortável, integrando constituintes do ambiente interno (habitação), do ambiente externo de proximidade e do ambiente em torno das redes locais de suporte. No entanto, e visto que as pessoas idosas moram, preferencialmente, nas suas casas ou em casas de familiares, a habitação torna-se o foco espacial das suas vidas pelo aumento do tempo de permanência e do uso da habitação. Daré (2010 citado em Martin *et al*, 2012).

Elementos como a existência de água canalizada e estruturas funcionais, casa de banho com, pelo menos, sanita com autoclismo e base de chuveiro ou equiparado, assim como estruturas que permitam cozinhar nas instalações, são os mais frequentemente referenciados na análise das condições de vida dos idosos na União Europeia (UE) (United Nations, 2006). Outros, como a existência de televisão e telefone funcionais, são indicadores de bem-estar que contribuem para a ocupação e a promoção de sensação de segurança, ao facilitar o acesso à informação e/ou a sua transmissão ao exterior. O número de compartimentos aos quais a pessoa idosa tem acesso é, igualmente, um indicador relevante, assim como a conveniência do

local de morada e as condições de acesso ao alojamento United Nations (2006 citado em Martin *et al*, 2012).

### **5.3. Adequação da habitação às necessidades físicas e sociais da pessoa idosa**

A pobreza, a exclusão social e a falta de condições de habitabilidade são os problemas prevalentemente associados à população idosa em Portugal (CET/ISCTE,2008; Instituto Nacional de Estatística, 2002). As condições de habitabilidade vão muito além das condições elementares de bem-estar citadas, pois, com a idade, destacam-se comprometimentos individuais, como sejam alterações biológicas, psicológicas e sociais que originam vulnerabilidade e dependência”. (Martin *et al*, 2012 p.184).

Segundo os autores, condições habitacionais restritivas podem, inclusivamente, exacerbar o declínio das funções e capacidades, sendo uma determinante para a saúde, a autonomia, a independência e a manutenção das pessoas idosas no seu meio. Esta desadequação ambiental encontra-se na base de muitas situações de isolamento (pela incapacidade de superar barreiras físicas que confinam o idoso a um espaço exíguo) e de institucionalização prematura, afetando a pessoa idosa, os seus familiares cuidadores e os serviços da comunidade quando, quer barreiras arquitetónicas, quer a ausência de estruturas de apoio necessárias, impedem a apropriada prestação de cuidados Pynoos, Caraviello e Cicero, (2009 citado em Martin *et al*, 2012).”

Uma habitação inclusiva compreende, quatro conceitos que procuram redefini-la como uma tecnologia capacitadora para a vida, sendo eles “*accessible design*” (cumprimento mínimo de normas de acessibilidade e adequabilidade), “*visitability*” (eliminação de três barreiras principais: i. degraus, ii. corredores e portas estreitas e iii. casa de banho inacessível no andar de acesso ao exterior), “*adaptability*” (recursos que suportam atualizações fáceis e de baixo custo para melhorar as condições de acesso no futuro) e “*lifespan design*” (inclui uma gama de recursos adaptativos que facilitam a segurança e a prevenção de quedas, entre outros). Jordana e Maisel (2010 citado em Martin *et al*, 2012).

Alguns dos problemas mais comuns nas habitações podem ser contornados com soluções economicamente acessíveis (custo estimado muito inferior às obras de remodelação profundas) que potenciam a melhoria no desempenho do idoso, a redução de acidentes e apoiam uma vida independente. Perante potenciais políticas de apoio à adaptação habitacional

aos prestadores de serviços é recomendável a envolvimento da pessoa idosa no processo de modificação ambiental de forma a “maximizar a congruência entre as necessidades do próprio e as ofertas do meio ambiente” (Lawton, 1974: 258), priorizando melhorias rentáveis com impacto positivo na segurança doméstica e na usabilidade.” (Martin *et al*, 2012. P. 187).

**Parte II:**  
Projeto de Renovação

## 1. Processo de projeto

A pesquisa pode fornecer uma visão mais profunda de um tópico, uma melhor compreensão de um problema, oportunidades mais claramente definidas, e os entraves da possível ação, medição de regularidades, e descrições ordenadas. A pesquisa é mais do que simplesmente procurar ou resolver problemas. O que os pesquisadores querem fazer é usar a sua experiência para ajudar a identificar e resolver novos problemas. No decorrer do seu trabalho, os investigadores desenvolvem conceitos, formulam hipóteses, e testam as suas ideias. Durante um projeto de pesquisa, os investigadores realizam as atividades em várias sequências e estas são combinadas de várias maneiras. Esta atividade complexa denomina-se “pesquisa”. (Zeisel,1981). Num projeto de pesquisa os investigadores querem definir um conceito com o qual ordenam a informação. Esse conceito é formado/encontrado lentamente. No início de um projeto, conceitos emergentes são visões que definem quais os dados a recolher. No decorrer do projeto, a informação esclarece os conceitos. No final de um projeto de pesquisa bem-sucedido, conceitos claramente definidos, podem definir as áreas onde novas pesquisas podem aumentar a precisão”. (Zeisel,1981).

Pesquisadores criativos, inventam e descobrem. Os conceitos explicativos tendem a ser holísticos, ou seja, isto é, eles descrevem as entidades que não podem ser analisadas para a soma das suas partes. Por razoavelmente estender conceitos criativos de pesquisa, os investigadores geram novos problemas para estudar novas hipóteses. Por esta razão, tal conceito é chamado por vezes de “fórmula geração”: uma fórmula capaz de resumir num único conceito descritivo uma grande riqueza de observações particulares.

Os investigadores não abordam os problemas com as mentes vazias. Cada pesquisador sabe alguma coisa sobre o seu problema particular, e relaciona-os com o seu trabalho empírico e teorias. A vivência pessoal de cada pesquisador também tem influência na forma como ele olha para o mundo: a sua vida familiar, a escola, viagens, amigos e livros. Explicitada como sendo um dos primeiros passos em projetos de investigação, os preconceitos podem ser úteis no decorrer da mesma. (Zeisel, 2001).

Os avanços tecnológicos e as mudanças globais das relações sociais e económicas influenciam os trabalhos em arquitetura. Nos últimos anos, a complexidade do projeto e a exigência da qualidade ambiental das construções de grande porte têm aumentado.

Em arquitetura, o processo de criação não possui métodos rígidos ou universais entre profissionais, muito embora possam ser atestados alguns procedimentos comuns entre projetistas. O processo é complexo e pouco exteriorizado pelo profissional. O campo

projetivo arquitetônico situa-se numa área intermediária entre ciência e arte, tendo que responder a questões não perfeitamente definidas e permitindo múltiplas abordagens (Dülgeroglu, 1999; Jutla, 1996 citado em Moreira *et al* 2006). Pode-se considerar o processo de projeto como um conjunto de atividades intelectuais básicas, organizadas em fases de características e resultados distintos. Essas atividades são análise, síntese, previsão, avaliação e decisão. Na prática, algumas atividades podem ser realizadas através da intuição, algumas de forma consciente e outras a partir de padrões ou normas. Existe um consenso entre os teóricos de que a intuição é parte importante do processo e de que o modelo de projeto não é uma sequência linear de atividades exatas, uma vez que o projetista não possui *a priori* amplo conhecimento da natureza do objeto de projeto, e seu processo de pensamento não pode ser considerado totalmente racional (Lang 1974 citado em Moreira *et al* 2006,).

Podem, no entanto, existir barreiras que impeçam o florescimento da criatividade no indivíduo, que podem ser perceptivas, culturais, ambientais, emocionais e intelectuais. De outro lado, há meios de estimular as atividades criativas, como, por exemplo, os métodos chamados de *brainstorming*.

Durante o processo de criação são efetuadas avaliações constantes de vários tipos. Existem sistemas de avaliação abertos, os chamados métodos de argumentação, que enfocam e privilegiam certas soluções de projeto. O debate é influenciado por características pessoais, pela experiência do projetista em relação ao problema, bem como pelo enfoque de sua formação diante do projeto. Todos esses fatores, agora expostos, moldam o interesse do projeto. É valioso e útil para arquitetos explorar várias maneiras de obter soluções de projeto de um aspecto específico, adotando diferentes ênfases durante o processo de concepção da solução. Muitas vezes são aplicadas três abordagens para um projeto com o enfoque dirigido na avaliação por arguição. O fator imagem é aplicado quando a ênfase na abordagem é o visual, o intuitivo. O programa do projeto pode assumir ênfase na abordagem através do racional, do funcional, e o sítio tem ênfase na abordagem através do seu meio ambiente. (Moreira *et al*, 2006).

### **1.1.Incerteza e experimentação**

O arquiteto, no ato de projetar, descobre novas possibilidades a partir de indícios fornecidos pelo próprio desenho. Nesse contexto, o esquisso estimula a produção de ideias porque é constituído de traços imprecisos, sobrepostos e ambíguos. Pode-se, portanto perceber, imaginar e selecionar múltiplas interpretações por meio de um único esquisso.

Nesse momento, atuam a memória, o repertório do sujeito e sua capacidade de manipular ideias (Florio, 2010).

Os desenhos são instrumentos exploratórios e não meros registros da imagem mental (Herbert, 1992, p. 33). Assim, os desenhos atuam como suporte mental, e não como meros registros daquilo que está “pronto” na mente. Embora seja difícil descobrir a fonte dos pensamentos dos arquitetos, os esboços, como registros rápidos do pensamento, podem indicar, mesmo que parcialmente e com limitações, as sucessivas aproximações realizadas durante a realização de um projeto. Por meio desses registros, pode-se seguir o trajeto percorrido pelo arquiteto na elaboração do seu projeto e investigar as possíveis ideias que lhe ocorreram durante o processo. (Herbert, 1992). Segundo Florio (2010), a incerteza está no cerne do processo criativo em projeto, sendo muito mais presente na fase de criação, devido à falta de informações suficientes para resolver problemas. Já na fase de execução, ela é reduzida, pois os objetivos já estão claros e as informações são suficientes para lidar com o problema de projeto.

O mesmo autor refere ainda que, os esboços de concepção são registros preciosos do processo de projeto, revelam a busca incessante da definição e solução de um problema ainda desconhecido. Por esses motivos, alguns arquitetos não gostam de mostrar os esboços dessa fase, pois eles revelam a incerteza no processo decisivo e, por vezes, expõem as dificuldades enfrentadas.

Na verdade, o projeto desenvolve-se por meio de pequenos ciclos, que envolvem o registro gráfico, a análise e avaliação de uma nova proposta, que acaba por ser desenvolvida aos poucos, por incrementos. As ideias não aparecem de uma única vez, ao contrário, são criadas e desenvolvidas aos poucos, pois a complexidade da tarefa impede que esta seja resolvida de imediato (Florio, 2010).

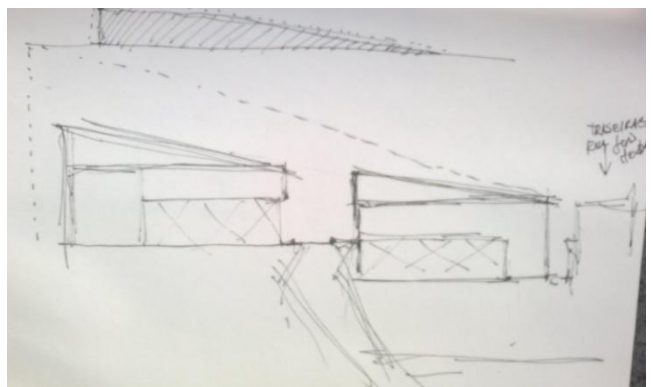
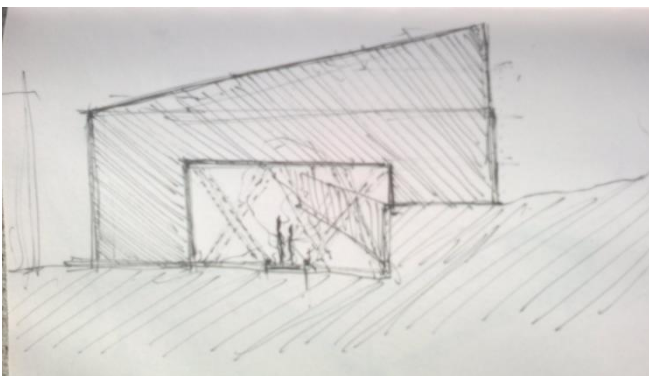
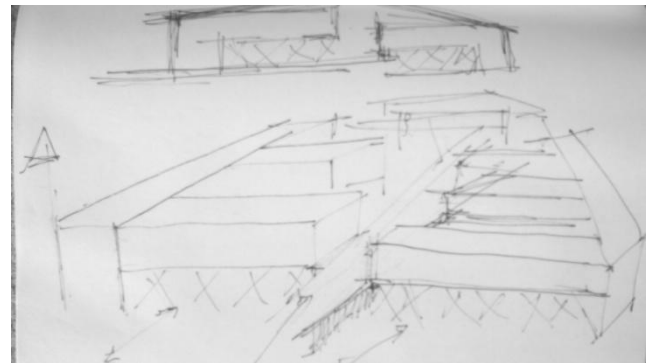
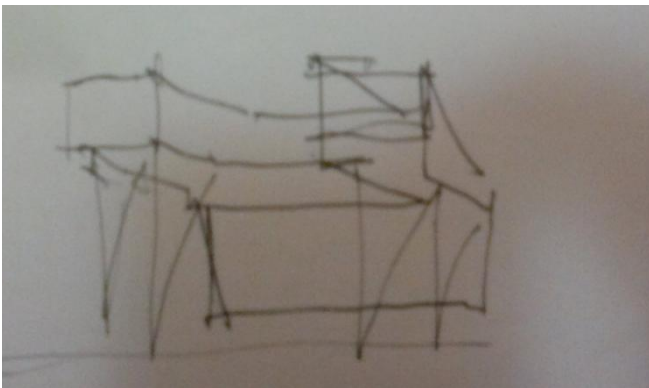
## **1.2. Esboços**

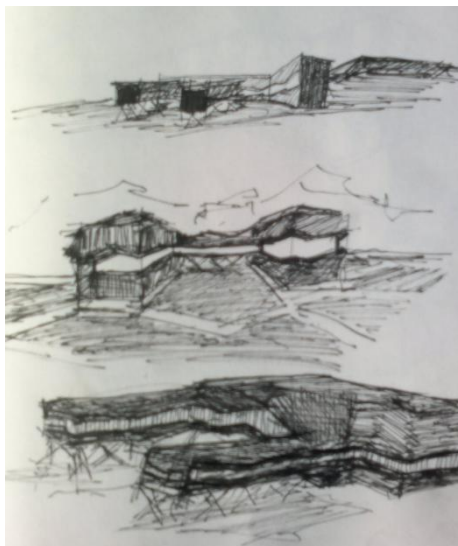
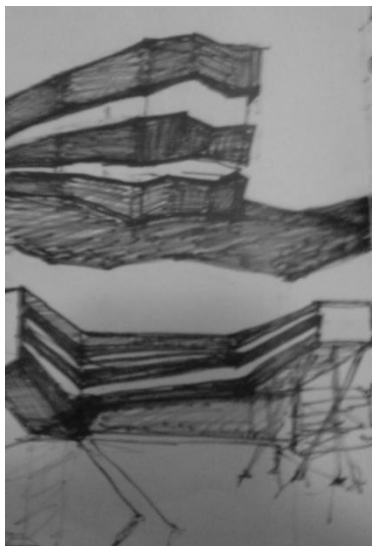
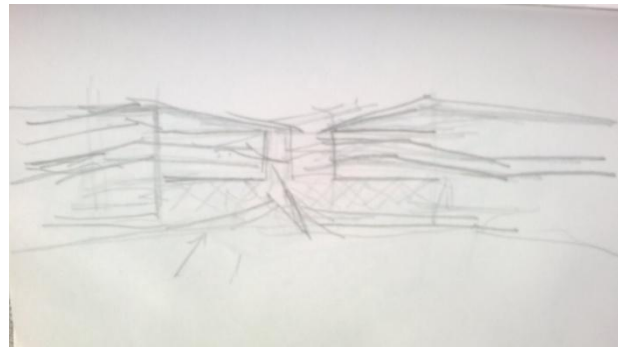
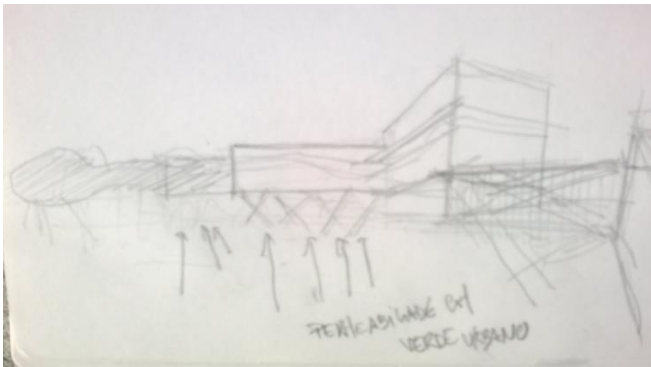
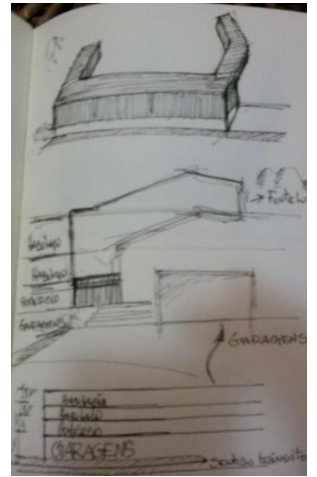
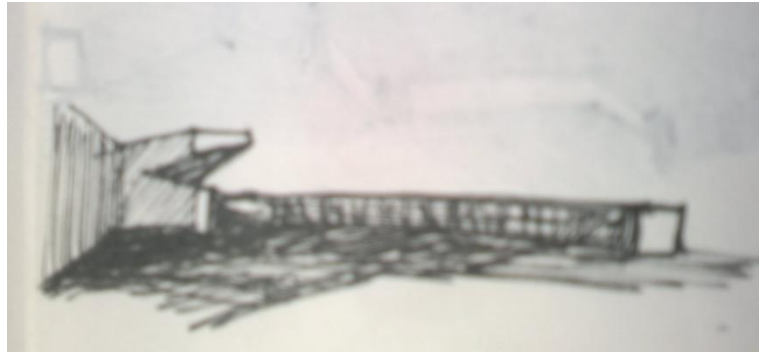
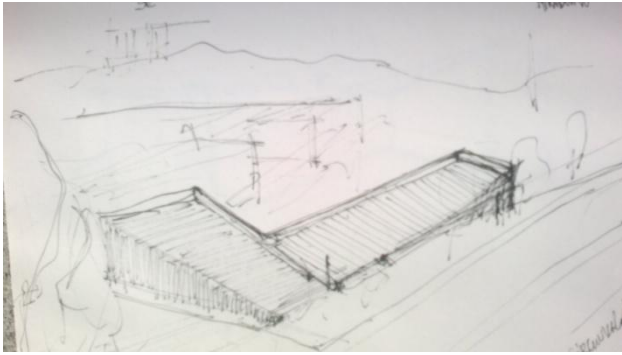
As sucessivas interações entre desenhar, ver, reinterpretar o que foi feito e redesenhar faz com que o arquiteto acumule um entendimento sobre aquilo que está a trabalhar. Esse “diálogo” com os registros gráficos é essencial para se desenvolver a ideia. O esboço de concepção é um tipo especial de desenho inicial preparatório, embrionário, ambíguo e inacabado. Esse tipo especial de desenho é algo íntimo, testemunho de um mundo secreto, em que nem mesmo o próprio autor pode reconhecer todos os seus significados. Expressivos, esses desenhos têm um grande poder de síntese e de estímulo à imaginação (Florio, 2010).

A indefinição dos esquissos é a sua característica mais importante para o processo criativo em arquitetura. Os espaços em branco, os traços fracos e indefinidos, com sobreposições de várias linhas, provocam diferentes interpretações e associações, que estimulam a produção de imagens mentais. Os pequenos traços interrompidos e sombreados, frouxos e espontâneos, resultantes da rapidez com que são executados, sugerem mais do que definem, criam um mistério que gera dúvida, essencial para a criatividade (idem).

Como fase primeira do processo de projeto, o esquisso adquire uma importância extraordinária na medida em que configura e dá expressão às imagens e às formas pensadas constituindo a base a partir da qual se torna possível desenvolver a figura de projeto de arquitetura que é capaz de conduzir, mais tarde, à edificação. Dir-se-ia que o esquisso centraliza dois momentos diferentes – a formalização de um processo de conceção, que traduz o pensar e o imaginar do arquiteto, e o ocasionar de um processo de configuração, que traduz a sua adequação a uma realidade técnica-operativa conducente à realização, construção do objeto. (Pinheiro, s.d)

Assim, de seguida apresento esquissos que conduziram o processo de projeto desde a sua génese até à conceção do edifício.





**Fig. 2:** Esquissos de concepção de projeto

## **2. A relevância do Espaço Público na concretização do projeto**

O livro de Habermas publicado em 1962 foi um marco no que respeita ao espaço público. Este, a partir da interseção de vários domínios das ciências sociais com filosofia expandiu o campo do debate sobre a ação e a reflexão políticas incidindo sobre ângulos verdadeiramente inovadores. Nos últimos anos habituamo-nos a compreender a expressão “espaço público” num sentido bastante amplo como o de uma esfera pública. Trata-se pois de uma denominação que procura abranger tudo o que se refere à vida pública, sobre todos os seus aspetos. Importa referir que este conceito de espaço, tal como o entendemos tem uma dupla dimensão já que é composto pelo dialético entre a dimensão física das coisas e as ações ou práticas sociais. (Habermas, 1962).

Na conceção de Milton Santos, o espaço é uma forma-conteúdo, o conjunto dos sistemas de formas e ações e, segundo o mesmo autor, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, quer a sua configuração física, quer o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. (Santos, 1996).

O espaço constitui-se hoje como mais uma categoria integradora e participada por uma grande densidade de situações social e emocionalmente diversas, salientando-se a importância, para além do espaço físico em si, dos atores sociais que o utilizam e das redes sociais que resultam das suas interações. (Remy e Voyé, 1991). A conceção de espaço não pode, assim, autorizar que se considere este como uma mera “superfície de registo perfeitamente neutra, uma espécie de desdobragem material da vida social. Na própria medida em que ele é o produto, o espaço faz parte integrante desta vida social” (Grafmeyer citado em Remy e Voyé 1991)). O espaço preenchido por relações sociais transforma-se num espaço social onde o domínio das identidades se prende com os processos da mobilidade. Remy (2001), valoriza a mobilidade física refletindo a seu propósito, na necessidade de redimensionar a cidade a uma escala humana de interconhecimento, reinventando o sentimento de pertença na relação com o sítio. A cidade é, sem dúvida e também, a sua forma física, e, se esta forma física se encontra alterada pela modernidade industrial, a cidade deve continuar a facilitar a densidade das interações e uma multiplicação de encontros semialeatórios possibilitada pela estrutura dos espaços públicos (Remy, 2001).

O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir destes espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado.

De um modo geral, podemos definir o espaço público como o espaço resultante do vazio entre os edifícios. Este espaço é, deste modo, constituído por elementos físicos, nomeadamente, a rua, a praça, avenidas, jardins, entre outros. As vivências nestes elementos constituintes do espaço público são muito diversas e variadas, natureza individual ou coletiva, onde predomina o peão e que incluem exigências de mobilidade. O mesmo autor refere ainda que as atividades exteriores realizadas no espaço público podem ser divididas em três categorias: necessárias, opcionais e sociais em que, as opcionais e as sociais são os tipos de atividade chave para a qualidade da cidade. (Gehl, 2006).

Importa salientar que a atual dinâmica do espaço público é caracterizada por uma **dinâmica bastante complexa** que tem profundas relações, entre outras, com os sistemas de representação política, com as formas associativas, com o processo de urbanização recente, com a migração e com a situação económica geral. A cidade, diferente daquela construída nos primeiros tempos da Modernidade, é hoje concebida como fragmentada, como soma de parcelas mais ou menos independentes havendo uma multiplicação de espaços que são comuns mas não públicos. Denota-se ainda um confinamento dos terrenos de sociabilidade e diversas formas de nos ausentarmos do espaço público (atitude blasé), existindo ainda uma redefinição dos modelos de lugar. Podemos assim concluir que ocorreu um recuo na ideia fundadora de cidadania que organizou a cidade e a convivência social nos primórdios da Modernidade.

Miguel Graça (s.d), refere que o carácter cada vez menos público dos espaços urbanos, sugere que estes são cada vez menos encarados ou visualizados como espaços de pertença efetivos. A praça ou jardim não são mais os locais de interação social por excelência, mas locais de encontro social pontual e cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados pelos seus atores. A rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. Reconhecida pelas suas capacidades de trânsito de pessoas e automóveis, e não pelo facto de proporcionar um ambiente urbano favorável à interação social. (Graça, s.d).

Depois da cidade concentrada, separada da sua envolvente, depois da cidade metropolitana, que se expande até às suas periferias estimulada pelo desenvolvimento do transporte massivo e do uso do automóvel, encontramos-nos perante uma nova fase do crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra enfraquecida enquanto entidade contínua e espacialmente coerente (*Idem*).

## 2.1.O Espaço Público Urbano (EPU)

O Ser Humano, enquanto “ser social”, relaciona-se com outros indivíduos pertencentes ao seu “Habitat Natural” – a Sociedade. Deste modo, estas interações processam-se nos EPU pelo que se constituem como elementos estruturantes e organizativos da forma urbana, permitem um funcionamento equilibrado do sistema urbano, apresentam um papel integrador ao permitir a ligação e continuidade territorial e funcional da cidade, fundam e consolidam laços sociais ao se constituírem “palcos” de manifestações várias (como as sociais) que contribuem para a qualidade de vida, individualizam-se como marcos de identidade da cidade, denotam simbolismo (político e cultural), ostentam funções variadas e usos específicos e acolhem utilizadores de grupos sociais diferentes (moradores, visitantes, turistas, e ademais utilizadores sob forma individual e/ou coletiva) que apresentam expectativas diferenciadas (Francisco, s.d). O Espaço Público Urbano, enquanto parte de destaque da cidade, constituído, contemporaneamente por formas herdadas do passado mas igualmente por contributos recentes, coaduna-se com a noção de cidade como algo sempre inacabado e passível de mudança em prol de acontecimentos vários e necessidades novas, daí que pode, e deve, ser constantemente ajustado (*idem*).

Os espaços públicos urbanos constituem uma oportunidade para encontrar novas pistas sobre: o estado das cidades, no que respeita à sua estrutura física e às realizações materiais, pois da sua concretização resultam múltiplos impactes na estrutura urbana; a composição e funcionamento das cidades urbanas que mais uma vez interferem e são condicionadas pela estrutura urbana e, por fim, a dimensão económica e política que permanece um sustentáculo seguro do fenómeno urbano, pelo que muito do que se passa na cidade deve ser interpretado à luz das respetivas estratégias. Com estas hipóteses e preocupações parece pertinente tomar os espaços públicos urbanos como um indicador credível destas mudanças (Gonçalves, 2006).

Ainda seguindo a linha de pensamento do mesmo autor, este afirma que a utilização de EPU pode ser lida ou descodificada segundo dois planos: o **diacrónico** e o **sincrónico**. No fundo trata-se de confirmar as diferenças entre o espaço e o tempo materializadas na ocupação e partilha dos espaços públicos urbanos. O plano sincrónico permite identificar nos mesmos territórios a constituição de espaços próprios de grupos de indivíduos grosso modo caracterizados por uma afinidade de idades ou interesses. Por sua vez, o plano diacrónico decorre da constatação de que ao longo do dia existe uma apropriação do tempo, ou seja, o

mesmo espaço é ocupado por vagas sucessivas de grupos de utilizadores diferentes variando temporalmente (*Idem*).

“A cidade somos nós, paredes e pessoas, ruas e edifícios, espaços fechados e espaços públicos. Mas a *polis* de onde derivam em simultâneo, as palavras política e cidade, livre e democrática, exige o encontro, a troca, a partilha, a discussão e a celebração” (Gonçalves, 2006:22).

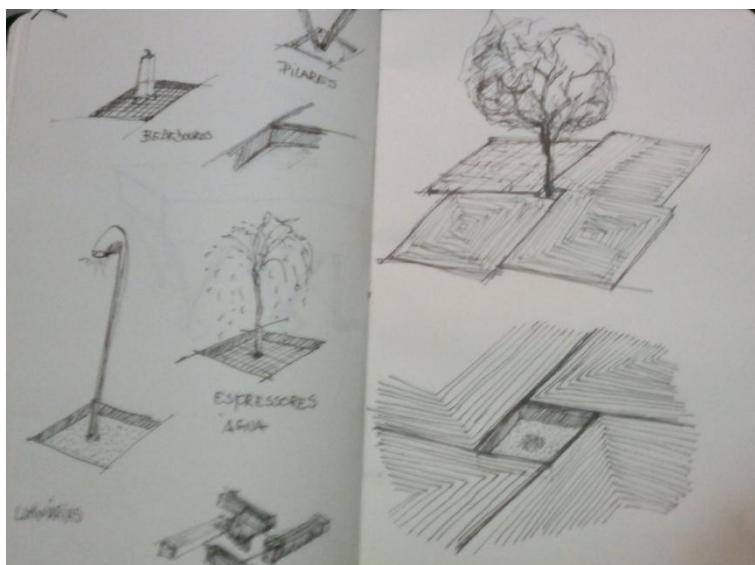
Em síntese, pode-se dizer que para satisfazer melhor as pessoas que usam quotidianamente o espaço público há que tentar relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de forma a analisar as mudanças culturais e da vida urbana que as pessoas promovem individualmente e em grupo, já que são essas mesmas mudanças que produzem novas necessidades e novos espaços. Por isso, será desejável incentivar processos de desenho do espaço público no sentido de oferecer a cidade a todos, ou seja, devem ser ultrapassadas as barreiras físicas que condicionam o acesso e movimentação de determinados segmentos da comunidade (Serdoura e Silva, 2006).

### 3.A importância dos espaços verdes na elaboração do projeto

Como resposta ao cada vez maior crescimento urbano e aos efeitos da revolução industrial, surgem no séc. XIX os primeiros parques e jardins públicos, nomeadamente os parques urbanos, de modo a corrigir as péssimas condições de salubridade e a proporcionar maior qualidade de vida às populações urbanas. Estes começam a ser pensados com dimensões suficientes para produzir o oxigénio necessário para contrabalançar os efeitos de poluição nascendo o conceito de “pulmão verde”. (Magalhães, 2001).

São conhecidos os benefícios dos espaços verdes urbanos. Os benefícios sociais, ambientais, ecológicos e económicos têm vindo a ser estudados e comprovados ao longo do tempo, e para que assumam um papel fundamental na promoção de um desenvolvimento sustentável têm de ser promovidos e potenciados. No entanto, muitas vezes são aplicados a estes espaços outros conceitos, que os tornam espaços de limitado interesse recreativo e funcional, com nulo ou muito reduzido valor ecológico, devido, por exemplo, à impermeabilização e à quase ausência de vegetação. Nestes casos, a sustentabilidade própria dos espaços verdes, naturalmente promotores da qualidade do ar e do solo e da diversidade biológica e sensorial, torna-se uma impossibilidade e acaba por ser entendida como uma extravagância ou algo extrínseco à sua natureza, agravando-se assim os encargos necessários à conservação destes espaços (Marques, 2009).

No esquisso apresentado é evidente a preocupação com os espaços verdes devido às múltiplas potencialidades que o desenho do espaço público permite. Assim, é essencial a existência deste espaço, pois irá por certo contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que dele poderão usufruir.



**Fig.3:** Esquisso espaço verde

## 4. Estudos de Caso

Ludke e André (1986) afirmam que o interesse do estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Estes autores acrescentam ainda que devemos escolher este tipo de estudo quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo. Deste modo, o estudo das obras apresentadas de seguida revela uma importância significativa, no processo de projeto na medida em que, forneceram linhas orientadoras na conceção do projeto realizado.

### 4.1. Arquiteto Siza Vieira e o museu de Serralves

Álvaro Siza Vieira, nasceu em Matosinhos em 1933. Estudou Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1949 e 1955, sendo a sua primeira obra construída em 1954. Foi colaborador do Prof. Fernando Távora entre 1955 e 1958. Ensinou na Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1966 e 1969; reingressou em 1976 como Professor Assistente de “Construção”. (Oliveira, s.d).

O **Museu de Serralves** inaugurou em 1999, tendo como objetivos essenciais do seu programa museológico a constituição de uma coleção representativa da arte contemporânea portuguesa e internacional, assim como o aprofundamento das relações entre arte e natureza que as condições dos espaços naturais de Serralves tão bem propiciam. O projeto do museu é da autoria de Álvaro Siza - Pritzker Prize, 1992 - convidado no início da década de 90 para conceber um projeto museológico que tivesse em consideração as singulares condições de espaço e de integração paisagística. (<http://artwear.com.pt/estoria.aspx?id=24>).

A implantação do edifício aconteceu no espaço da horta da antiga Quinta de Serralves, uma zona que, devido ao seu declive, permitiu semi-enterrá-lo, minimizando o seu impacto no espaço envolvente. Esta escolha permitiu, ao mesmo tempo, evitar o abate de árvores e facilitar o acesso do público ao Museu. Em 1998 iniciou-se o arranjo paisagístico da envolvente do Museu, da autoria de João Gomes da Silva. Uma das principais premissas na origem do projeto foi a relação que o edifício estabelece com o exterior através das amplas janelas, tendo-se optado pela introdução de vegetação originária do Norte de Portugal e pela criação de maciços verdes e de clareiras. Esta nova paisagem veio acentuar a importância da luz como elemento potenciador de diferentes perspetivas sobre o edifício e os espaços que o envolvem.

Construído de forma longitudinal de norte para sul, o edifício apresenta um corpo central que se divide em duas alas, separadas por um pátio, originando uma estrutura em U e uma construção em forma de L, prescindindo de uma fachada monumental, a condição do edifício enquanto museu acentua-se pelo modo como cada elemento interage entre si, proporcionando, a quem o visita, uma perspectiva harmoniosa do espaço. (idem).

À semelhança do museu de Serralves, a pré-existência de árvores no local de implantação do projeto, foi decisiva para a concretização do desenho do edifício, pois o edifício nasce abraçando essa pré-existência. O objetivo era o de trazer a paisagem para dentro do mesmo, acabando por ficar o skyline da cidade de Viseu, como pano de fundo. Como consequência, quem habita o edifício irá deparar-se com este enquadramento, espaço público – jardim – skyline. A Natureza participa então silenciosamente no espaço arquitetónico. O edifício presta uma homenagem à paisagem e em troca a paisagem promete-lhe vistas avassaladoras, graças às superfícies de vidro, e à janela-olho que pretende imagens fragmentadas do casco histórico da cidade. Não sendo o edifício demasiado envidraçado, beneficia de comunicação interior/externo nas grandes aberturas que enquadram esses espaços.

Em analogia, o edifício foi também desenvolvido em U, de maneira a fazer o jardim entrar nas habitações, o que torna esse espaço mais agradável e acolhedor para os seus habitantes.

Um outro elo de ligação entre os dois projetos é o facto de ambos serem de betão, utilizado como elemento construtivo e de acabamento em reboco branco, em busca de uma materialidade ascética, contrastante com a diversidade cromática e textural da natureza que a rodeia.



**Fig.4:** Museu de Serralves



**Fig.5:** Render de projeto

#### **4.2. Casa em Sikamino / Tense Architecture Network**

Arquitetura: Tense Architecture Network

Localização: Attica, Grécia

Equipe De Projeto: Tilemachos Andrianopoulos,  
Kostas Mavros

Arquiteto Colaborador: Thanos Bampanelos

Ano: 2012

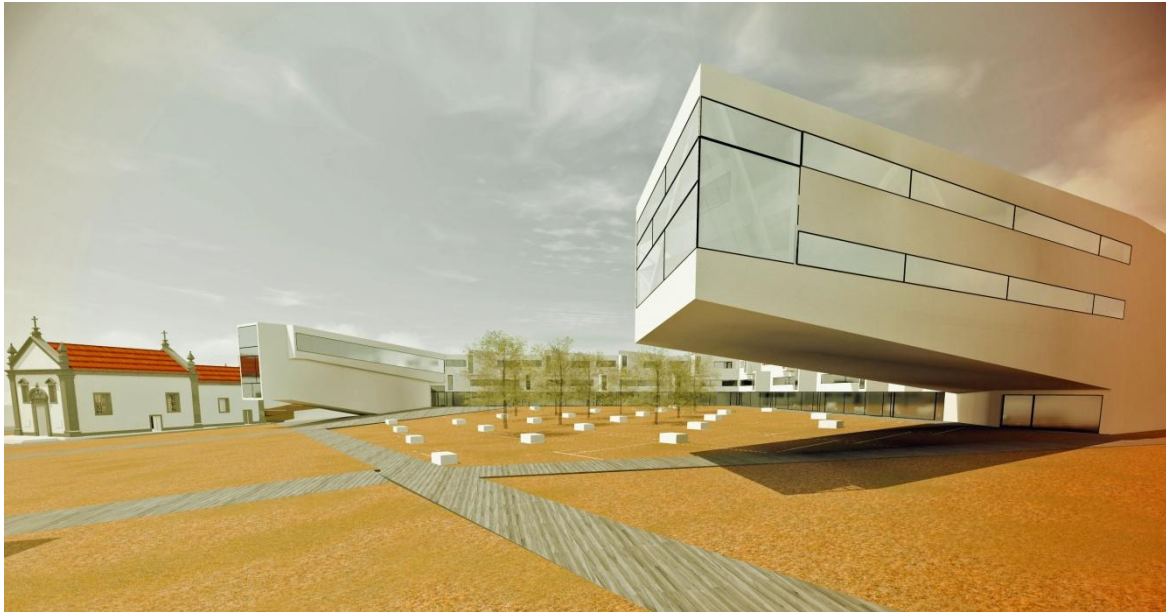


**Fig.6:** Alçado da casa Sikamino

Neste projeto, o campo é longo, rural, plantado com oliveiras. A estrutura do edifício é de vigas de betão armado nos tetos e paredes. A clareza escultural do telhado de betão armado é alcançada através da inversão de todas as vigas com exceção de uma, que se apoia sobre a

coluna central. A residência foi nomeada para o Prémio Europeu de Arquitetura Contemporânea Mies Van der Rohe 2013.

<http://www.plataformaarquitectura.cl/2013/03/27/casa-en-sikamino-tense-architecture-network/>)



**Fig.7:** Render de projeto

Paralelamente ao projeto em questão, as triangulações espaciais e os vãos horizontais que surgem na Casa Sikamino, foram referência para a realização do espaço interior habitacional.

Ao aproximar-se do terreno, percebe-se como uma faixa ligeiramente elevada da crosta terrestre na frente das montanhas distantes de Eubéia. Nesta fachada é também presente a entrada de luz de forma esculpida na fachada provocando uma reentrância que marca o vão como uma referência de projeto.



**Fig.8:** Perspetiva interior casa Sikamino

### 4.3. Apartamento Dgois Porto

Arquitetura: ARQX® arquitetos

Localização: Porto, Portugal

Ano: 2012

A remodelação interior do apartamento é orientada por duas ideias fortes: o trabalho de dois núcleos espaciais unidos por uma pequena passagem (núcleo comum e núcleo privado) e a rentabilização da excelente exposição solar dos espaços. Seguindo este conceito a nível interior procuro núcleos semelhantes unidos pela caixa de escadas/armario-biblioteca.

O núcleo privado, articula-se em torno de um hall de escala e ambiente íntimos. Os espaços restantes constituem o núcleo comum, com hall de entrada, cozinha e salas. Aqui a lógica é diversa: fluidez entre os espaços, flexibilidade no(s) seu(s) uso(s) e amplitude espacial.



À semelhança do que acontece neste apartamento, a distribuição espacial das habitações duplex articulam-se com o mesmo princípio.

**Fig. 9:** Apartamento Dgois

### 4.4. Remodelação de um Apartamento

Arquitetura: CORPO Arquitetura

Localização: Lisboa, Portugal

Ano: 2012

Trata-se de uma remodelação integral de um apartamento com 330m<sup>2</sup> no Bairro de Alvalade, em Lisboa. Da análise feita àquilo que eram os requisitos do cliente e os intuitos do projeto original optou-se, como grandes gestos, por reestruturar o núcleo central de ‘serviços aos quartos’ e descongestionar ao máximo toda a zona de convívio, redesenhando-as.

Seguindo esta ordem espacial o núcleo de quartos fica um nível acima da zona comum separando os núcleos através da escada, assim como no projeto em questão.

Esbatendo e anulando o efeito de pilares, saliências ou outros ‘obstáculos’, ora com arrumos, ora com armários e mesmo com algumas inflexões ao longo dos movimentos principais que se pretendiam fluídos e naturais, deu-se uma nova identidade à relação privado/social, para que se perdesse uma certa compartimentação original que prejudicava o aproveitamento da qualidade luminosa que invade o apartamento a Sul.



A imagem clara e depurada assumida nesta intervenção, permitindo um apontamento aqui ou ali, ganhou também força quando ‘apoiada’ num soalho corrido de madeira e nas transições para zonas húmidas onde a pedra, em boa escala, recupera a qualidade de construção original.

**Fig. 10:** Remodelação de Apartamento



**Fig.11:** Render interior

## 5. O edifício

### 5.1. Localização da área de intervenção



**Fig. 12:** área de intervenção

## 5.2. Reflexão sobre a área de intervenção

Poderá dizer-se que a origem do burgo Viseu se deve a fatores que se mantiveram até aos nossos dias, como a localização privilegiada, com boas condições de subsistência, no cruzamento de vias importantes – e como tal estava predestinado para funções de controlo do território (administração), encontros e trocas (comércio e serviços). É significativo que Reis e Cortes aqui tivessem tido uma presença efetiva, e que as instituições religiosas participassem na vida da cidade, desde a alta Idade Média, o ‘casco histórico’ manteve a sua morfologia sem grandes alterações ao longo do tempo, pois o crescimento extramuros só teve real importância a partir dos séculos XVIII e XIX. O centro histórico está implantado numa elevação rochosa, coroada pela Sé Catedral e seus anexos, pelo Palácio dos Três Escalões (hoje Museu Grão Vasco), e pela Igreja da Misericórdia.

Esta cidade, pela contenção na escala dos lotes e no volume dos edifícios, pelo uso dos materiais tradicionais, em que o granito e os telhados são predominantes e pela permanência de elementos construtivos comuns, como os vãos, as cantarias, as cornijas, etc. – o conjunto edificado apresenta uma unidade e uma coesão que são parte importante do encanto que o centro histórico ainda possui. Pequenos ‘oásis’ de vegetação – em geral ‘secretos’ jardins, murados, das casas mais abastadas – ainda subsistem aqui e ali, e amenizam o cinzento do granito. (Amaral *et al*, s.d).

São José é a freguesia mais central do concelho de Viseu. De facto, a freguesia forma, juntamente com as freguesias de Viseu-Coração de Jesus e Viseu-Santa Maria, a cidade de Viseu, sede de concelho e capital de distrito, situada num extenso planalto, a uma altitude média de 494m. Tendo esta freguesia a sua área dentro dos limites da cidade de Viseu, a história desta não pode ser dissociada a sua origem ou mais remoto passado. Desde sempre que a posição estratégica de Viseu fez deste local um ponto de passagem obrigatória entre o Norte e o Sul de Portugal, tal como entre o litoral e o interior ou o estrangeiro, daí ter alcançado este território, o da atual freguesia de Viseu-S. José, considerável importância. (freguesia s.josé.pt).

Como é possível constatar no quadro abaixo apresentado, a freguesia de São José, acaba por seguir a linha de praticamente todas as freguesias do concelho de Viseu, onde o índice de envelhecimento nos censos de 2001 se situava nos 101, e nos últimos censos realizados em 2011 esse valor aumenta para 146. Existiu uma variação positiva de 44,7% no índice de envelhecimento da freguesia onde está inserida a minha área de intervenção, o que denota que tem de existir uma preocupação com este valor e consequentemente com esta faixa

etária da população, para que o projeto se adequa, às suas necessidades e características. Ao longo da execução do projeto deve ter em consideração, que a esta população alvo deve ser proporcionada qualidade de vida, e devem ser criadas condições para que os idosos se sintam satisfeitos ao nível das suas variadas necessidades, tendo em conta a sua saúde e as suas características pessoais.

Freguesia	Índice envelhecimento		
	2001	2011	Var (%)
Abraveses	47	82	75,8
Barreiros	175	208	18,9
Boa Aldeia	221	424	91,4
Bodiosa	90	168	86,0
Calde	165	318	93,1
Campo	69	90	31,2
Cavernães	118	169	42,6
Cepões	170	284	66,7
Côta	242	600	147,6
Couto de Baixo	143	169	18,0
Couto de Cima	150	167	11,9
Fail	66	147	124,9
Farminhão	224	262	16,7
Fragosela	69	81	18,3
Lordosa	149	292	95,4
Mundão	67	55	-16,8
Orgens	65	112	71,0
Povolide	110	192	74,5
Ranhados	60	84	39,0
Repeses	74	88	19,4
Ribafeita	157	274	74,6
Rio de Loba	46	80	75,5
Santos Evos	114	165	45,0
São Cipriano	89	158	76,7
São João de Lourosa	65	87	32,6
São Pedro de France	119	264	121,0
São Salvador	76	78	3,4
Silgueiros	146	224	53,7
Torredeita	171	230	34,6
Vil de Souto	90	146	61,4
Vila Chã de Sá	54	74	37,4
Viseu (Coração de Jesus)	89	101	12,8
Viseu (Santa Maria)	139	171	23,3
Viseu (São José)	101	146	44,7
<b>Total do concelho de Viseu</b>	<b>90</b>	<b>123</b>	<b>37,0</b>

$$\frac{\text{Nº de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos}}{\text{Nº de pessoas com idade entre 0 e 14 anos}} \times 100$$

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011.

Fonte: <http://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Viseu/ANEXO%20II%20-%20AM%20Viseu.pdf>

**Fig. 13:** Índice de envelhecimento

No contexto da sociedade atual, para além de ter que existir uma preocupação centrada na população mais idosa, tem também que estar presente a noção da cidade acessível para todos os cidadãos, tendo em conta as suas possíveis limitações e incapacidades. Um projeto que não contemple as características individuais de cada pessoa, acaba por se tornar limitativo na sua posterior utilização por parte da população. Hanson confirma que os edifícios mal concebidos podem prejudicar as pessoas mais velhas, crianças, adultos com bebés em carrinhos, bem como pessoas com deficiência física, sensorial ou cognitiva. As características dos edifícios não podem ser convenientes somente para pessoas jovens, saudáveis e fisicamente capazes. Importa salientar que quase todas as pessoas têm problemas em usar o ambiente construído em algum momento de suas vidas. Visto por este prisma, todos nós somos vítimas potenciais ou reais de discriminação arquitetónica como resultado do projeto de construção convencional. (Hanson, s.d).

Focalizando-me agora nas características espaciais da área de intervenção, é possível descrever um eixo de ligação ao centro histórico da cidade. Estes centros históricos funcionam como alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas, frequentemente contrastando com o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstrata de qualidade de vida. Neste âmbito, funcionam como imagem metonímica da cidade, convidando a tomar a parte, ordenada e embelezada, pelo todo (Peixoto, 2006). Nos dias que correm, os centros históricos tentam afirmar-se como identidades capazes de converter o passado em elemento renovador. Se por um lado o passado atribui identidade ao centro histórico, é também o passado que mostra a importância do desenvolvimento no presente e o impulsiona para o futuro (*Idem*). Seguindo esta linha de pensamento são traçadas no projeto a desenvolver, linhas condutoras a partir de eixos visuais que focam a identidade do centro histórico, de forma a contextualizar o projeto com espaço envolvente.

Viseu tem sido apropriadamente chamada *Cidade do Verde Pinho*, pois está rodeada de imensos pinheirais. Subsistem, no entanto, extensas manchas de vegetação autóctone, especialmente soutos de castanheiros e carvalhos-negral. Em núcleos restritos, como a Mata do Fontelo, o Parque Aquilino Ribeiro ou a Quinta da Cruz, existem espécies exóticas e endémicas, conferindo à cidade um manto vegetal luxuriante. A freguesia de São de José é circundada por este manto vegetal, mais propriamente a zona de intervenção da nossa proposta, onde o jardim de Santo António, a quinta dos Peçanhas, o jardim da Santa Cristina e o Fontelo assumem o verde circundante da nossa área.

O projeto de paisagem para a área de intervenção, não deixa inerente o vasto manto vegetal existente na cidade, daí que queira dar continuidade ao fluxo verde presente na tríade (Jardim Santa Cristina, Fontelo e Jardim Santo António) que enquadra a área de intervenção. Deste modo efetuei a seleção de árvores que se enquadrassem com o verde circundante. São elas: *platanus acerifolia* – plátanos, que podem ser utilizados na arborização urbana e são resistentes à poluição. No outono sua folhagem (Caduca) adquire coloração amarelo-bronzeado de grande valor ornamental. O tronco possui manchas claras pela esfoliação da casca em lâminas marrom-acinzentadas. Outras das árvores utilizadas é a *magnolia grandiflora* – magnólia de flores grandes. É uma espécie perenifolia originária do sudeste dos Estados Unidos, *Magnolia grandiflora* tem flores brancas com pétalas abundantes e bem abertas, com tom branco e creme na sua maioria, mas podem ser encontradas flores em tons púrpura. É comum a época de floração ser entre a primavera e o verão, predominantemente, e durante o inverno, quando o caule fica despido de suas folhas. *Acer negundo*-Bordo negundo, é muito utilizado na Europa e em Portugal como espécie ornamental, principalmente como árvore urbana. Cresce rapidamente, atingindo com frequência os 8/10 m de altura e com um diâmetro da copa de 5/6 m. Em adulta, a copa é arredondada, irregular. Resiste relativamente bem à seca e ao frio e pode durar cerca de 80 anos. A casca é lisa nas árvores novas, ficando fissurada com o crescimento do tronco. As flores nascem em árvores diferentes (espécie dioica) e aparecem normalmente em fevereiro/março, antes das folhas. As folhas são caducas. Os frutos são muito curiosos, unidos dois a dois, alados para poderem voar melhor quando o vento sopra e eles estiverem prontos para deixar a árvore mãe e irem á procura da sua oportunidade de se tornarem belas árvores. A *rubinia pseudoacacia*- robinia acacia, é uma espécie oriunda da região Central e Oriental dos Estados Unidos da América, bastante plantada no nosso país, em parques, jardins, praças públicas, ruas e estradas. É uma espécie arbórea monoica, de folhas compostas, caducas. O fruto é uma vagem, fortemente comprimida. Esta árvore é robusta, de copa ampla e densa, que em boas condições pode alcançar os 25 m de altura.

Le Corbusier considera que a escala das grandes construções urbanas tende a oprimir o ser humano e que o uso de árvores constitui um elemento fundamental para o equilíbrio físico e psicológico do homem na construção da paisagem urbana, uma vez que é um elemento da natureza e de proporções mais próximas ao homem, conferindo-lhe tranquilidade (Corbusier 2000, cit. por Feiber, 2005). Dantas e Souza ressaltam que o uso de arborização diminui o sentimento de opressão suscitado pelas construções de edifícios nas cidades, e age de forma positiva física e mentalmente sobre o homem. Segundo os autores, existem três aspetos em

que o uso de elementos arbóreos cumpre funções nos núcleos urbanos. O **fisiológico**, por meio da sombra, filtragem e dispersão da poluição, propicia o enriquecimento da qualidade do ambiente urbano; o **estético**, que colabora, a partir das propriedades plásticas, para a redução dos efeitos agressivos das edificações que, por possuírem a aptidão de agregar os vários objetos do sistema urbano, são elementos dominantes na paisagem das cidades. E, por fim o **psicológico**, que por ser de cunho subjetivo, é difícil de ser quantificado. Refere-se porém ao grau de satisfação dos seres humanos no seu contato com a vegetação e com o ambiente por ela gerada (Dantas e Souza, 2004). Assim, a utilização de elementos arbóreos propicia características únicas às cidades, fazendo com que possam, em muitos casos, ser reconhecidas pelo uso da arborização (Idem).

As paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As suas características, tanto naturais como culturais, constituem-se como os ingredientes essenciais que emergem das formas de registo baseadas na observação. Os elementos que formam a paisagem podem determinar o nosso “sentido de lugar” (Massey, 1995; Rose, 1995 cit por Almeida s.d), ou diferenciar territorialmente as nossas perceções e emoções, já que “a paisagem cultural é a nossa autobiografia inconsciente, pois ela reflete, de uma forma tangível, os nossos gostos, aspirações e temores” (Rubinstein 1999: 23, cit por Almeida s.d).

São inúmeros os fatores a ser considerados no planeamento paisagístico, que pode ser definido como a arte de compor paisagens, tendo em conta as questões funcionais, ambientais e culturais, tendo como meta básica o conforto visual, ou seja, algo agradável de ser visto. Na construção intencional da paisagem, também conta a intenção do projeto, ou seja, o que se pretende demonstrar – sob a ótica cultural de determinada sociedade – ou o que se deseja valorizar ou mesmo esconder, em determinado cenário, aplicando-lhe funções de várias ordens, não só estéticas, mas que certamente influenciarão os utilizadores sob o ponto de vista psicológico. (Feiber, 2005). À cota 477, na rotunda que acede a estrada da circunvalação, é possível o deslumbrar da paisagem de um vazio urbano encontrando a Sé de Viseu como pano de fundo, uma paisagem assumida que caracteriza a zona mais elevada na área de intervenção. Um vazio urbano pode definir-se como:

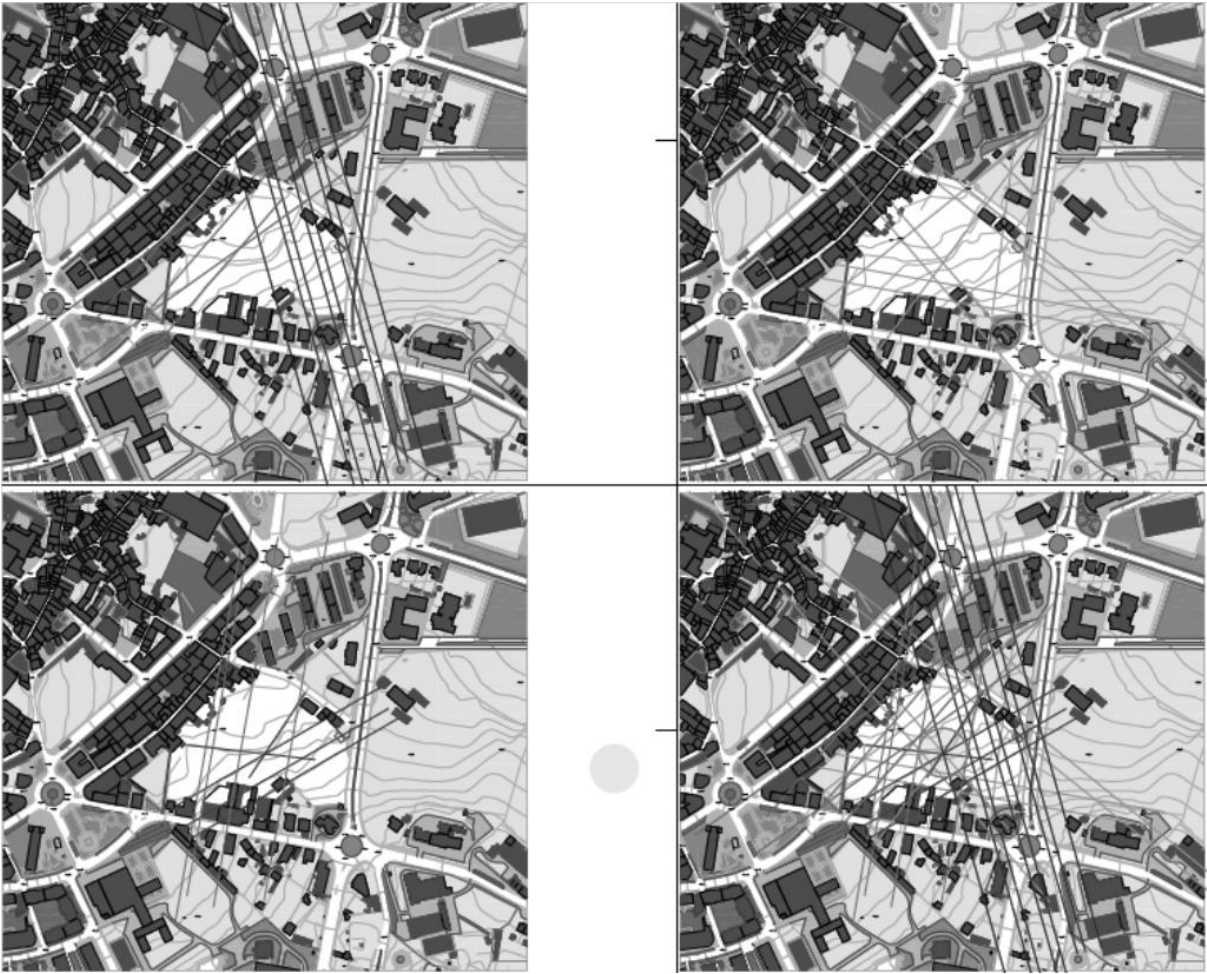
“ Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.” (Portas, 2000)

Percorrendo o passeio em sentido descendente (circunvalação), a paisagem ganha um peso patrimonial, não só pela Sé como cenário de fundo mas sim pelo encontrar de um espaço religioso, que comunica diretamente com a área a intervir, refiro-me á capela de São Miguel e seu espaço circundante, que marca na paisagem um tipo de cultura associado a um tipo de vivência característico neste tipo de espaço, e que será tida como referência ao longo de todo o processo de desenho.

Na passagem do caminho paralelo a capela e á zona de intervenção, um eixo visual surge na paisagem, novamente a Sé, desta vez não ligada ao *skyline* da cidade mas sim a um ícone que surge ao longo da passagem pela rua do gonçálinho, durante este percurso um muro em desconstrução com portão “delimita” um espaço onde antigamente se associava um espaço de cultivo, de horta, hoje dia delimita um vazio urbano com traseiras “soltas”, diria descontextualizadas do lugar em si. As restantes ruas que marcam a zona de intervenção distinguem-se pelo seu perfil viário e pelo tipo de uso que contêm, falo da rua João Mendes (rua das Bocas) conhecida pela sua vida noturna e pela casa das bocas de valor patrimonial, e da rua 5 de Outubro, uma zona mais residencial. Marcando a união destas 2 ruas encontra-se um edifício de uso comercial associado a garagens, agora em desuso que será reabilitado no sentido de oferecer mais estacionamento à cidade e à área em questão.

Como foi possível constatar, a execução deste projeto tem obrigatoriamente que ter em consideração uma diversidade de fatores e variáveis, indispensáveis para o bom funcionamento do espaço que sofrerá a intervenção, bem como para todos os utilizadores do mesmo, ao qual este deve ser totalmente acessível e livre de qualquer tipo de barreiras. Importa também referir, que a a área verde no projeto, tem uma fulcral importância, uma vez que pretende unificar as zonas verdes circundantes, e proporcionar outra vida e luz ao espaço em si. O projeto será então definido por uma macro forma que se adapta através de plataformas, ao terreno alvo de intervenção, composta por três edifícios que rematam traseiras e frentes de rua. Um primeiro edifício foca um programa de centro de dia, miradouro e habitação para idosos. Um segundo, de habitação multigeracional. E, por fim, um terceiro, de comércio e habitação multigeracional, este último composto por garagens que acompanham a morfologia do terreno, completando as traseiras soltas da rua João Mendes.

No contexto da viabilização deste Projeto Urbano, este espaço apresenta um caráter contemporâneo/ atual, ou seja, é um elemento de oportunidade de intervenção no sentido que possibilita a reinvenção da cidade e de requalificação física e social da mesma. Relativamente à imagem do projeto, este guia-se por eixos de implantação do Bairro da Misericórdia, articulando-se paralelamente com os seus limites.

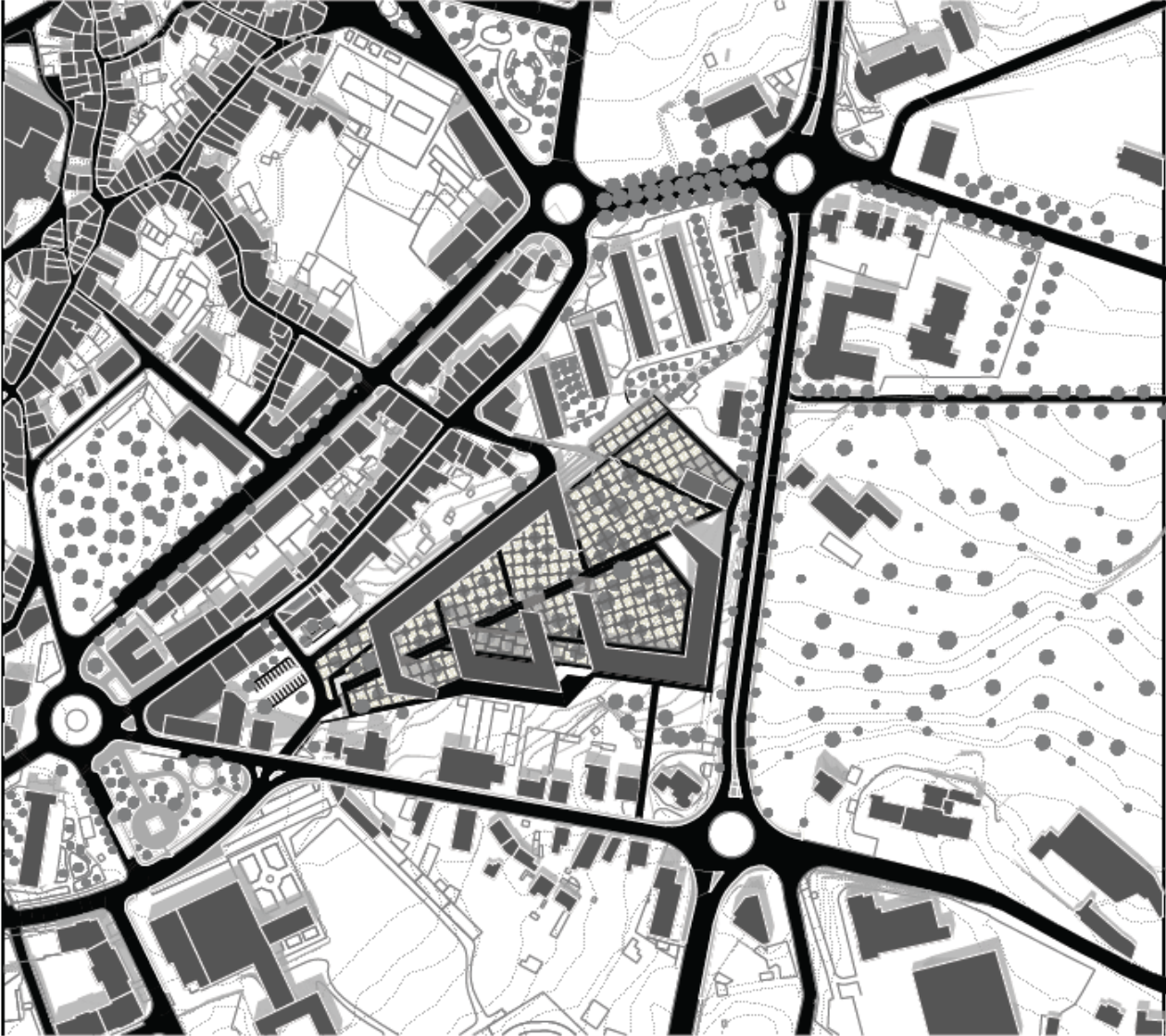


**Fig. 14:** Conceito de implantação (eixos)



**Fig.15:** Axonometria proposta

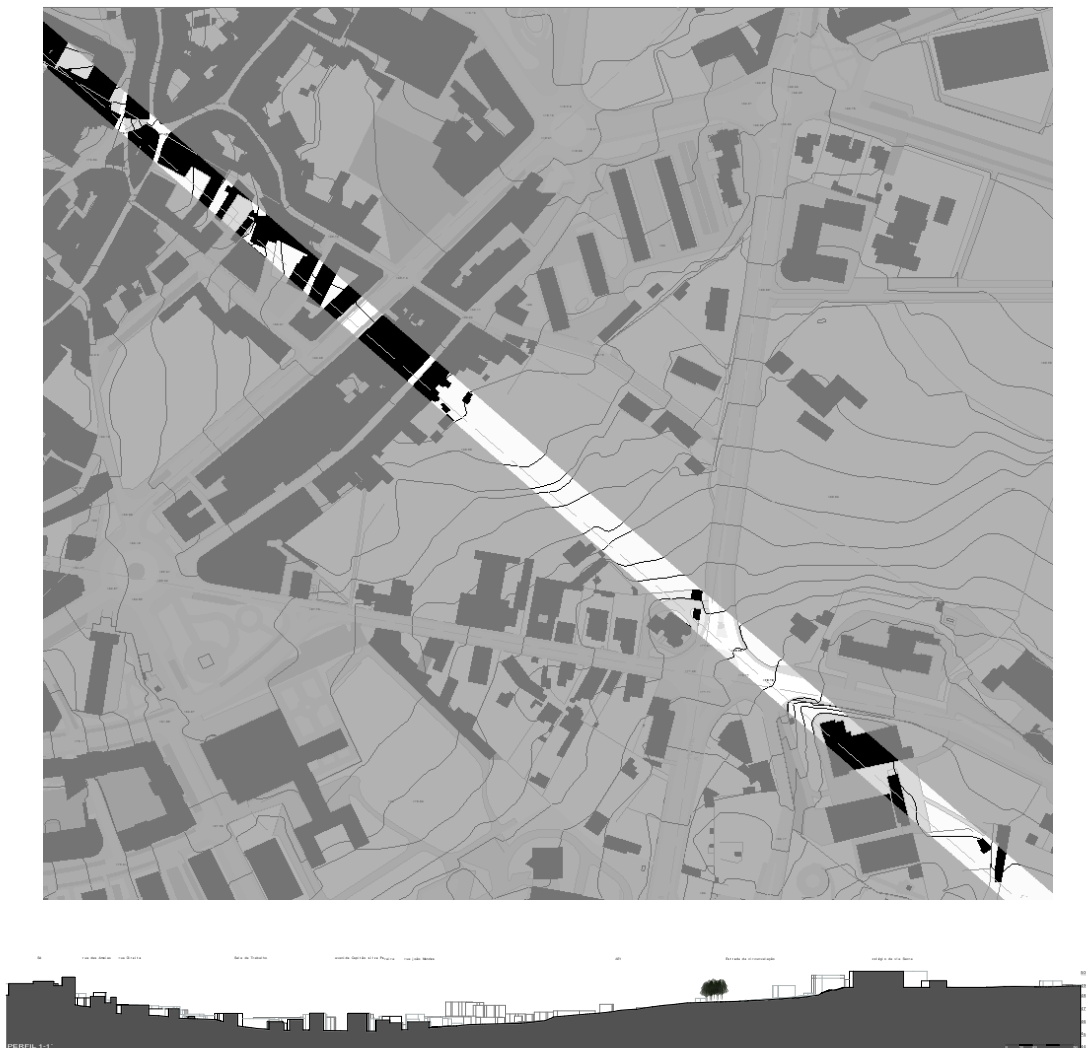
Apresento de seguida a planta de implantação do projeto:



## 5.3. Topografia

### 5.3.1. Bacia hidrográfica

Podemos relacionar a zona da área de intervenção a um terço onde a sua localização se encontra a uma cota inferior da grande zona verde do fontelo. Assim como a zona do fontelo pode ser relacionada a um vale que encontra a cidade e a zona histórica de Viseu a uma cota superior. Mantendo as duas zonas (Cidade Viseu-Fontelo) interagindo um ambiente urbano e um ambiente natural. Associando a zona Histórica alta da Sé assim como a zona EQ (equipamento) a duas elevações que enquadram a zona de intervenção numa depressão do terreno.

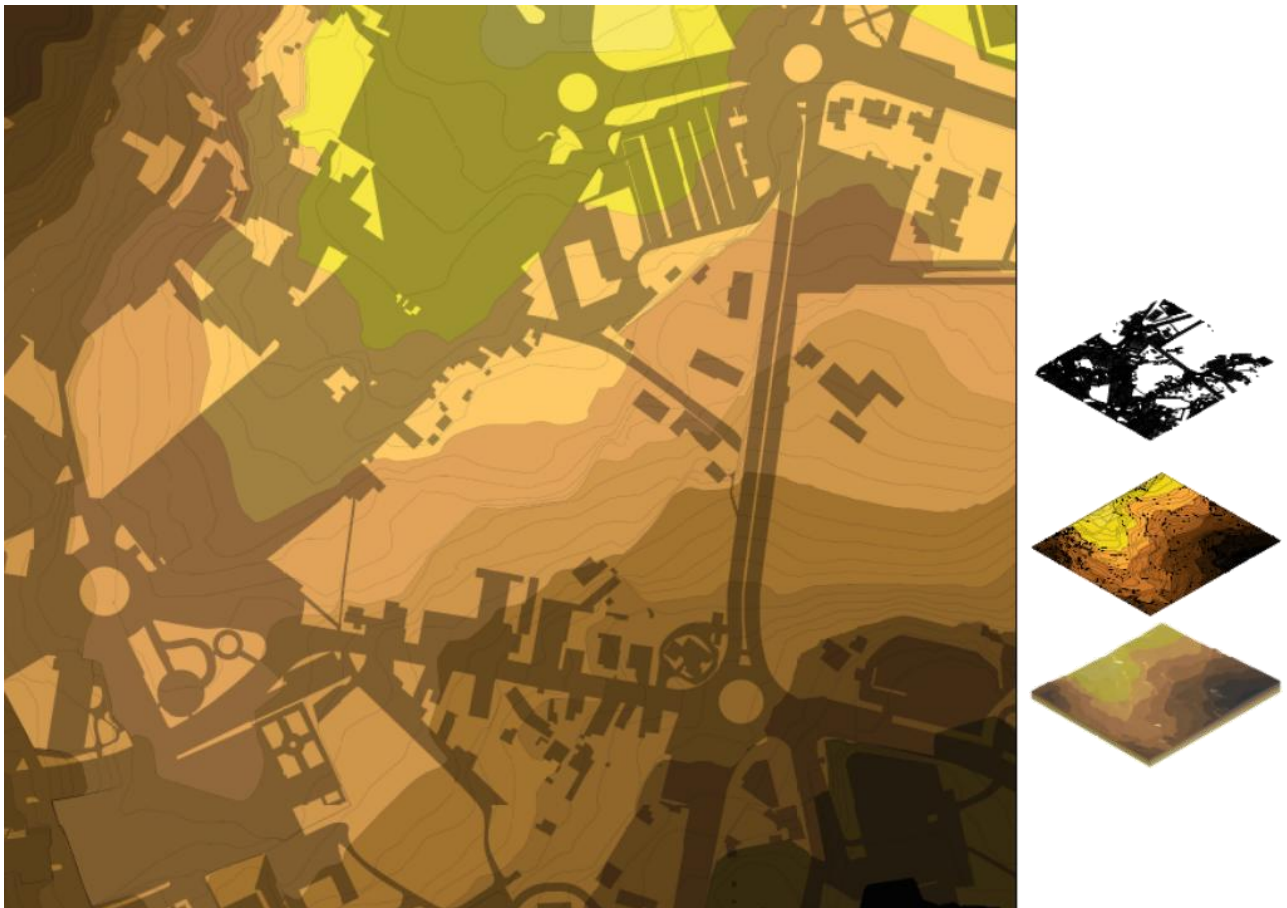


**Fig. 16:** Bacia Hidrográfica

### 5.3.2. Hipsometria

Hipsometria é uma técnica de representação da elevação de um terreno através de cores. As cores utilizadas possuem uma equivalência com a elevação do terreno. Geralmente utiliza-se um sistema de graduação onde as cores frias representam uma baixa altitude enquanto as cores quentes representam uma alta altitude do relevo.

Os estudos hipsométricos possibilitam conhecer o relevo de uma região de forma mais aprofundada e, também, quais são os fenômenos que se processam em sua superfície como, por exemplo, possibilidade de inferir processos erosivos, identificação de supostas área de inundação, entre outros. Neste caso específico, a zona amarela é associada a um vale (escoamento de águas).



**Fig.17:** Hipsometria

#### **5.4. Plantas**

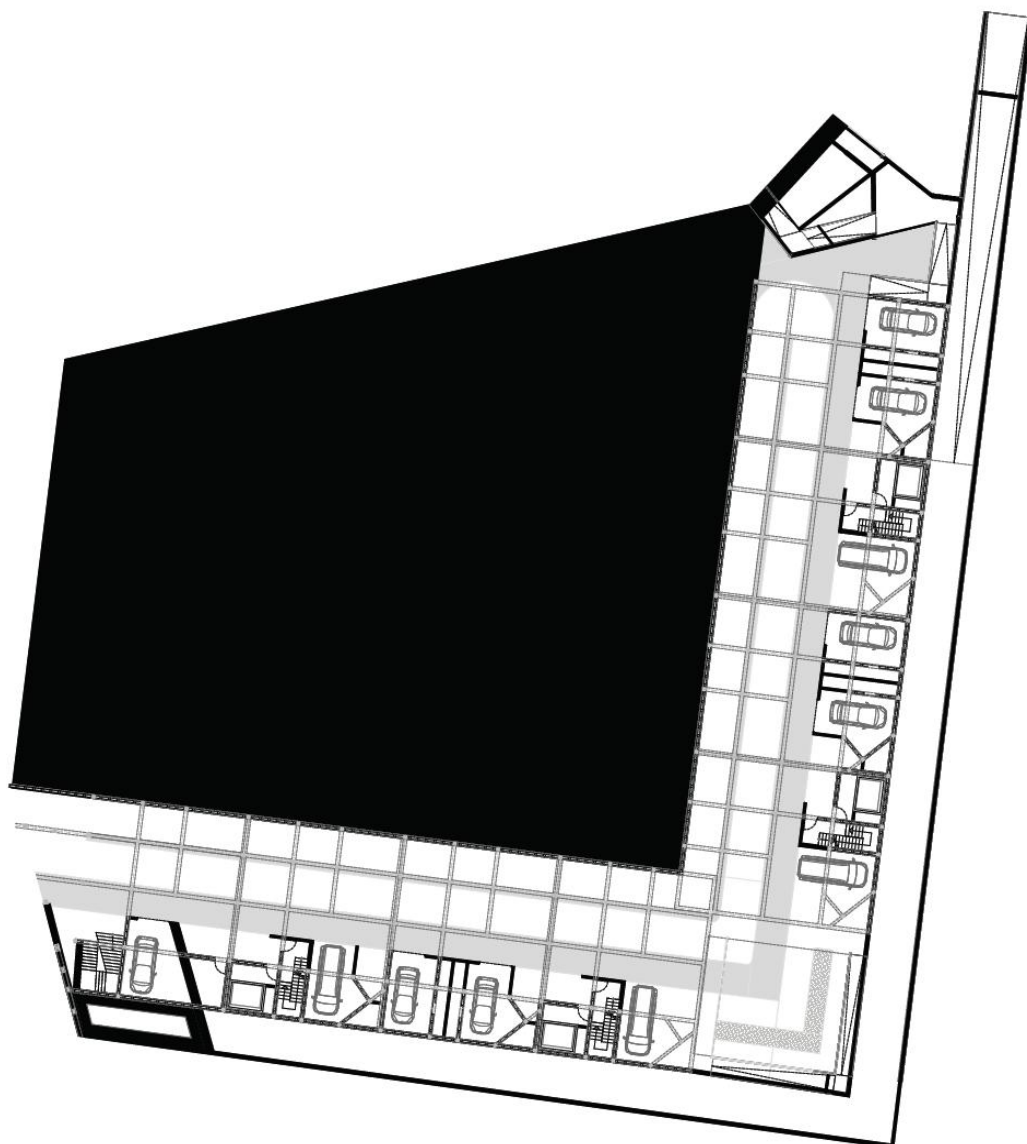
Os valores como a independência e autonomia, que suportam a definição do tipo de habitação proposta, devem integrar todos os apartamentos. Assim, foram definidos 6 tipos de apartamentos, englobados num sistema de coerência formal e funcional e direcionados para as especificidades dos seus habitantes. Incluídos na intenção de uma habitação multigeracional, apartamentos potenciam uma diversidade de vivências, caracterizada pela interligação das habitações, funcionais tanto para residentes mais jovens como para os mais idosos.

Seguindo esta linha de pensamento, definiu-se o apartamento t1 como habitação para idosos e os restantes direcionados para residentes jovens e/ou suas famílias, os quais poderão estar habitados pelos filhos ou familiares dos idosos residentes na tipologia t1. Deste modo, os idosos poderão fazer a sua vida quotidiana normalmente, sendo no entanto sempre seguidos de perto pelos seus familiares. Este facto, propicia a autonomia dos idosos ao invés do seu abandono em lares ou habitação própria localizada em outros locais mais longínquos.

No conjunto englobam-se assim tipologias t0, t1, t2, t3, t3 duplex e T4 duplex, na sua maioria para residentes jovens. No entanto, a tipologia T1 é a que detém mais apartamentos, neste caso 5, de modo a não afastar a intenção de um edifício que privilegia, na sua base, o residente idoso.

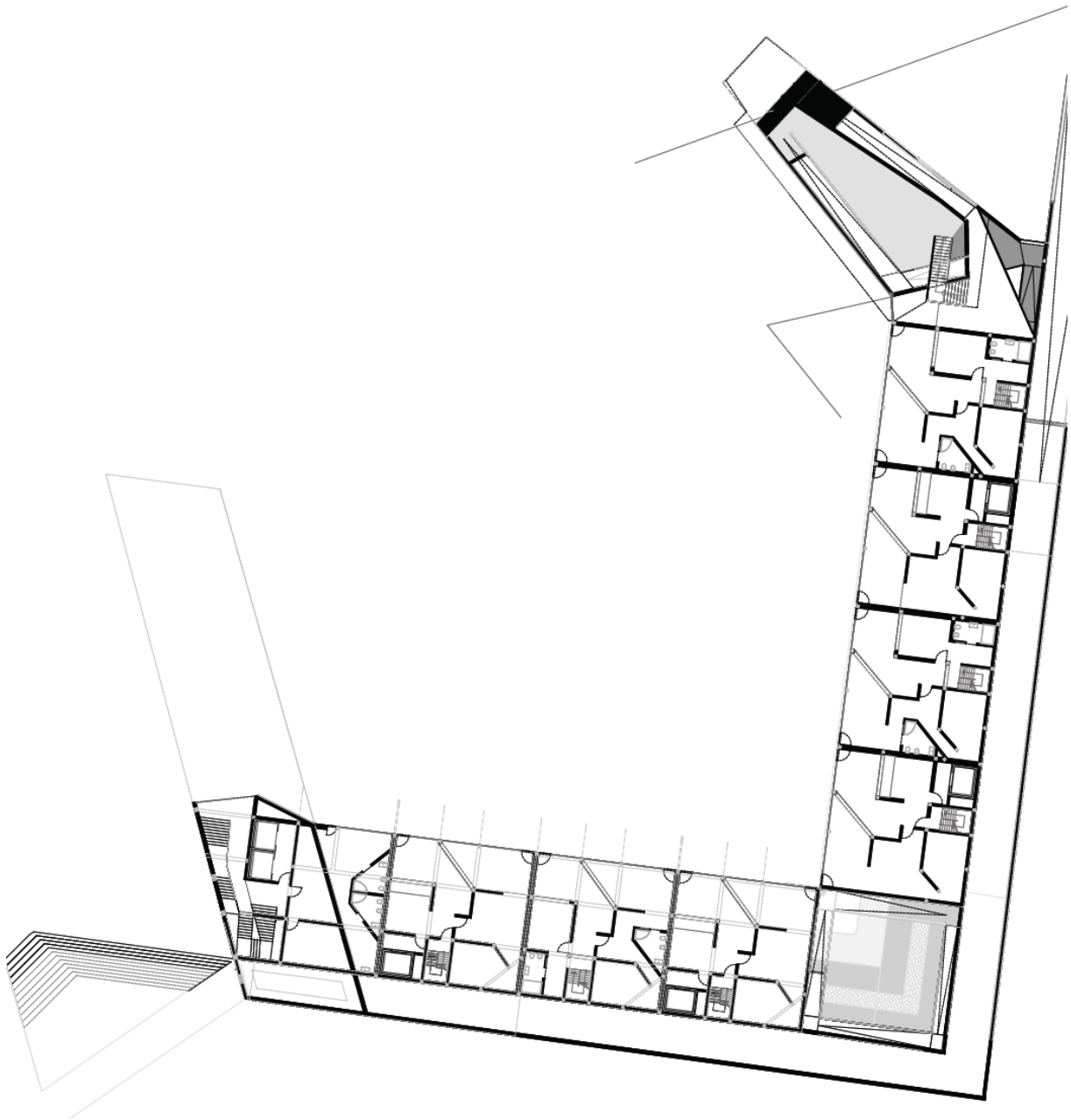
### 5.4.1. Planta piso -1

Este piso é constituído por garagens com acesso subterrâneo, elevadores e escadas de serviço para a habitação seguido de um acesso em rampa para a zona miradouro do edifício.



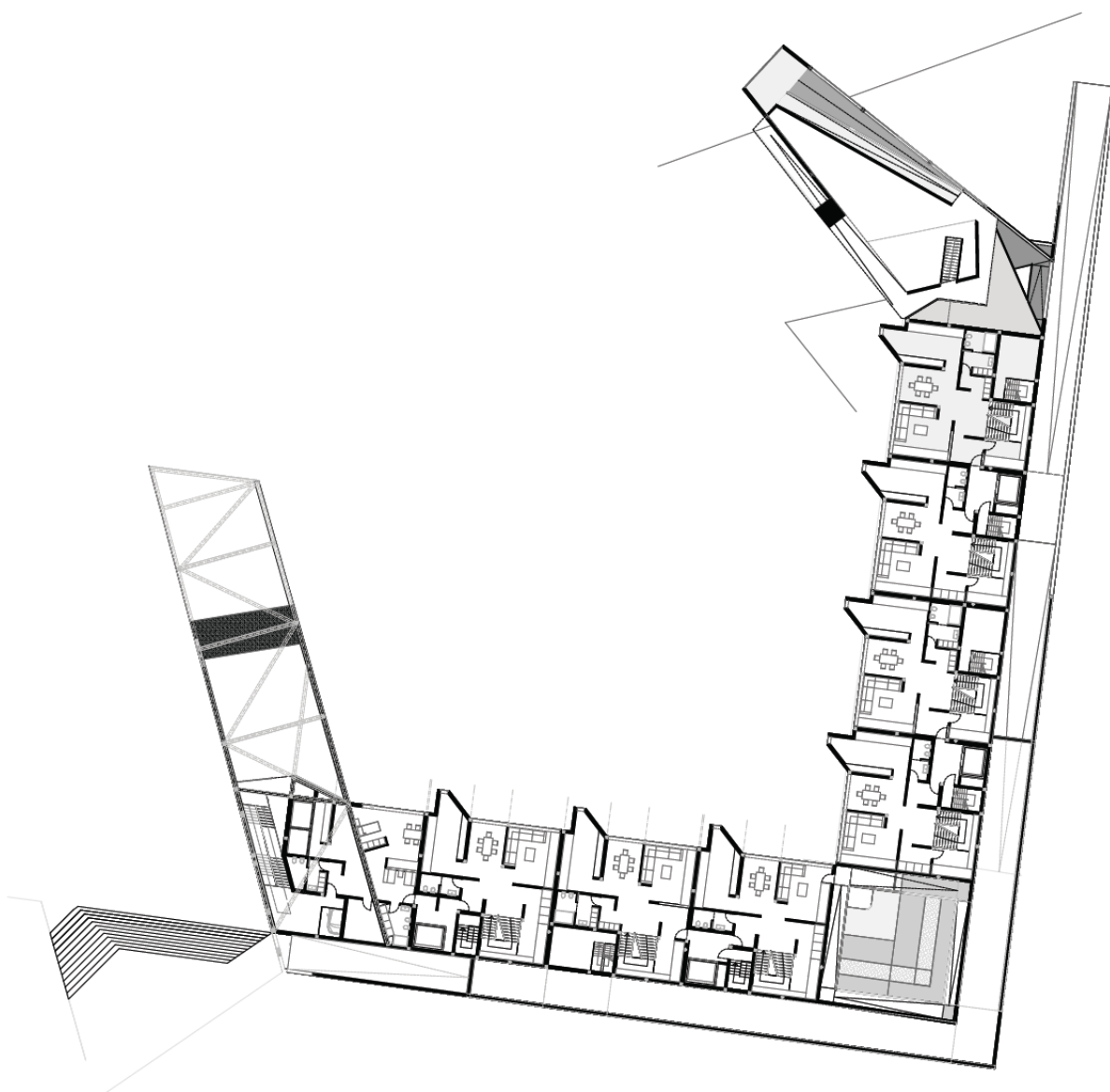
#### 5.4.2. Planta piso 0

Este piso engloba uma área comercial, onde os habitantes do edifício poderão efetuar as suas compras, o que facilita a vida às jovens famílias mas essencialmente aos idosos que não terão que se deslocar para a concretização das suas necessidades quotidianas prementes.



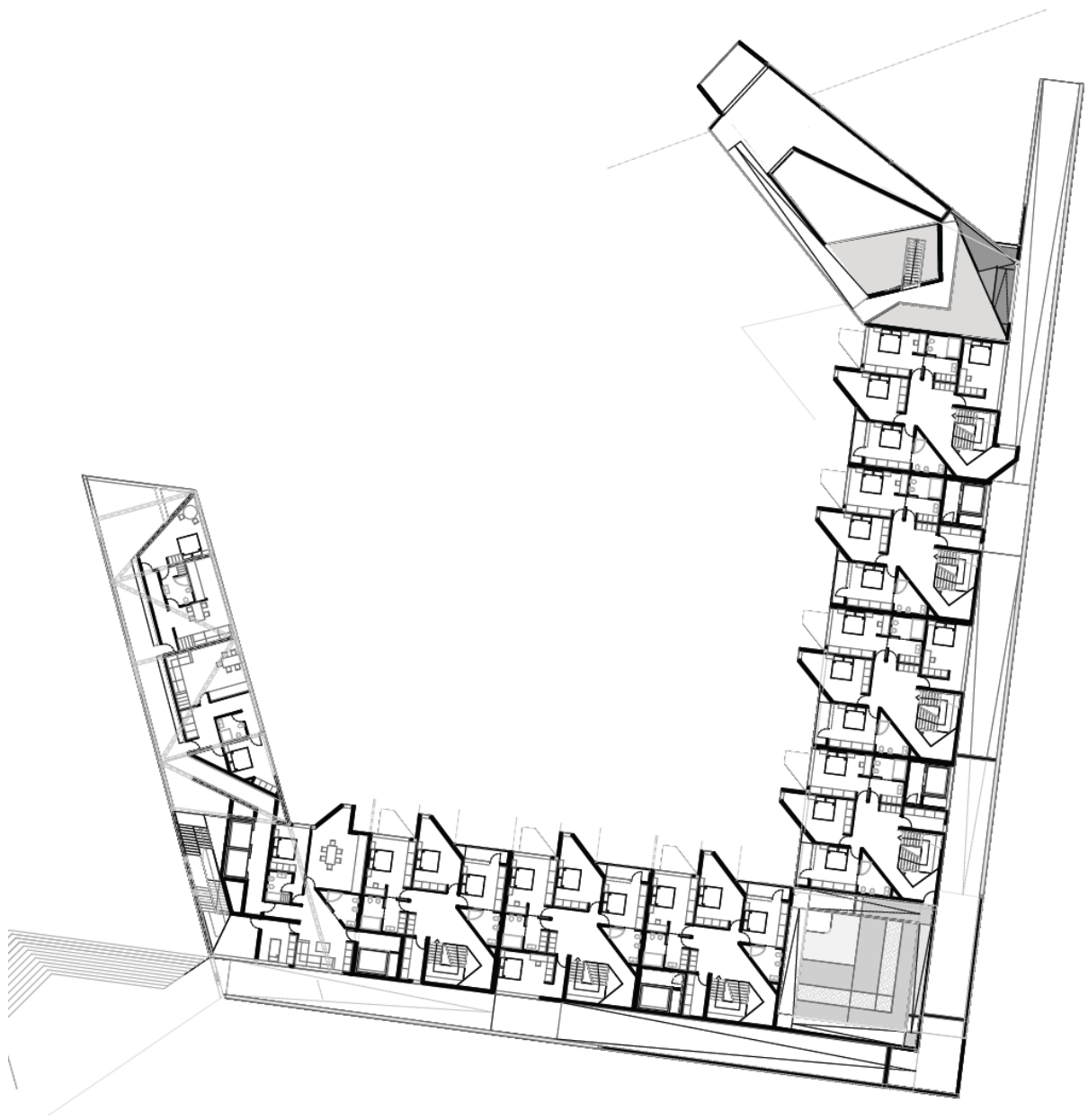
### 5.4.3. Planta piso 1

Este piso é caracterizado por 3 duplex t3, 3 duplex t4, e um t0. É nesta diversidade de tipologias, que se manifesta a intencionalidade do edifício ser capaz de proporcionar o encontro de gerações.



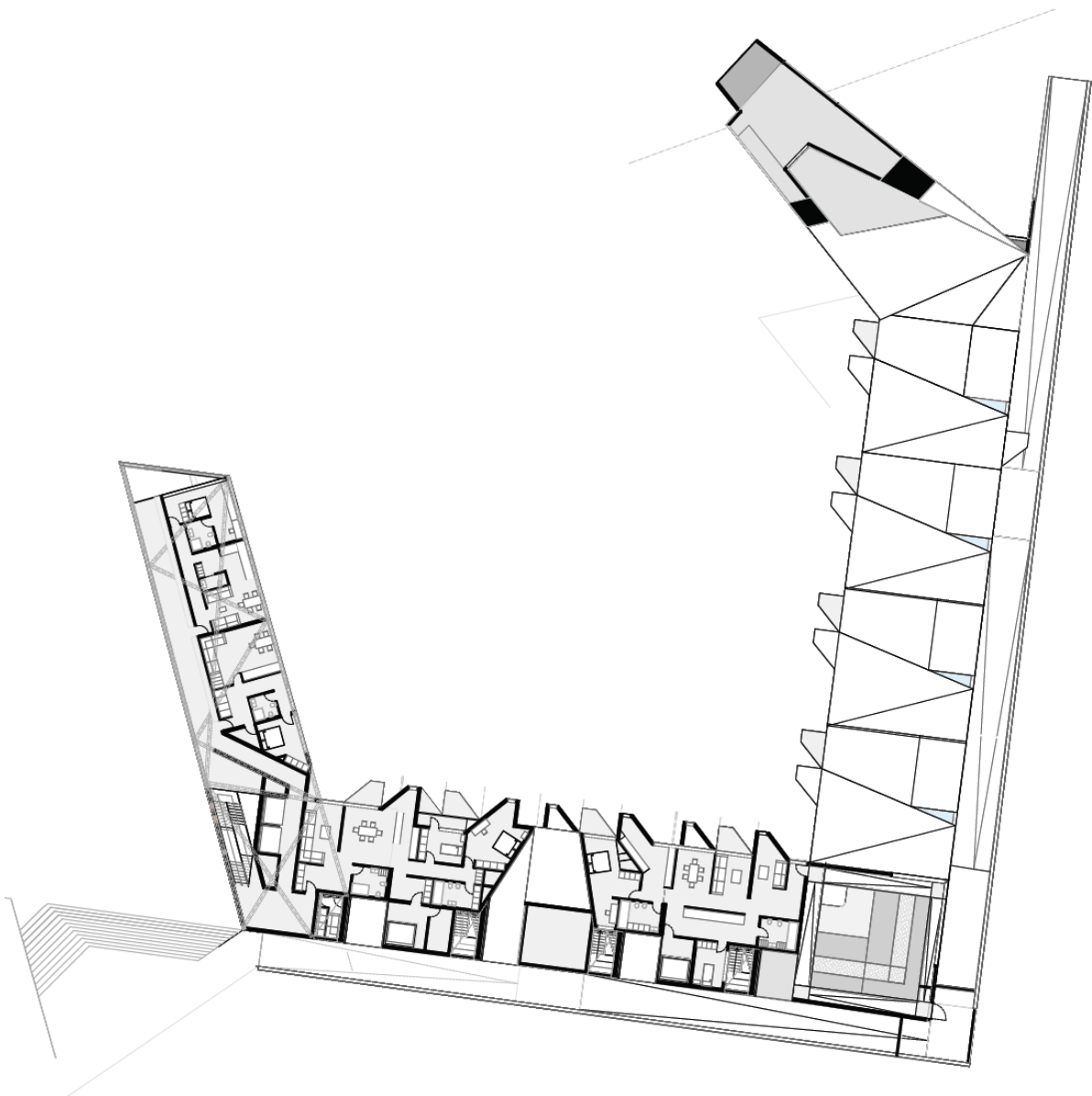
#### 5.4.4. . Planta piso 2

Este piso representa o surgir de um novo corpo habitacional, que por sua vez se encontra em consola, proporcionando uma continuidade no espaço público e a levitação da habitação que garante uma interação com o jardim e centro histórico da cidade de Viseu. É composto pela continuidade dos apartamentos duplex do piso inferior, e num novo braço, por uma cafetaria de pé direito duplo encaminhada por uma galeria, onde se acede às habitações (2 t1 e 3 t2), que tem como eixo visual a zona da Sé de Viseu.



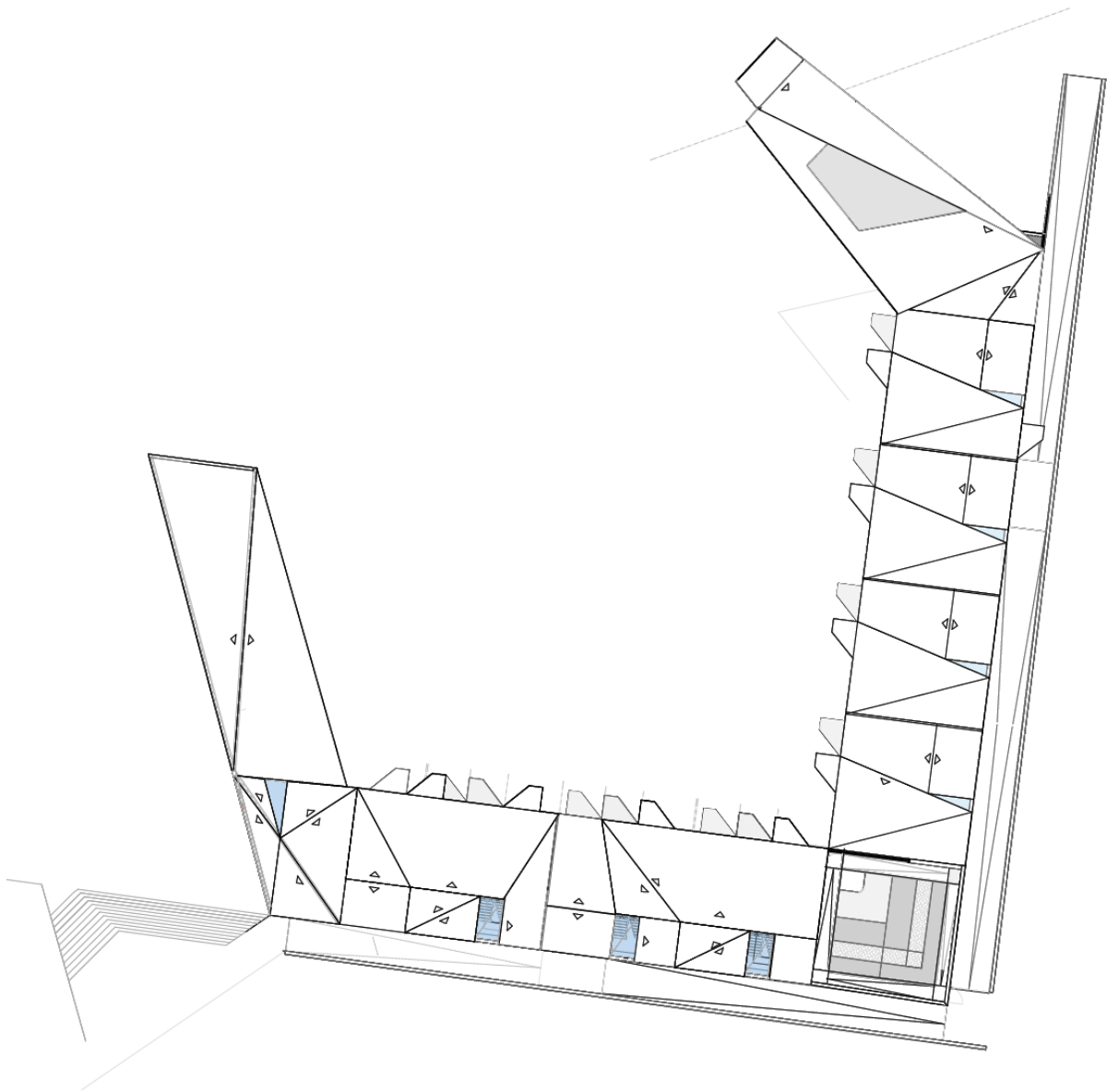
### 5.4.5. Planta piso 3

O piso em questão caracteriza-se novamente por uma diversidade de tipologias que privilegiam as melhores vistas do edifício. É composto por duas habitações t1, uma t2 e uma t3, que como já foi referido anteriormente facilita o encontro intergeracional, na continuidade da galeria que termina numa varanda mezanino sobre a Sé.



#### 5.4.6. Planta piso 4

Este piso constitui-se por uma dinâmica de coberturas, que colhe inspiração na arquitetura vernacular visível devido à topografia do terreno, e em que os planos inclinados da cobertura conferem à habitação uma luminosidade particular. No remate do edifício – miradouro - situado paralelamente à capela surge um pátio que vislumbra a mata do Fontelo.

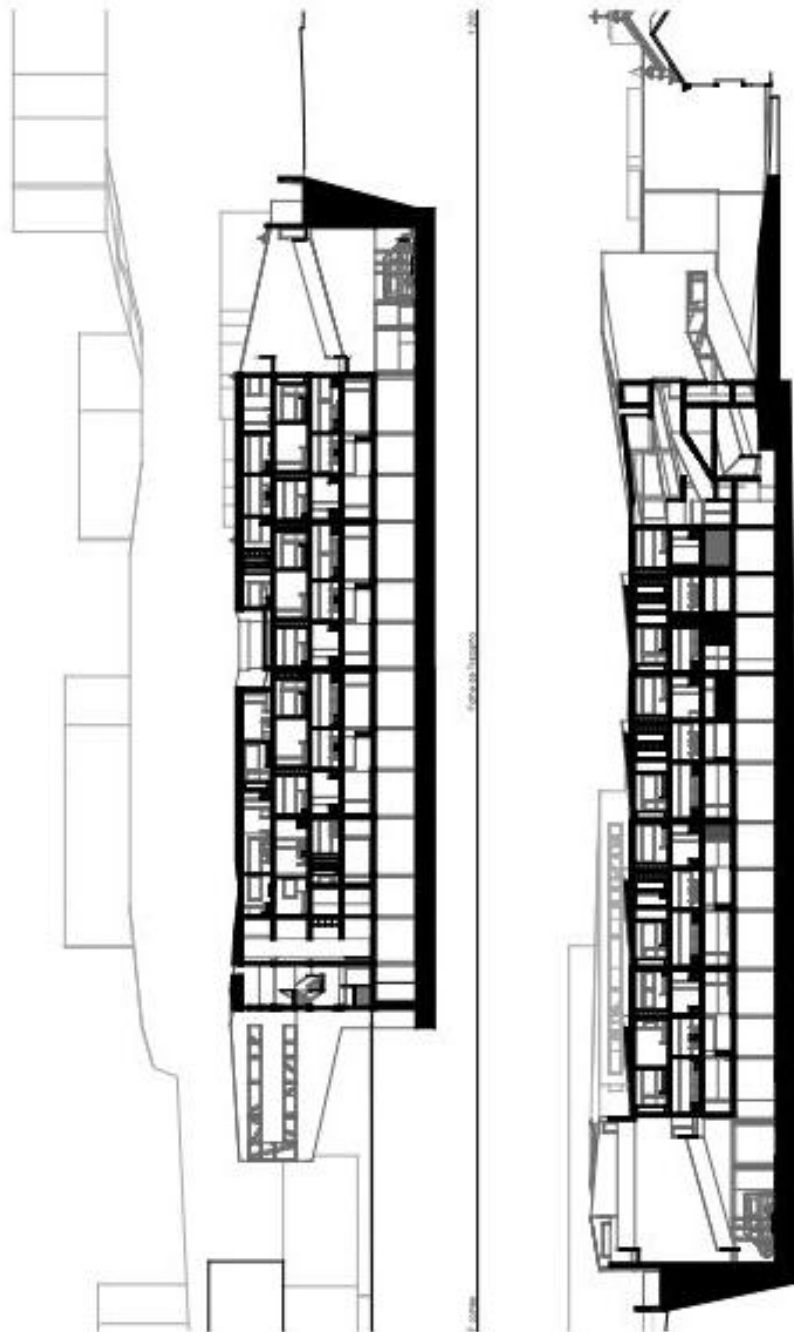


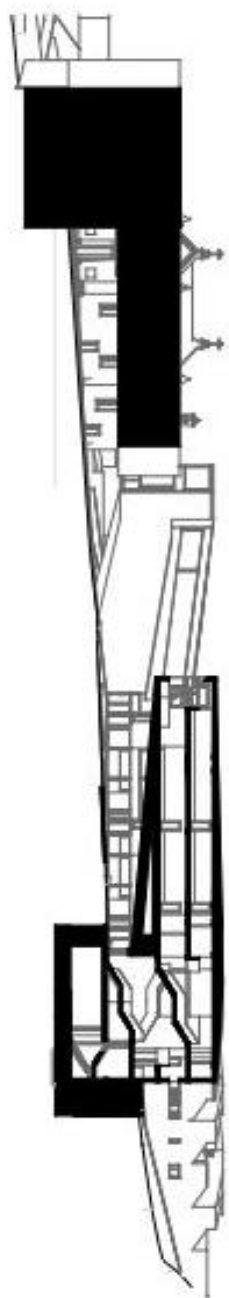
## 5.5. Alçados



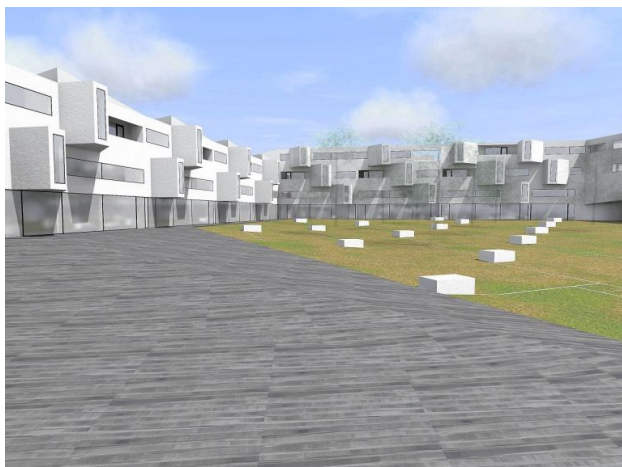


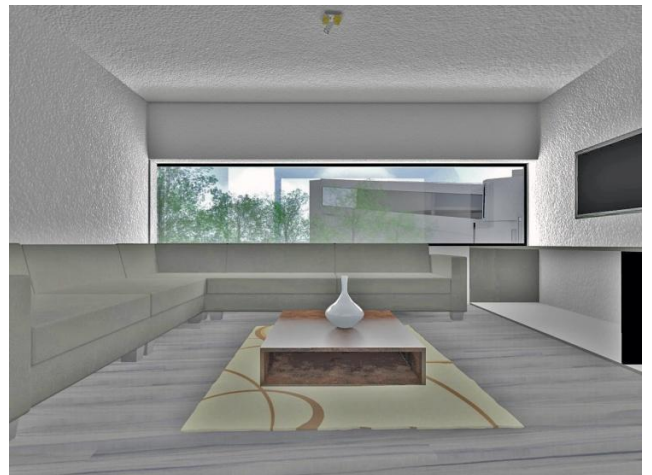
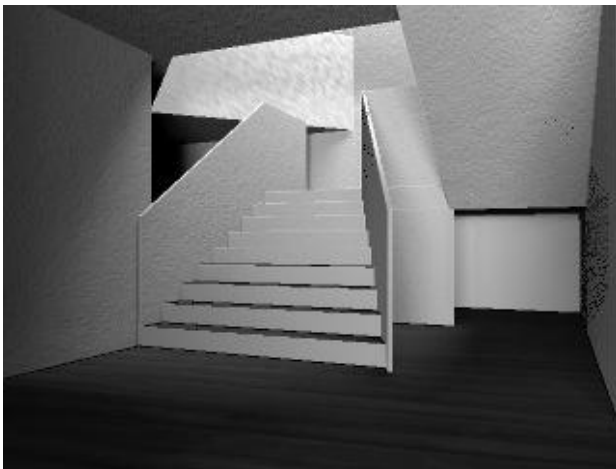
## 5.6. Cortes

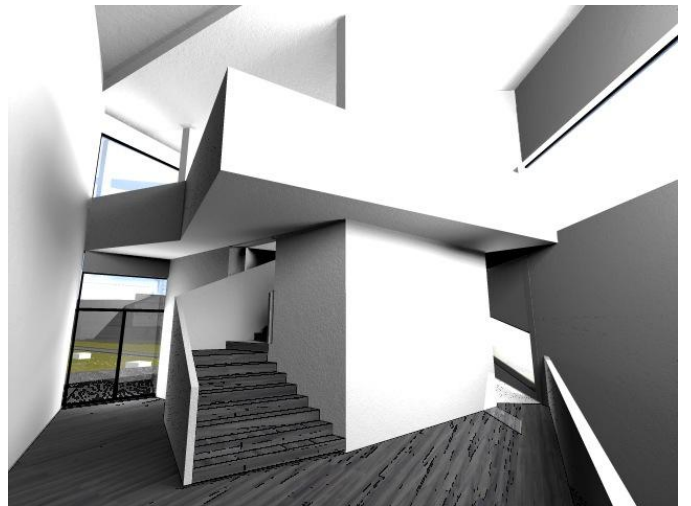
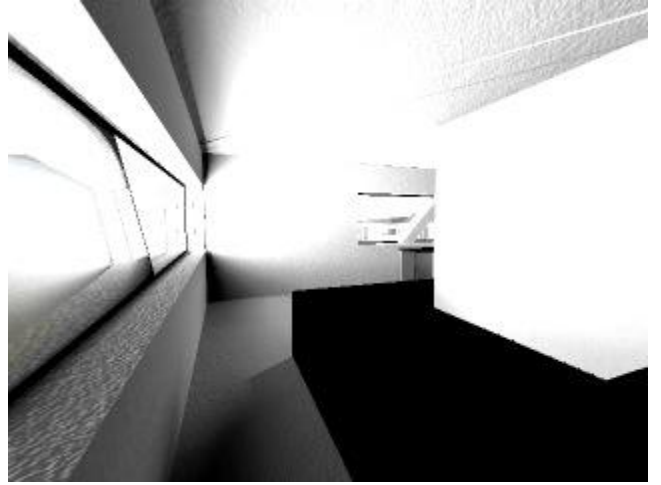




## 5.7. Imagens virtuais de projeto







## Conclusão

A pessoa idosa tem que encontrar facilidades para o exercício das suas atividades diárias, uma vez que na maioria dos casos as suas capacidades físicas já estão afetadas. Como consequência, os projetos habitacionais devem também preocupar-se com a mobilidade do idoso, atendendo às suas necessidades físicas, informativas e sociais, dando-lhes condições favoráveis para o desempenho das suas atividades quotidianas, por forma a compensar as limitações naturais do processo de envelhecimento que está a enfrentar. Por esta razão, os arquitetos nos seus projetos devem preocupar-se com a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso, e também com a eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas, para garantia da sua acessibilidade.

A criação de melhores condições gerais de mobilidade e acessibilidade cumpre um desígnio urbano da dimensão humana, que consiste numa abertura de caminho para uma consistente coesão social. Assim, o aperfeiçoamento e reorganização das urbes, são condições fundamentais para um desenvolvimento materialmente justo, sustentado e integrador dos seus habitantes. As barreiras físicas constituem assim uma barreira de exclusão, que acabam por refletir as contradições contemporâneas, num tempo de luta pela complexidade urbana. (Pereira citado em Guia Acessibilidade e Mobilidade para todos, s.d).

Assim, o direito à habitação não deve prescindir da liberdade e igualdade de utilização por todos os utilizadores. Uma habitação digna contempla as necessidades do ser humano em todas as etapas e circunstâncias da vida. Por isso, quando falamos em habitação inclusiva, referimo-nos a um conceito muito mais amplo do que a simples adaptação de imóveis para atender situações específicas, como dificuldade ou incapacidade de locomoção, deficiência visual, auditiva ou de qualquer natureza. Falamos de uma casa e espaço envolvente concebidos para todas as pessoas e para toda a vida. Esta é a proposta do Desenho Universal, aplicado à habitação.

Democratizar, facilitar, simplificar o uso e promover segurança nos espaços privados dos imóveis e nas áreas de uso comum, bem como no acesso às vias públicas e aos equipamentos urbanos, foi a principal preocupação no que concerne à elaboração do projeto.

## Bibliografia

Agree, M.E. & Freedman, A. V. 2001. Implicações do envelhecimento da população para a saúde geriátrica. In: *Assistência ao idoso: aspetos clínicos do envelhecimento* (pp. 494-501). Rio de Janeiro

Almeida, António Campar. s.d, Paisagens, um património e um recurso, disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13165/1/Paisagens-%20um%20patrim%C3%B3nio%20e%20um%20recurso.pdf>, acedido em 27 de dezembro de 2012

Amaral, Eduardo; Baganha, José; Cabrita, António; Eusébio, Maria de Fátima; Fernandes, Luís; Krippahl, Miguel; Sá, Mário; Vaz, João. s.d, Apresentação do Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu, disponível em <http://cm.viseu.pt/guiareabcentrohistorico/creditos/index.php>, acedido a 26 de novembro de 2012.

Andresen, Teresa. 2003, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitetos Paisagistas (1940-1970)*, Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa

Berguer, L. 1995. *Aspetos psicológicos e cognitivos do envelhecimento. Pessoas idosas uma abordagem global*, 2ªed. Lusodidacta. (pp. 157-197). Lisboa.

Bins ely, Vera H. M, et al 2003, *Jardim universal – espaço livre público para todos*, Florianópolis, Santa Catarina

Bins ely, Vera H. M; Dorneles, Vanessa. 2006, *Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano*, Curitiba, Brasil

Brandão, Pedro. 2008. *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva DGOTDU.*, Lisboa:

Carvalho, J. 1999. *Aspetos metodológicos no trabalho com idosos, Atas do seminário de qualidade de vida no idoso: O papel da atividade física* Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. (pp.306-327). Porto

Castel-branco, C.; Soares, A. L. 2007, *As árvores da cidade de Lisboa* In Silva J. S. - *Floresta e Sociedade uma História Comum* (pags. 289-334), Público, Comunicação Social, SA, Lisboa.

Dantas, Ivan Coelho; Souza, Cinthia Maria Carlos. 2004, *Arborização urbana na cidade de Campina Grande – PB: inventário e suas espécies*. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 4, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.ihendrix.br>, acedido a 5 dezembro 2012

Duarte, V. B., Dias, D.G., Santana, M. da G., Soares, M. C. & Thofern, M. B. 2005. *A perspetiva do envelhecer para o ser idoso e sua família*, *Família Saúde Desenvolvimento* 1, 42-50

Faria, L. & Marinho, C. 2003. Perspetivas sobre o envelhecimento: atividade física e promoção do bem-estar físico e psicossocial de idosos. *Revista de Psiquiatria*, 24 (3), 51-69.

Feiber, Fúlvio Natércio. 2001, Jardins interativos em empresas, disponível em [http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_arquivos/15/TDE-2006-TRE/Fulvio%TRD.pdf](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2006-TRE/Fulvio%TRD.pdf), acessido a 4 de janeiro de 2013

Feiber, Fúlvio Natércio. 2005, Áreas verdes, identidade e gestão urbana: estudo de caso na região central de Curitiba – Paraná, disponível em: [http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_arquivos/15/TDE-2006-12-01T113212Z-469/Publico/Fulvio%20PPGTU.pdf](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2006-12-01T113212Z-469/Publico/Fulvio%20PPGTU.pdf), acessido a 26 de dezembro de 2012

Fernandes, Carmen. 2008, Reabilitação dos centros históricos, disponível em <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008011.pdf>, acessido a 26 de janeiro de 2013

Figueiredo, L. 2007. Cuidados familiares ao idoso dependente, Climepsi Editores. Lisboa

Florio, Wilson, 2010. Croquis de conceção no processo de projeto em Arquitetura Exata, vol. 8, núm. 3, 2010, pp. 373-383, Universidade Nove de julho Brasil, disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81016924011>, acessido a 3 de outubro de 2013.

Fontaine, R. 2000. Aspetos psicológicos – Envelhecimento, Climepsi Editores. Lisboa

Fortuna, C., 2008. Imaginando a democracidade: do passado da sociologia para o futuro das cidades. Faculdade de Economia, CES – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Universidade de Coimbra

Fortuna, Carlos; Barreira, Irllys; Bezerra Roselane, Gomes, Carina Sousa. 2012, O passado e as cidades: revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e coimbra, Ed. Almedina, Coimbra

Francisco, Marlene s.d, Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada”, Universidade Nova de Lisboa

Gonçalves, J. 2006, Os Espaço Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade”, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

Graça, Miguel s.d, Espaços públicos e uso coletivo de espaços privados” disponível em <http://ecultura.sapo.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>, acessido a 22 de maio de 2012.

Granja, L.M. 2006. A Qualidade de Vida dos Utentes que usufruem do Serviço de Apoio Domiciliário da SCMCP, Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto

Guia acessibilidade e mobilidade para todos s.s. Disponível em <http://www.inr.pt/uploads/docs/acessibilidade/GuiaAcessEmobi.pdf> acessido a 1 de fevereiro 2013

Gehl, Jan 2006, La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios, Barcelona: Editorial Reverté

Habermas, Jürgen, Mudança Estrutural na Esfera Pública, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1962

Hanson, J, s.d. . “The Inclusive City: delivering a more accessible urban environment through inclusive design”.

Herbert, D. M, 1992. Graphic processes in architectural study drawings. Journal of Architectural Education, v.46, n. 1, p. 28-39.

Instituto Nacional de Estatística 2002. O envelhecimento em Portugal, situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas, INE, Lisboa

Jacobs, Jane. 2009, Morte e vida de grandes cidades. 2ª ed. Martins Fontes, São Paulo;

Lira Filho, José Augusto 2001, Paisagismo: princípios básicos, Ed. Aprenda Fácil

Lynch, Kevin. 1997, A imagem da cidade, Ed. Martins Fontes São Paulo.

Lynch, Kevin 1999, A boa forma da cidade, Edições 70, Lisboa.

Lynch, Kevin. 2002, A imagem da cidade, Edições 70, Lisboa

Ludke, M., & André,. 1986. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU

Magalhães, M. M 2001, A Arquitetura Paisagista - Morfologia e Complexidade, Editorial Estampa, Lisboa.

Marques, Teresa Portela 2009- Sustentabilidade no Projeto de Arquitetura Paisagista: Redundância ou Extravagância, In Parjap Portugal, Comunicações do 6º Congresso Ibero-Americano de Parques e Jardins Públicos.

Martin, Ignacio; Santinha, Gonçalo; Rito, Susana; Almeida, Rosa. 2012, Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português, Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático: Envelhecimento demográfico, p. 177-203.

Martins, L. R. 1999. Envelhecimento e saúde: Um problema social emergente, Retirado a 29 de dezembro de 2012, de <http://psicologiafins.pt.html>.

Moreira, Daniel, Kowaltwski, Doris, Petreche, João, Labaki, Lucila, Celani, Maria, Ruschel, Regina, Pina Sílvia, Silva Vanessa, 2006, Reflexão sobre metodologias do projeto arquitetónico, disponível em, [seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3683/2049](http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3683/2049), acedido a 25 de junho de 2013

Moutinho, M., Mateus, Primo, J. 2010. Desenho urbano, elementos de análise morfológica, edições Universitárias Lusófonas, Lisboa

Nieto, Gabriela. 1992, Dimensões da Arquitetura, Ed. Codex, Porto.

Oliveira, J. H. 2005, Psicologia do envelhecimento e do idoso, Livpsic- Psicologia. Porto

Oliveira, João, s.d. Galeria arte moderna e contemporânea – trabalhos em papel, disponível em <http://www.jeogaleria.com/>, acessado a 1 de outubro de 2013

Pallasmaa, Juan. 2012, Pensamento em forma: dez ensaios sobre arquitetura, Universidade Católica Portuguesa - centro Regional das Beiras Viseu

Paúl, M. C. & Fonseca, A. M. 2005. Envelhecer em Portugal. Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados. In C. Paúl, A. M. Fonseca, I. Martin & J. Amado (Eds.), *Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses*, Climepsi (pp. 75-95).Lisboa

Peixoto, Paulo Jorge Marques. 2006, O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano Português, Tese de doutoramento em sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pimentel, Luísa. 2005, O lugar do idoso na família, Contextos e Trajetórias, 2<sup>a</sup> ed., Quarteto Coimbra

Pinheiro, Vasco, 2005, o esquisso como lugar de convergência, disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/376/?sequence=1>, acessado a 13 de outubro 2013

Portas, Nuno. 2000, Do vazio ao cheio. Cadernos de Urbanismo nº2, Disponível em [www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc](http://www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc), acessado a 29 de janeiro de 2013

Oliveira, José António, Roca Zoran s.d. A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento, disponível em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/019.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/019.pdf), acessado a 6 de dezembro de 2012.

Rémy, J., 2001, Ville visible, ville invisible: un réseau aréolaire in Les Mobilités contemporaines, L'Harmattan, Paris,. [consultada versão para edição].

Rémy, Jean; Voyé, Liliane 1991, Cidade: Rumo a uma Nova Definição, Porto, Afrontamento,

Ribeiro, António Pinto. 2004, Abrigos: condições das cidades e energia da cultura, Ed.Cotovia, Lisboa.

Roca, Zoran. 2009, Paisagem, identidade territorial, desenvolvimento e terrafilia, disponível em <http://www.google.pt/#hl=pt-br&tbo=d&output=search&sclient=psy-ab&q=paisagem%2c+identidade+territorial%2c+desenvolvimento+e+terrafilia&oq=paisagem%2c+identidade+territorial%2c+desenvolvimento+e+terrafilia>, acessado em 7 de janeiro de 2013

Rosa, Maria João Valente. 2012, O envelhecimento da sociedade Portuguesa, Ed. Ensaios da Formação, Lisboa

Santos, Milton. 1996, A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo.

Serdoura, Francisco, Silva F. Nunes, 2006, “Espaço Público: Lugar de Vida Urbana”, Disponível em: [http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num27/n\\_27\\_pag\\_5-16.pdf](http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num27/n_27_pag_5-16.pdf), acedido a 23 de maio de 2012

Simões, Jorge, Braz Miguel, Gouveia, Pedro, Bispo Renato, Lorena, Maria José, s.d, Uma casa para a vida, aplicação do design inclusivo à habitação. Ed.Instituto para a reabilitação, I.P.,

Sousa, Cláudia Azevedo. 2010. Do cheio para o vazio: metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Lisboa

Sousa, L., & Figueiredo, D. 2003, (In) dependência na população idosa: um estudo exploratório na população portuguesa. *Psychologica*, 33, 109-122.

Teixeira, P. 2006, Envelhecendo passo a passo. Retirado a 2 de janeiro de 2013, de <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0283.pdf>.

Vieira, D. F. 2005, A Velhice nos Tempos Atuais, Retirado a 3 de janeiro 2013, de <http://www.revistapsicologia.com.br>.

Xavier, Sandra. 2007, Usos da ruralidade na arquitetura paisagista, disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n1/v11n1a09.pdf>, acedido a 23 de dezembro de 2012

Zeisel, John, 1981, *Inquiry by Design: Tools for Environment-Behaviour Research*

Sites:

**Freguesia de São José:** <http://www.freguesia-sjose.pt/>

<Http://www.plataformaarquitectura.cl/2013/03/27/casa-en-sikamino-tense-architecture-network/>

<Http://artwear.com.pt/estoria.aspx?id=24>

# ANEXOS

# **Anexo I**

# **Anexo II**

# **Anexo III**

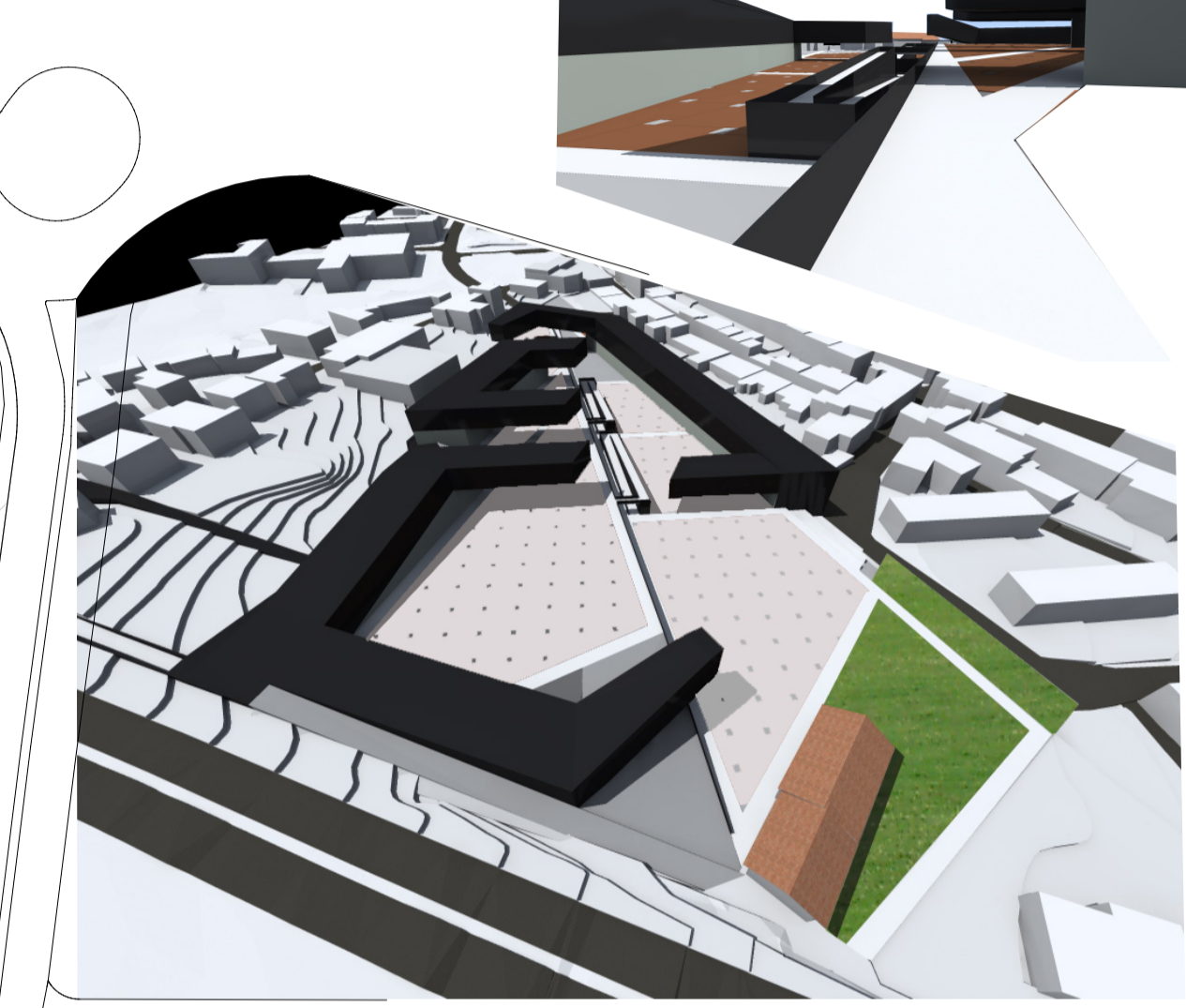
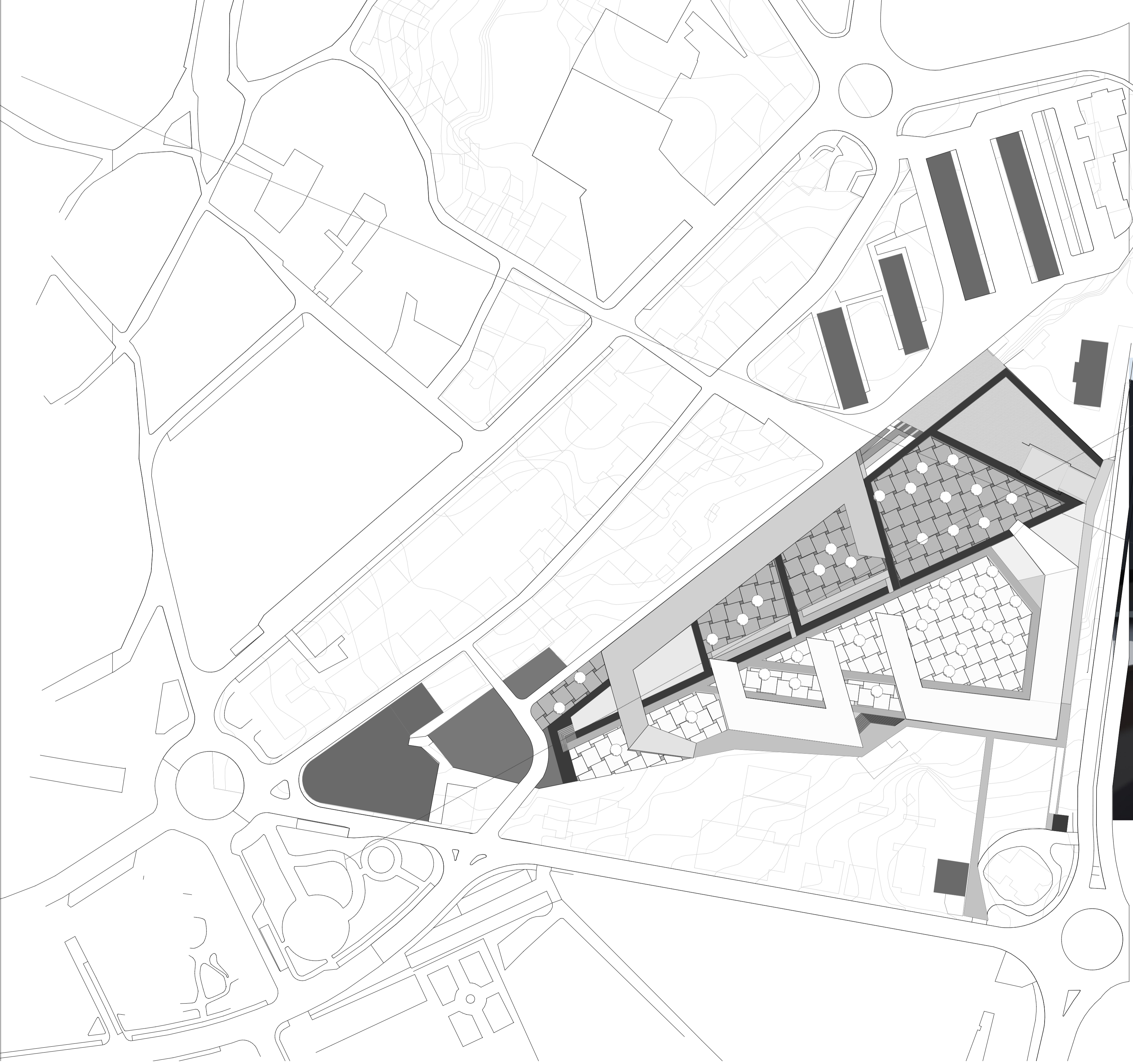
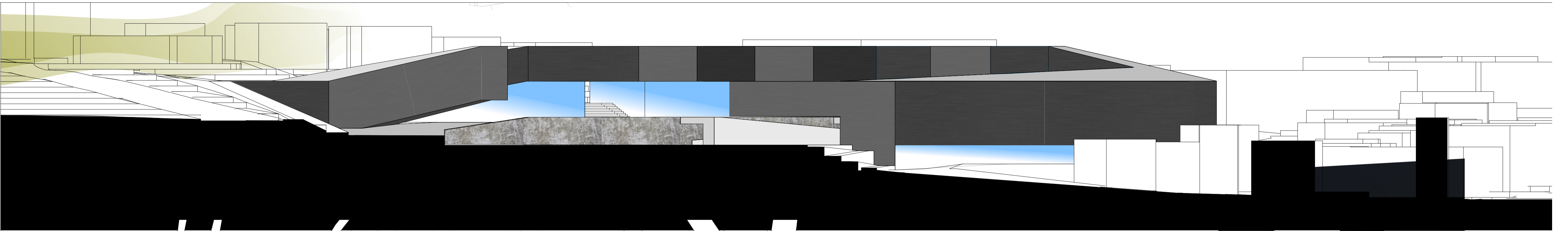
# **Anexo IV**

# **Anexo V**

# **Anexo VI**

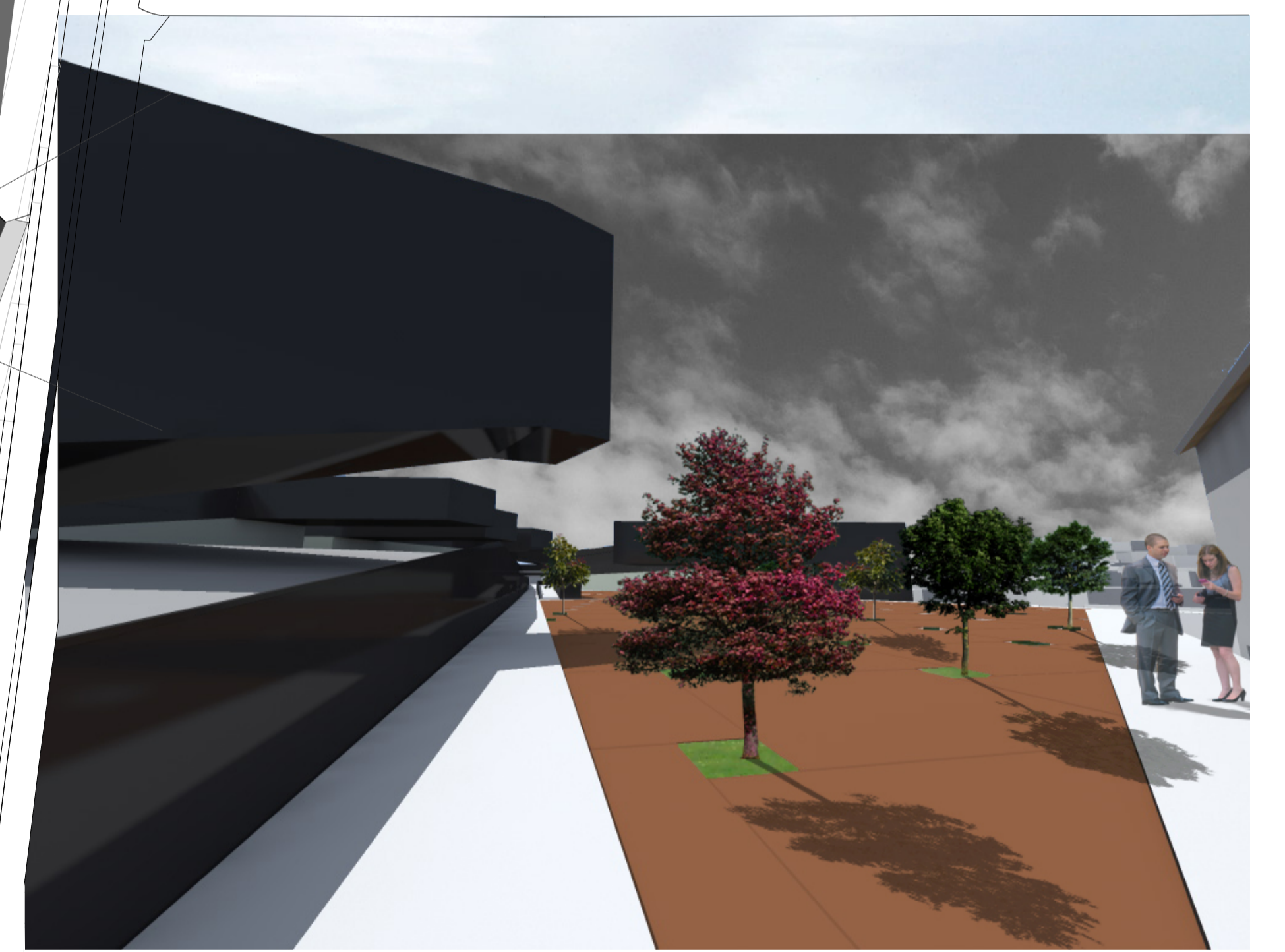
# **Anexo VII**

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
PROJECTO DA  
FUI PEDRO LOURENÇO FERREIRA  
DOCENTES: AND. GONÇALO BYRNE  
ARQUITECTO: GABRIEL HO  
PANEL 02 PLANTA GERAL 1:1000 PERFIL 1:500  
PROJETO INTEGRADO URBANO\_VISEU 28/12/2012

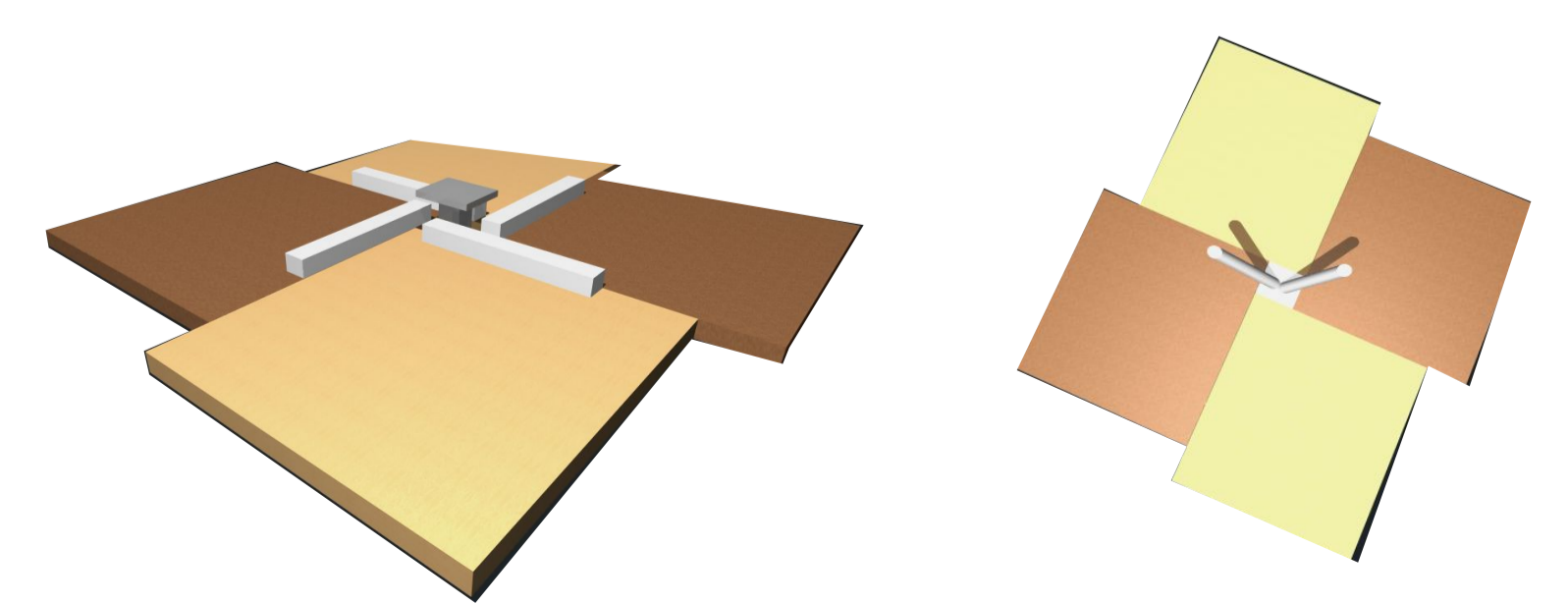


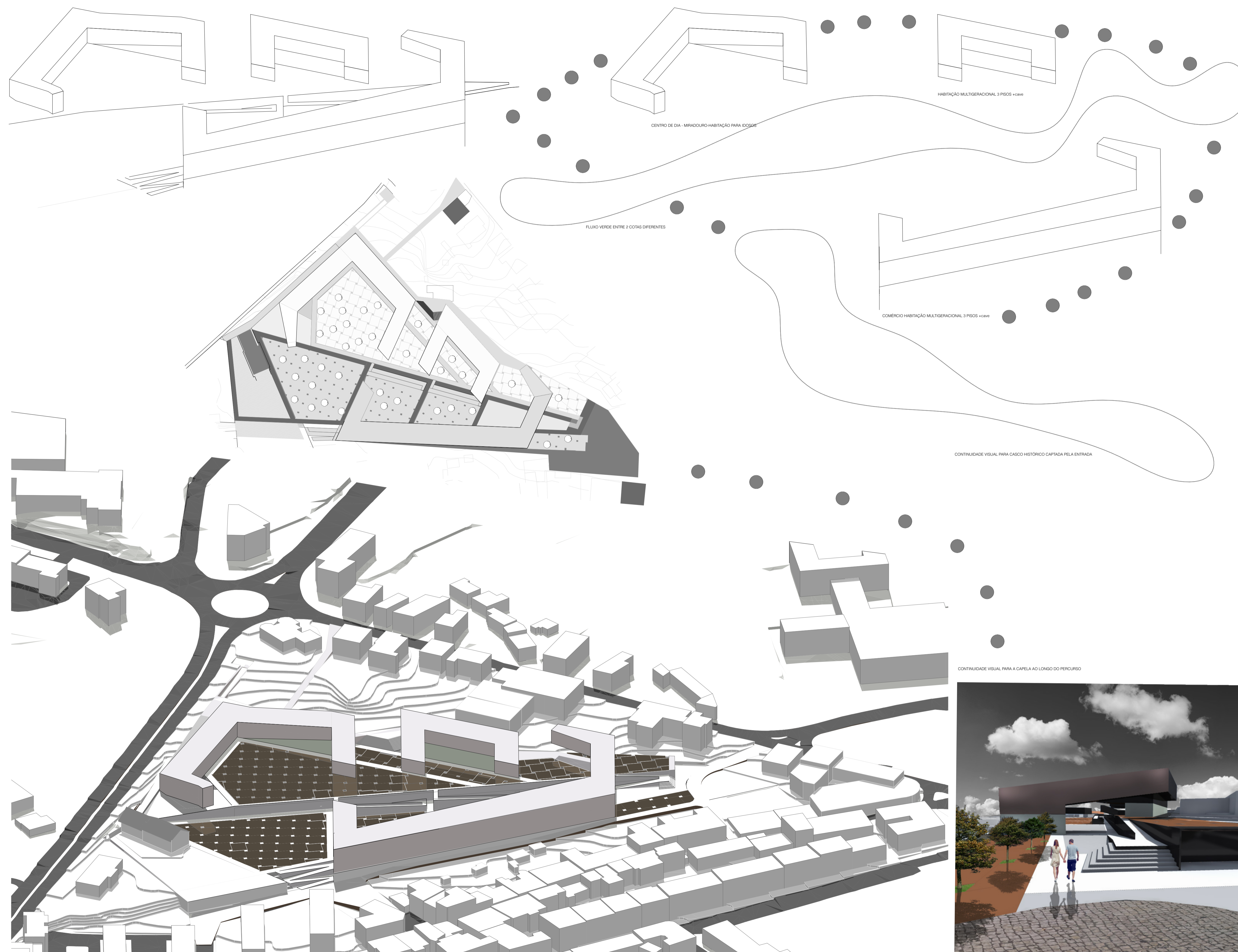
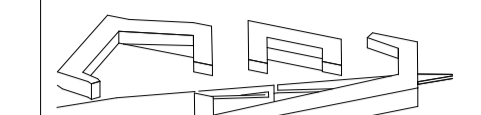
2ª planta perspectiva

planta perspectiva

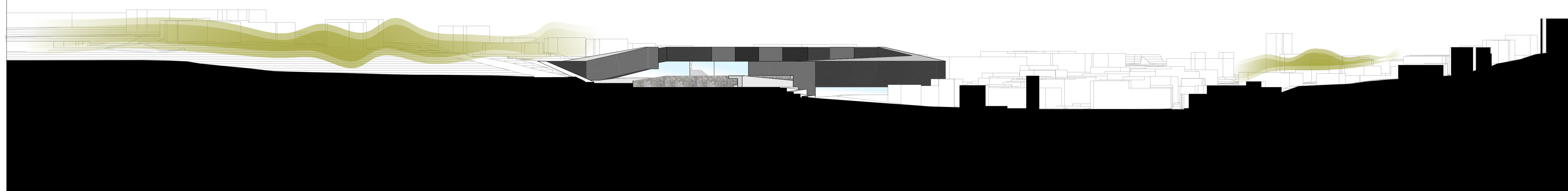
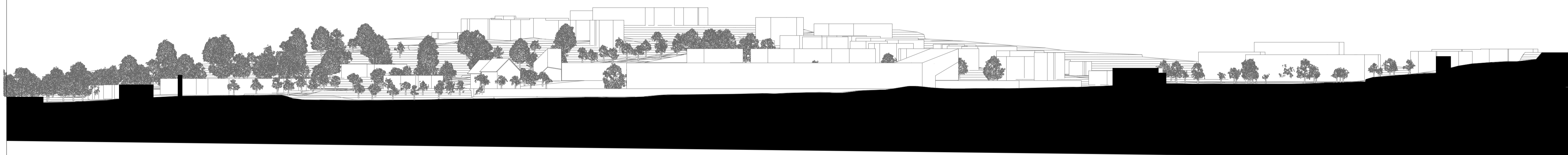
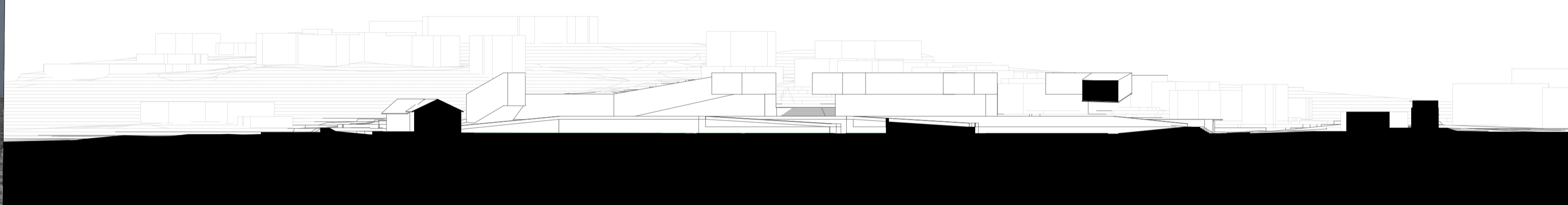
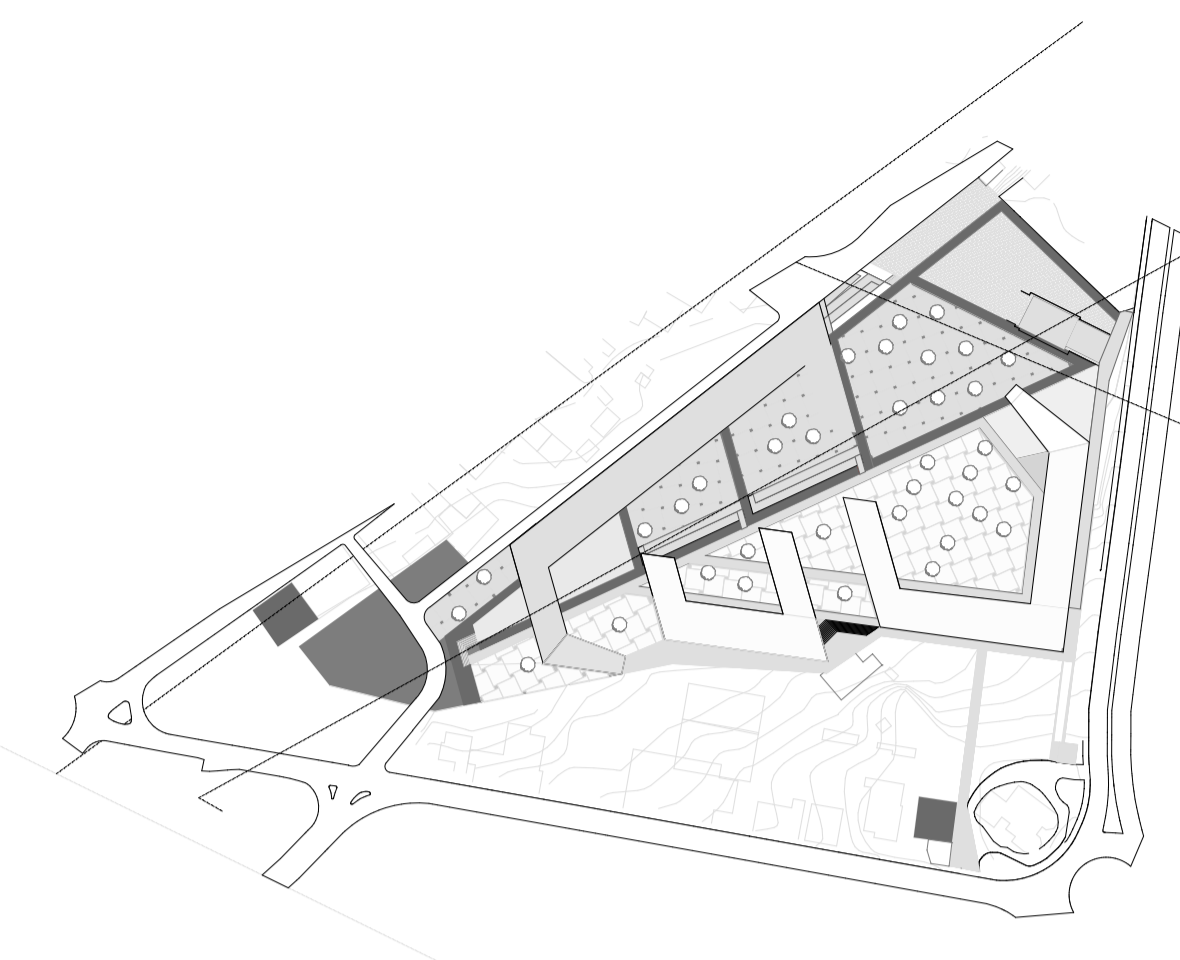
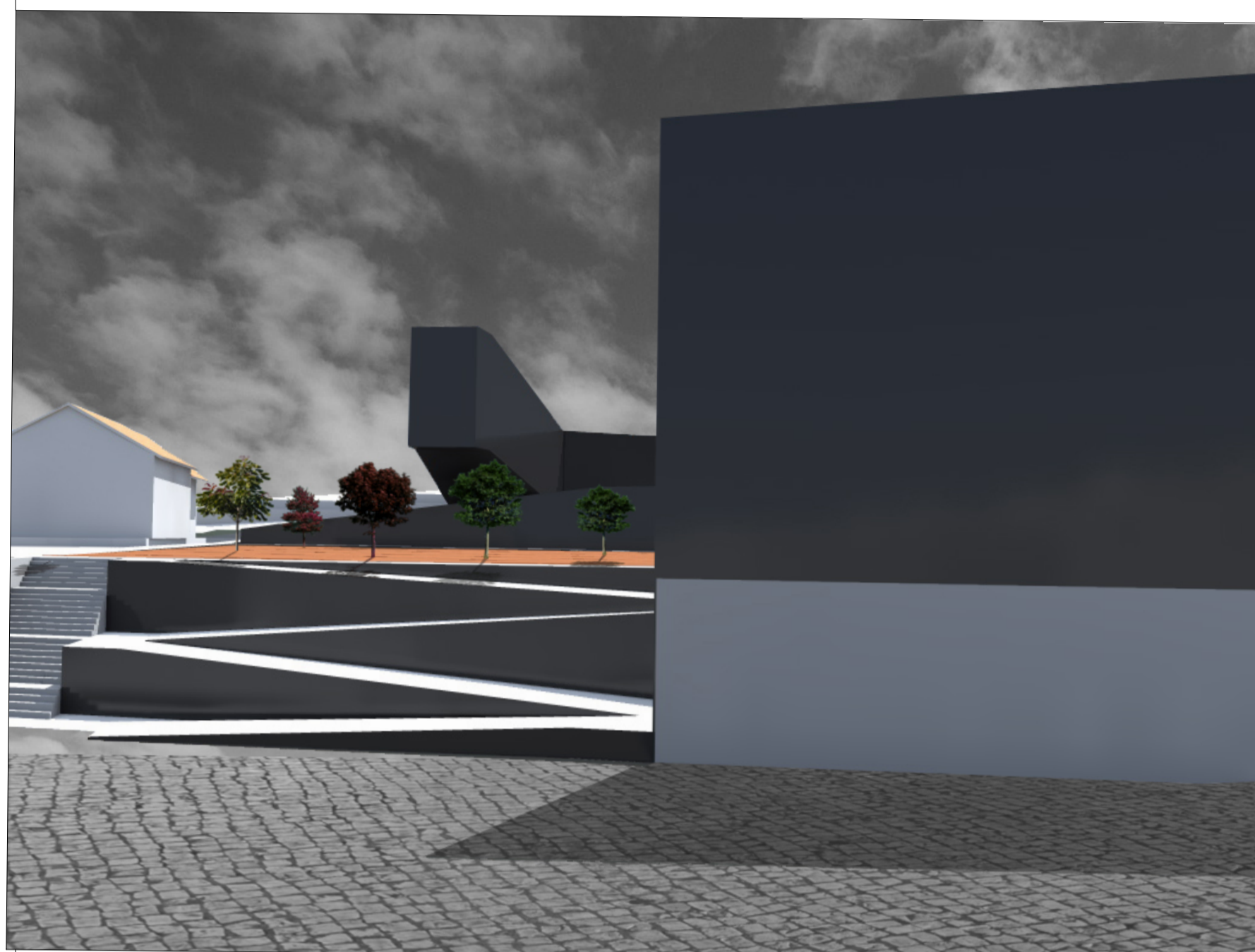


relação miradouro-espaço público-capela





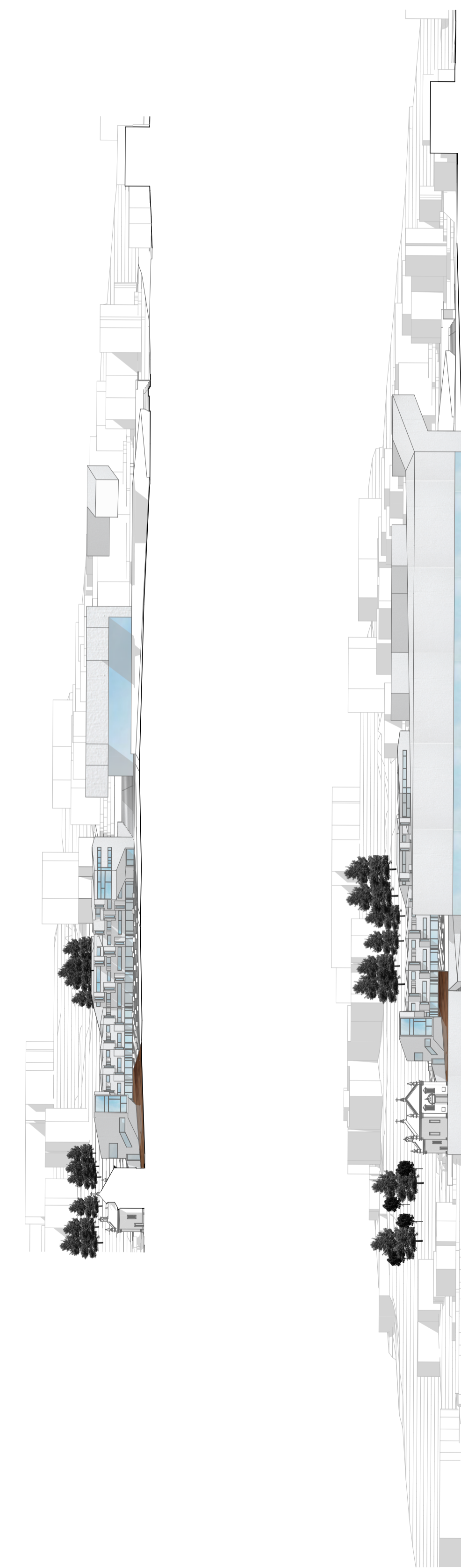
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
PROJECTO DA  
FUI PEDRO LOURENÇO FERREIRA  
DOCENTES: ANDRÉ GONÇALVES BYRNE  
ARQUITECTO: CARVALHO  
PANEL 02 PLANTA GERAL, PERFIS 1:1000  
PROJECTO INTEGRADO URBANO, VISEU 2012/2013

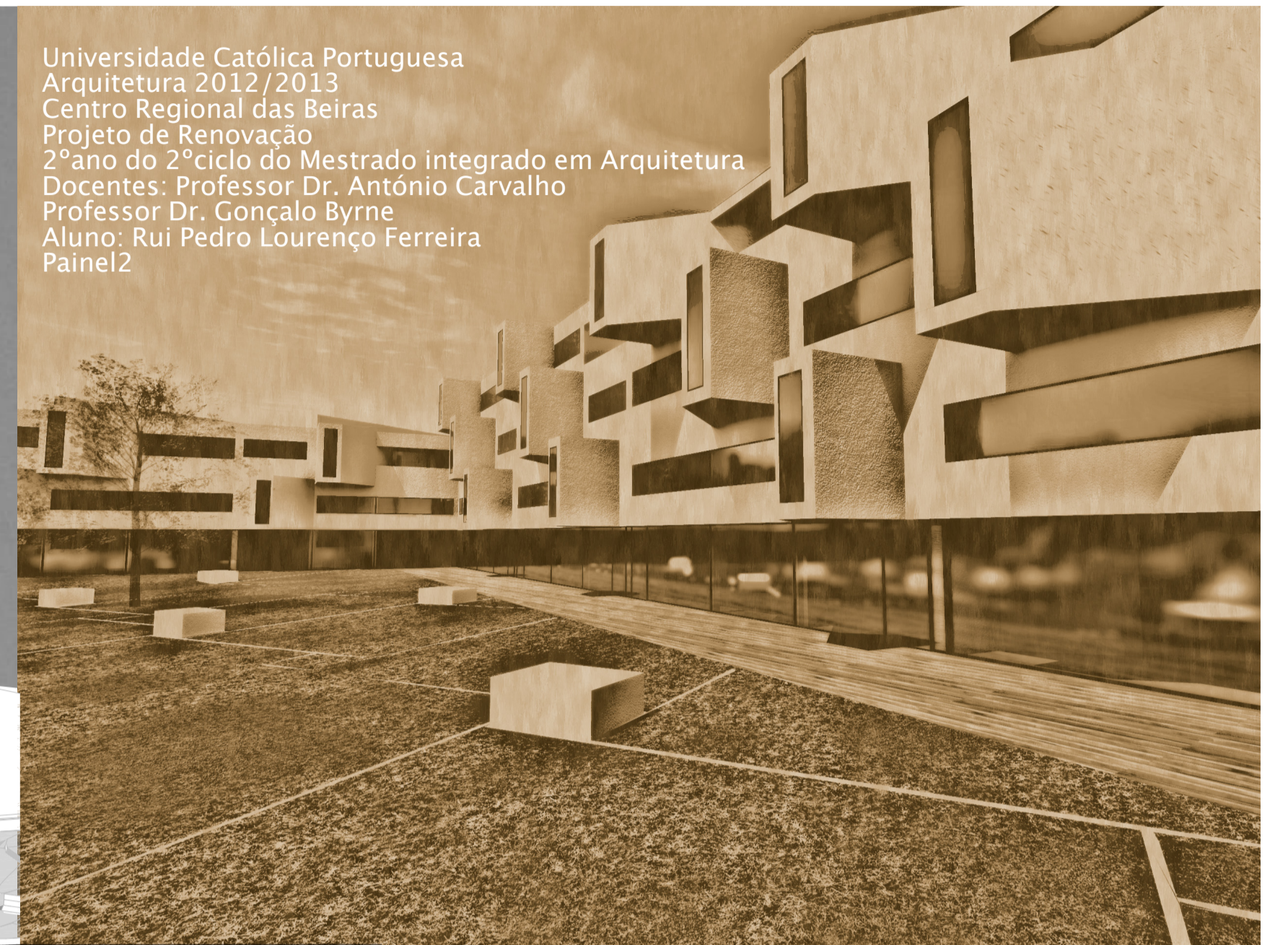
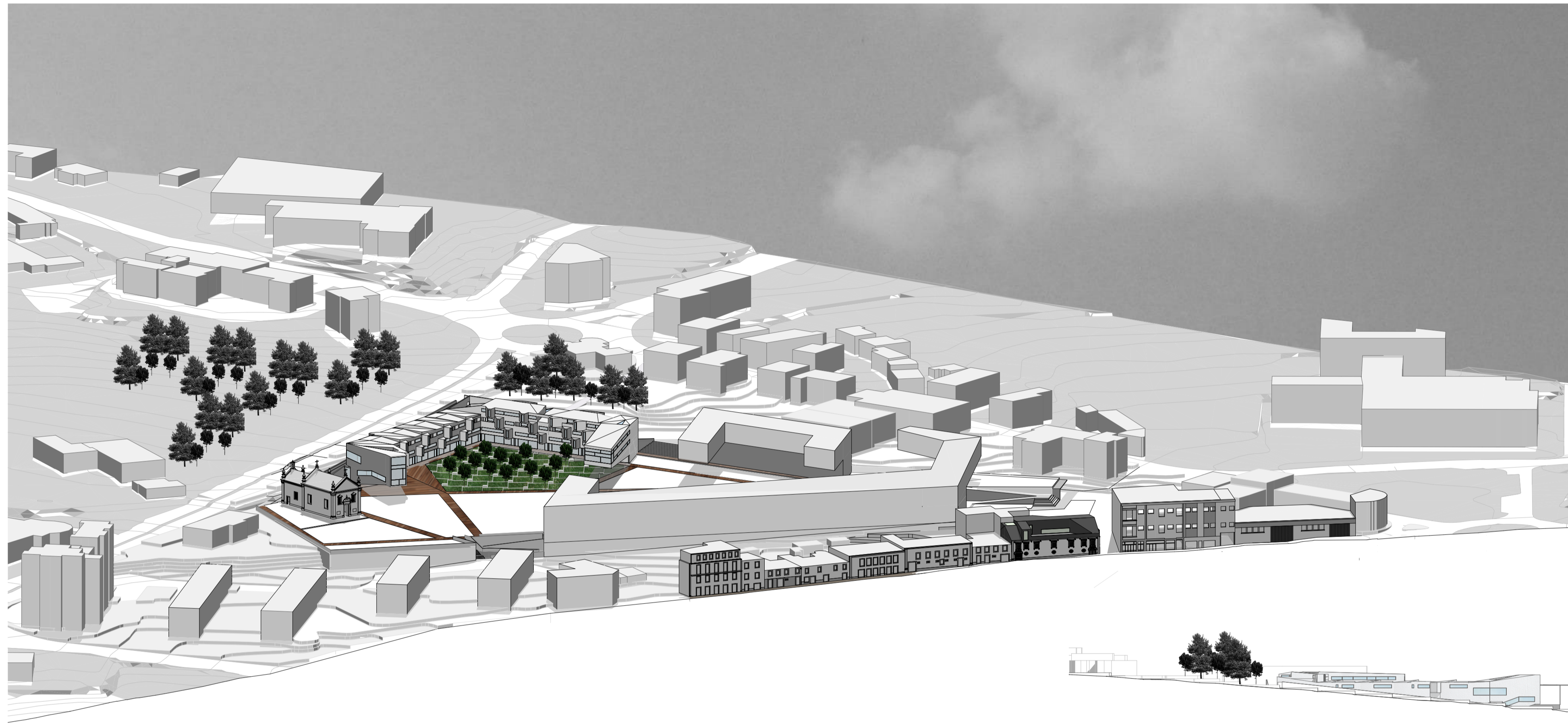




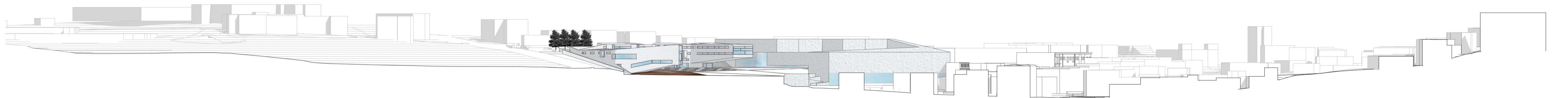
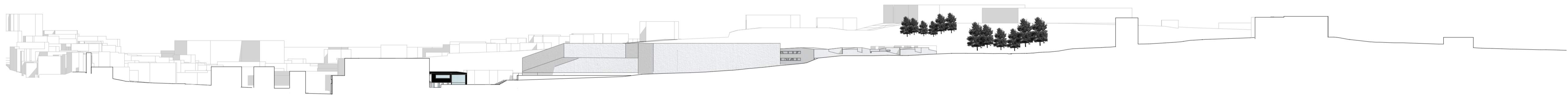
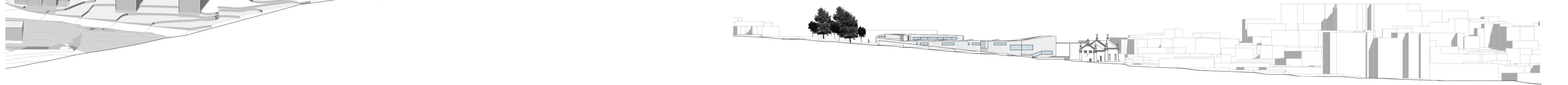
Universidade Católica Portuguesa  
Arquitetura 2012/2013  
Centro Regional das Beiras  
Projeto de Renovação  
2º ano do 2º ciclo do Mestrado integrado em Arquitetura  
Docentes: Professor Dr. António Carvalho  
Professor Dr. Gonçalo Byrne  
Aluno: Rui Pedro Lourenço Ferreira  
Painel 1 ESC 1/1000

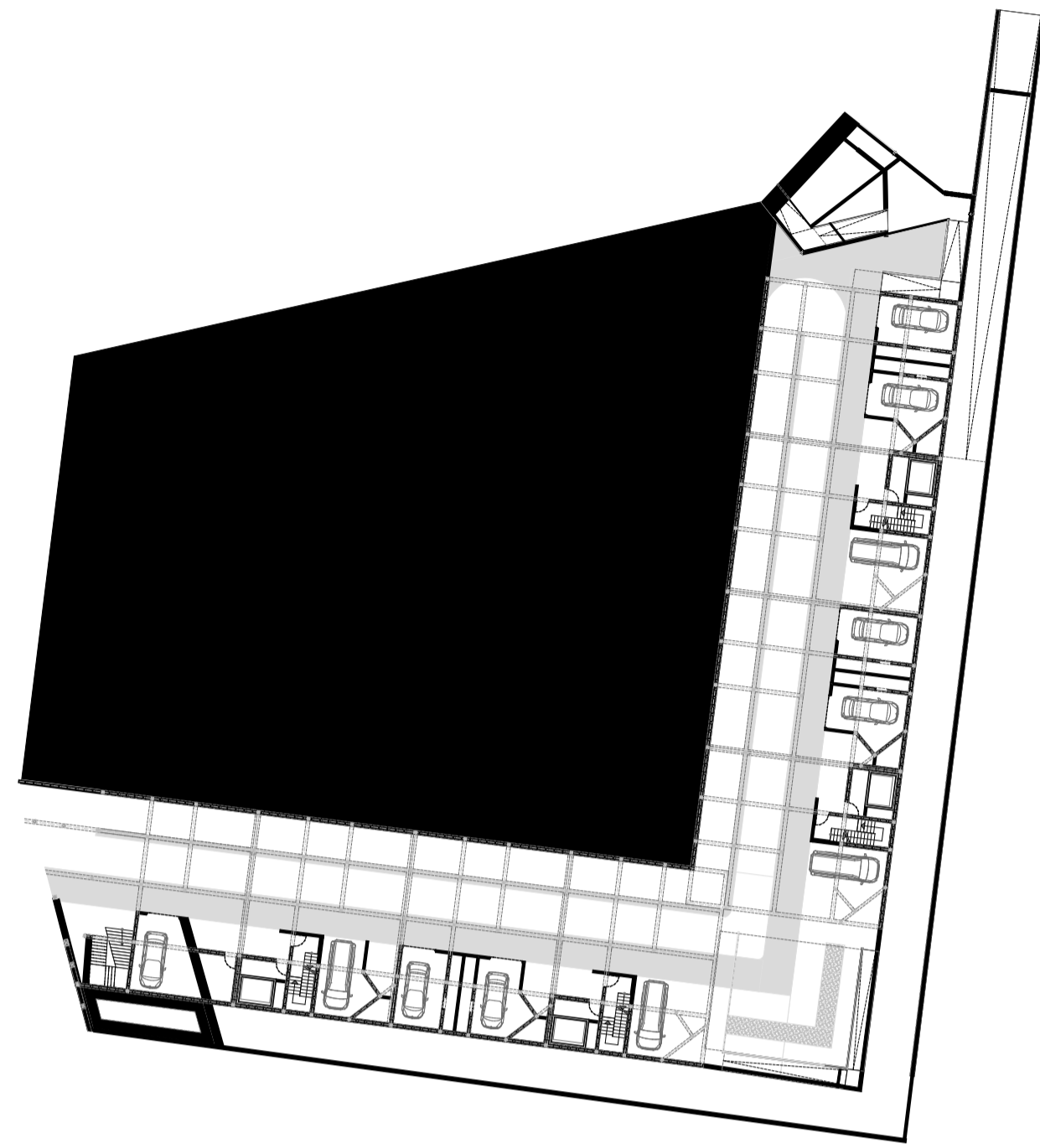
ARCHICAD EDUCATION VERSION  
GRAPHISOFT



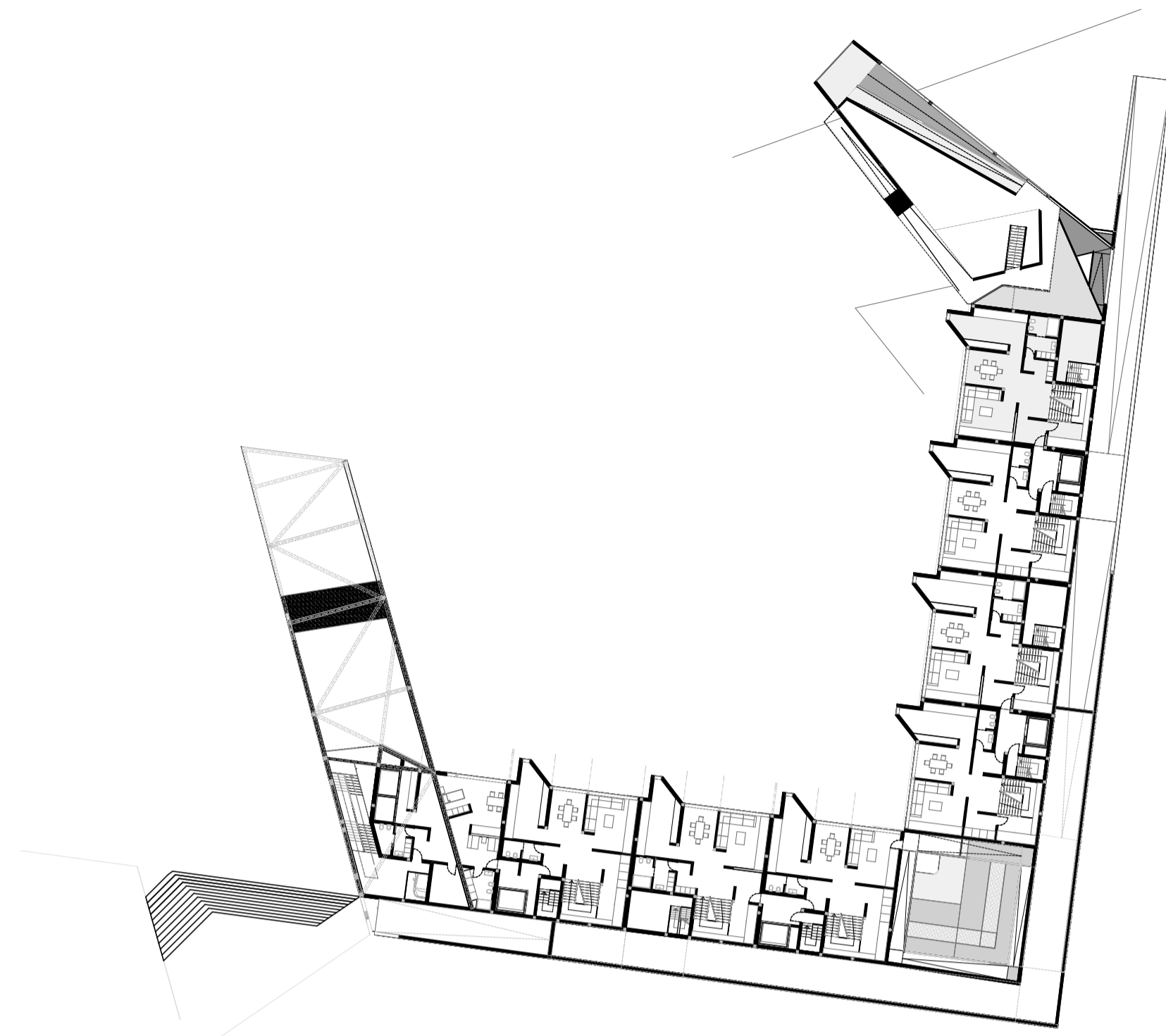


Universidade Católica Portuguesa  
Arquitetura 2012/2013  
Centro Regional das Beiras  
Projeto de Renovação  
2º ano do 2º ciclo do Mestrado integrado em Arquitetura  
Docentes: Professor Dr. António Carvalho  
Professor Dr. Gonçalo Byrne  
Aluno: Rui Pedro Lourenço Ferreira  
Painel2

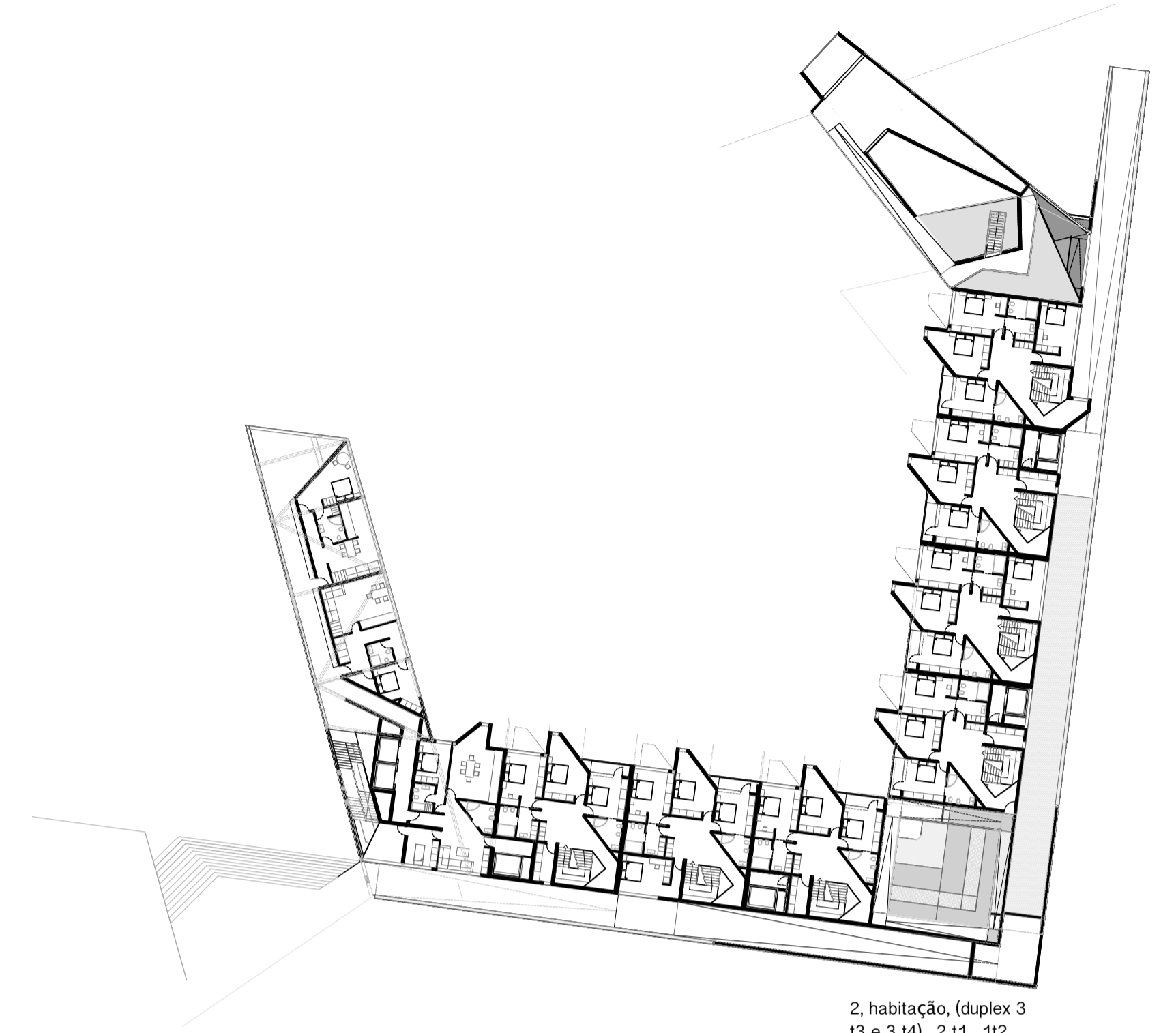




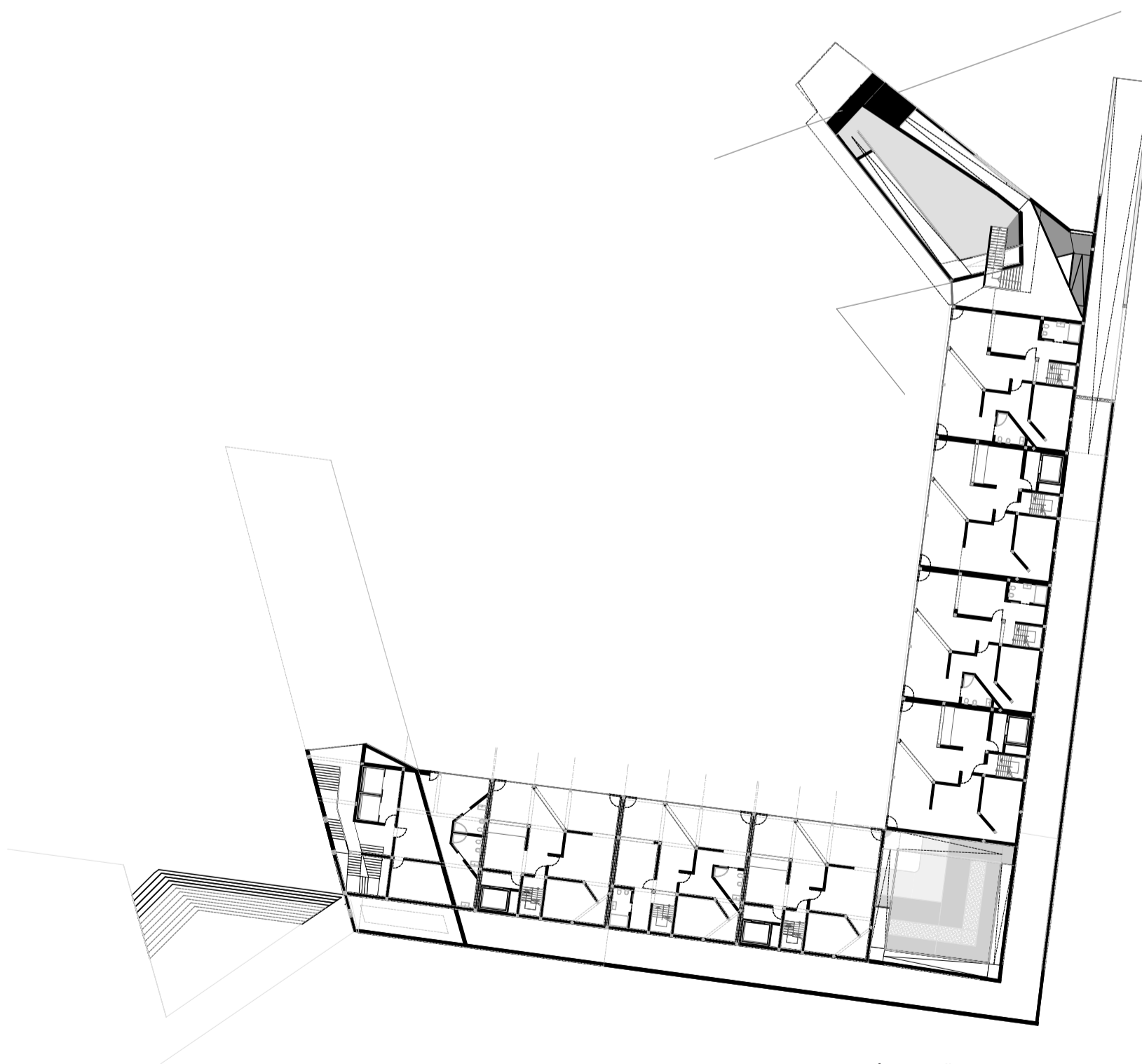
-1, garagens



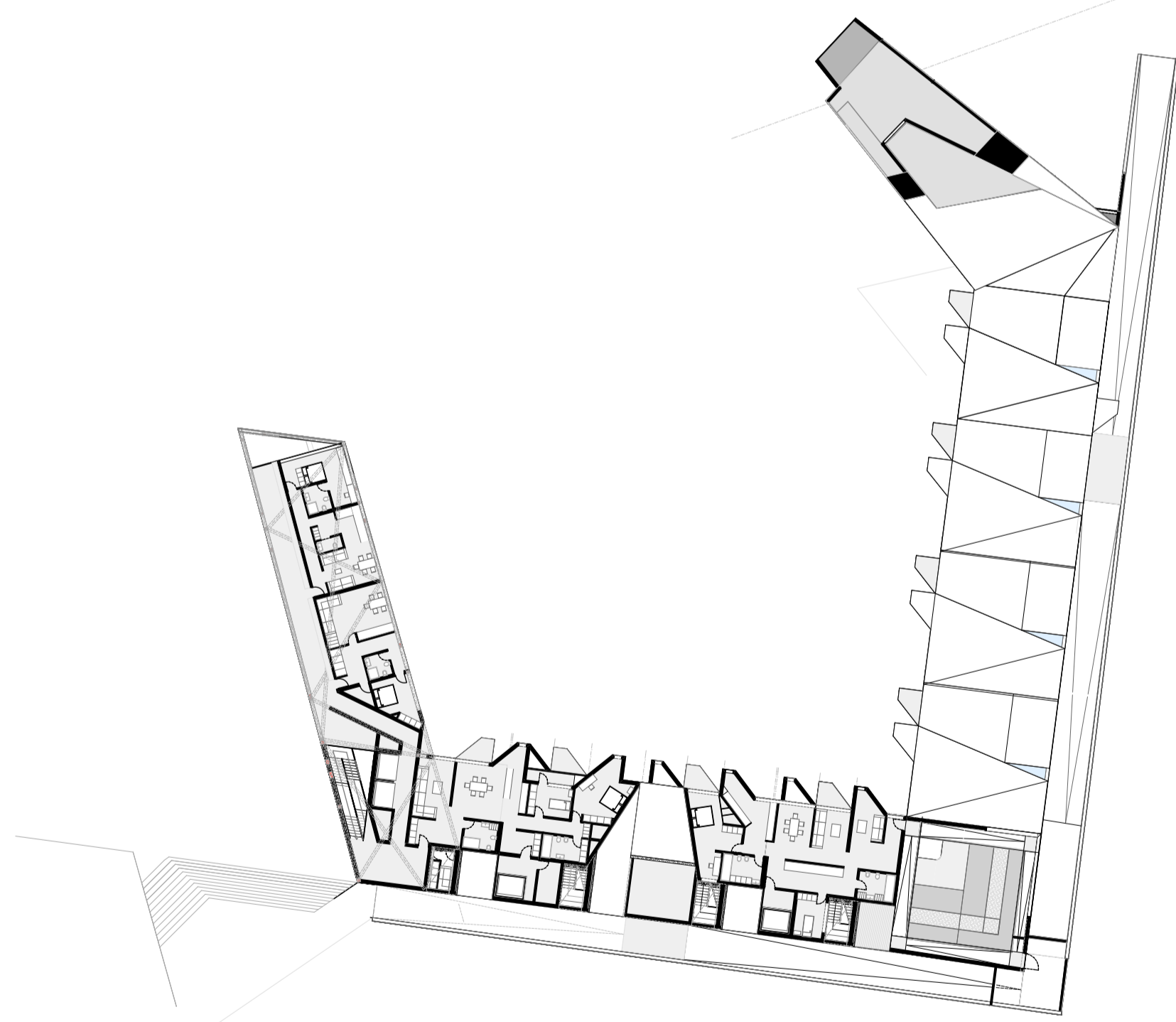
1, habitação duplex 13,  
14, 110



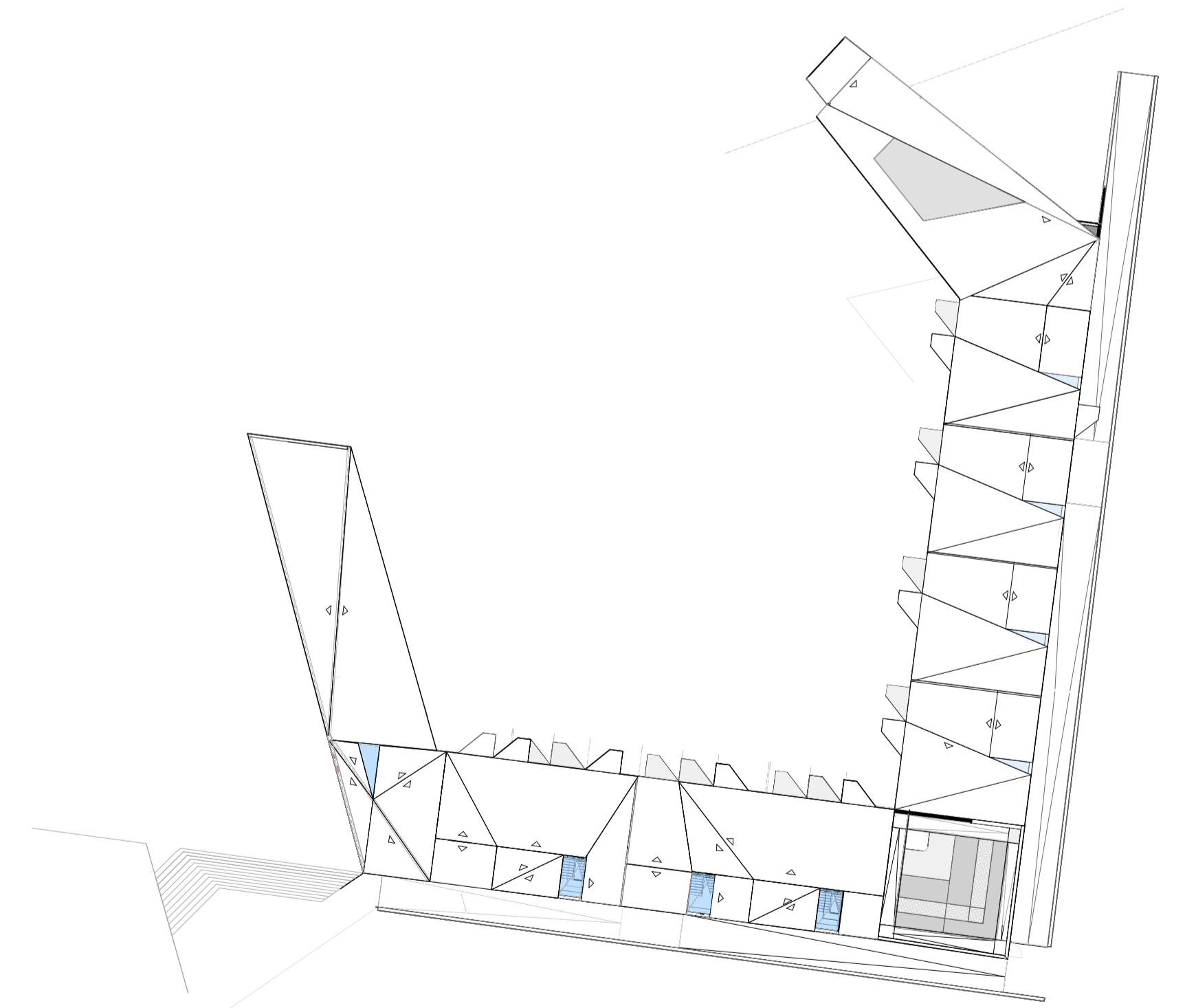
2, habitação, (duplex 3  
13 e 3 14), 2 11, 112,  
cafeteria



0, rés do chão,  
comércio escritórios



3, habitação, 2 11, 1  
12, 113



4, coberturas